

Faculdade FIPECAFI

Programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças

**Avaliação da Produção Científica dos Programas de Mestrado
Profissional em Contabilidade e Controladoria**

Vladimir Coelho Grijó

São Paulo

2019

Diretor Presidente

Prof. Dr. Welington Rocha

Diretor de Pesquisa

Prof. Dr. Fernando Dal-Ri Murcia

Diretor Geral de Cursos

Prof. Ms. João Domiraci Paccetz

Coordenador do Curso de Mestrado Profissional em Controladoria e

Finanças

Prof.^a Dr.^a Marta Cristina Pelucio Grecco

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio Convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca Faculdade FIPECAFI

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuárias e Financeiras (FIPECAFI)

Dados fornecidos pelo (a) autor (a)

G857a

Grijó, Vladimir Coelho

Avaliação da produção científica dos programas de mestrado profissional em contabilidade e controladoria / Vladimir Coelho Grijó. -- São Paulo, 2019.

108 p.: il. col.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças – Faculdade FIPECAFI
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuárias e Financeiras
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Paiva Souza.

1. Mestrado profissional. 2. Dissertação. 3. Contabilidade e controladoria. 4. Pesquisa aplicada. 5. Avaliação CAPES I. Prof. Dr. Rodrigo Paiva Souza. II. Título

657.07

Vladimir Coelho Grijó

**Avaliação da Produção Científica dos Programas de Mestrado
Profissional em Contabilidade e Controladoria**

**Dissertação de Mestrado, apresentada à
Banca Examinadora do Programa de
Mestrado Profissional em Controladoria e
Finanças, como requisito para obtenção do
título de Mestre.**

**Linha de Pesquisa: Controle Gerencial e
Informação
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Paiva Souza**

Data da defesa: 20 / 02 / 2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Paiva Souza
Faculdade FIPECAFI

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Marta Cristina Pelucio Grecco
Faculdade FIPECAFI

Membro Titular: Prof. Dr. Octavio Ribeiro de Mendonça Neto
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Local: Faculdade FIPECAFI
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi de São Paulo
São Paulo - SP

Vladimir Coelho Grijó

**Avaliação da Produção Científica dos Programas de Mestrado
Profissional em Contabilidade e Controladoria**

**Dissertação de Mestrado, apresentada à
Banca Examinadora do Programa de
Mestrado Profissional em Controladoria e
Finanças, como requisito para obtenção do
título de Mestre.**

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Paiva Souza

São Paulo

2019

Dedico esta dissertação à Patrícia, ao Pedro e ao Guilherme, fontes de carinho e força em minha vida.

Ao Prof. Geraldo Barbieri, que acreditou em mim quando eu não acreditava.

Agradecimentos

Agradeço a meus pais Maria Alva e Carlos Alberto pela ideia de que vale a pena fazer o certo, mesmo não sendo essa opção geralmente a mais fácil.

Aos professores do mestrado, que nos ajudam a crescer como pessoas.

Aos colegas da Turma 2, que ao mostrar as mesmas dúvidas e inquietações que eu sentia, tornavam, de modo solidário, menos duras as horas de esforço e insegurança. Agradeço também à turma pelos exemplos de camaradagem, dedicação, desafio e compromisso, cada um a seu jeito, cada um a seu tempo.

À Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Pompa Antunes pelo apoio constante e profundo, durante as diversas fases do mestrado, como coordenadora, professora, orientadora e amiga.

Agradeço muito ao Prof. Dr. Rodrigo Paiva Souza, professor querido, que se tornou meu orientador na reta final desse desafio. Apoiador contumaz, mostrou como se pode ser claro e assertivo, de maneira tranquila e até afetuosa.

Ao Prof. Dr. Octávio Ribeiro de Mendonça Neto, que transmite tranquilidade ao fazer o que ama e à Prof.^a Dr.^a Marta Cristina Pelucio Grecco, ambos pelas sábias e atenciosas observações.

Às queridas Sonia Basso e Fabíola Cauduro da Rocha, que ajudaram a desbravar esse novo ambiente em minha vida.

Por fim, agradeço à instituição Fipecafi pelo suporte competente e honesto no caminho do conhecimento.

“Não há mistério em se conseguir algo. São três passos:

1º Saber o que se quer;

2º Vencer o medo de obtê-lo;

3º Agir.

Para qualquer animal isso é instinto, preservação, enfim, biologia.

Porém, a plenitude humana se revela no modo como percorremos esses passos e no modo como lidamos com suas consequências.”

Um mestrando qualquer (2018).

Resumo

O Mestrado Profissional (MP) no Brasil, idealizado em 1995, foi implantado legalmente em 1998. Essa ação foi fruto de um movimento de renovação da Pós-Graduação, que pretendia aproximar a academia do setor produtivo, visando atender às demandas econômicas e sociais de capacitação de profissionais de alto nível, que não iriam atuar, necessariamente, no meio acadêmico. Entre os principais objetivos do MP, encontram-se: promover a transferência de conhecimento para a sociedade, articular a formação profissional com o setor produtivo e contribuir para promover a competitividade e produtividade nos setores público e privado. Passados 20 anos dessa iniciativa, o presente estudo teve como objetivo principal, traçar um panorama a respeito da produção científica dos programas de MP, sendo a área foco a das Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças. Com objetivo específico, a pesquisa procurou também avaliar o grau de utilização da pesquisa aplicada como fundamento metodológico dos trabalhos de conclusão de curso. A pesquisa com objetivo exploratório tem abordagem mista (qualitativa-quantitativa) e buscou, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, avaliar o conteúdo das dissertações produzidas pelos programas de MP na área foco, no período de junho/2015 a junho/2018. A amostra alvo foi formada por 207 dissertações produzidas em 4 programas, sendo 2 sediados na cidade de São Paulo, 1 em Vitória e 1 na cidade do Rio de Janeiro. Os resultados apontam, a partir da avaliação das dissertações, para um certo isomorfismo entre o MP e seu “irmão mais velho”, o Mestrado Acadêmico. Esse paralelismo se expressou principalmente nos aspectos metodológicos da pesquisa e nos produtos gerados por esta, revelando ainda um baixo grau de utilização da pesquisa aplicada nos programas de MP estudados, o que pode suscitar questionamentos sobre a capacidade da produção científica desses programas em articular a formação profissional com o setor produtivo e contribuir para promover a competitividade e produtividade nos setores público e privado.

Palavras-chave: Mestrado Profissional, Dissertação, Contabilidade e Controladoria, Pesquisa Aplicada, Avaliação CAPES.

Abstract

The Professional Master's (PM) program in Brazil was developed in 1995, but officially implemented by CAPES in 1998. It was the result of a modernization movement at the graduate level that intended to bridge the *gap* between industry and academe and respond to the social and economic needs from high-level professionals who wished to become more qualified but did not aspire to have an academic career. Among the PM's main goals are: to promote the transfer of knowledge to the society; relate the professional degree with the productive sector; and contribute to advance productivity and competitiveness in public and private spheres. Twenty years later, this study aims at establishing an overview of the scientific production of the PM programs, with a focus on Accounting, Controlling, and Finance. Specifically, this work intends also to evaluate how useful applied research can be a methodological basis for writing dissertations. The research, with an exploratory objective, has a mixed approach (qualitative-quantitative), and by using bibliographical and documental investigation sought to evaluate the dissertations contents produced by the PM programs in the subject area that were effective between June 2015 and June 2018. The target sample was made up of 207 dissertations that have been produced by four programs, two in the city of São Paulo, one in Vitória, and one in Rio de Janeiro. The results demonstrate an isomorphism between the PM and its "older brother," the Academic Masters. Such similarity is visible in the methodological aspects of the research and its products. It reveals the low utilization of applied research in the PM programs into which we looked, and that may raise questions about the extent of the PM's scientific production to connect the professional degree with the industry and contribute to promoting productivity and competitiveness in the public and private sections of society.

Keywords: Professional Master's Program, Dissertation, Accounting and Controlling, Applied Research, CAPES Evaluation.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1. Contextualização.....	17
1.2. Questão de pesquisa.....	21
1.3. Objetivo Geral.....	22
1.4. Justificativa	22
1.5. Contribuições esperadas.....	23
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1. A Pós-Graduação no Brasil.....	25
2.2. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	26
2.2.1. Plano Nacional de Pós-Graduação.....	27
2.2.1.1. Breve Histórico do PNPG.....	27
2.2.2. O Sistema de Avaliação CAPES	28
2.2.2.1. As Áreas de Avaliação.....	30
2.2.2.2. A Plataforma Sucupira.....	31
2.3. O Mestrado Profissional - Histórico, Premissas e Objetivos.....	32
2.3.1. O Sistema de Avaliação CAPES para o Mestrado Profissional	36
2.4. O Quadrante de Pasteur ou A Pesquisa Inspirada pelo Uso	41
2.4.1. A Academia e o Setor Produtivo	45
2.4.2. O Mestrado Profissional como Gerador de Produção Acadêmica Aplicada.....	47
2.5. O Método como Rigor e o Produto Final como Relevância.....	49
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1. Definição da População em Estudo	53
3.1.1. Identificação das IES e seus Programas de MP.....	53
3.1.2. População.....	56

3.2. Procedimentos de coleta de dados	56
3.3. Modelo Conceitual Utilizado na Análise das Dissertações	57
3.3.1. Os Termos e o Agrupamento dos Itens.....	58
3.3.2. A Planilha de Trabalho	63
3.4. Protocolo Utilizado na Análise de Conteúdo das Dissertações	64
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	65
4.1. Uma Visão Quantitativa sobre as Dissertações de MP.....	65
4.2. Uma Visão sobre as Orientações e Orientadores	68
4.3. Uma Visão sobre os Produtos Gerados pelas Dissertações de MP.....	71
4.4. Uma Visão sobre os Setores da Economia Foco das Produções	74
4.5. Uma Visão sobre as Áreas do Conhecimento da Produção Científica	76
4.6. Uma Visão sobre a Metodologia/Procedimentos de Pesquisa da Produção	79
4.7. Quanto à Natureza Aplicada da Produção Científica	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE A - Ficha de Avaliação dos MP - Avaliação Quadrienal 2017.....	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Número de Titulados por Modalidade de Curso	16
Figura 2	Evolução do Número de Programas na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	22
Figura 3	Processos CAPES de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação	28
Figura 4	Resumo das Notas Atribuídas pela CAPES aos PPG	29
Figura 5	As 18 Áreas do Colégio Humanidades	29
Figura 6	As 17 Áreas do Colégio Ciências da Vida	30
Figura 7	As 14 Áreas do Colégio Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	30
Figura 8	Etapas do Processo CAPES de avaliação periódica da PG	36
Figura 9	Estrutura Hierárquica da Área de Avaliação Foco da Pesquisa	36
Figura 10	As Visões de Bush sobre Pesquisa Básica e Aplicada segundo Stokes	41
Figura 11	O Quadrante de Pasteur	43
Figura 12	Modelo Dinâmico Revisado	44
Figura 13	Número de Solicitações de Contratos de Licenciamento de Propriedade Intelectual em 2016 por Tipo de Produto e Origem da Instituição	46
Figura 14	Objetivo do MP	47
Figura 15	Estrutura Curricular do MP	47
Figura 16	Distribuição dos Conceitos para o Item de Avaliação 3.2: Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	50
Figura 17	Número de Dissertações Defendidas por IES no Período Pesquisado	64
Figura 18	Número de Dissertações Defendidas por Ano no Período Pesquisado	65
Figura 19	Número de Dissertações Defendidas de ME por Ano de 2015 a 2018	65
Figura 20	Número de Dissertações Defendidas por IES/Ano no Período Pesquisado	66
Figura 21	Número de Dissertações Defendidas por Mês no Período Pesquisado	67
Figura 22	Total de Orientadores por IES	68
Figura 23	Mediana da Relação Orientações/Orientador por IES	69
Figura 24	Orientações por Orientador Específico da Fipecafi	69
Figura 25	Orientações por Orientador Específico da Fucape RJ	69
Figura 26	Orientações por Orientador Específico do Mackenzie	69
Figura 27	Orientações por Orientador Específico do Fucape ES	70
Figura 28	Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria	71
Figura 29	Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Fucape ES	71
Figura 30	Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Mackenzie	71
Figura 31	Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Fipecafi	72
Figura 32	Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Fucape RJ	72
Figura 33	Escala de Aplicabilidade dos Produtos do MP	73
Figura 34	Total de Dissertações por Setor	74

Figura 35	Total de Dissertações por Setor da Fucape ES	74
Figura 36	Total de Dissertações por Setor da Mackenzie	75
Figura 37	Total de Dissertações por Setor da Fipecafi	75
Figura 38	Total de Dissertações por Setor da Fucape RJ	75
Figura 39	Total de Dissertações por Área de Conhecimento/Aplicações	76
Figura 40	Total de Dissertações por Área de Conhecimento/Aplicações da Fucape ES ..	77
Figura 41	Total de Dissertações por Área de Conhecimento/Aplicações da Mackenzie ..	77
Figura 42	Total de Dissertações por Área de Conhecimento/Aplicações da Fipecafi	78
Figura 43	Total de Dissertações por Área de Conhecimento/Aplicações da Fucape RJ ...	78
Figura 44	Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem	79
Figura 45	Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem da Fucape ES	79
Figura 46	Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem da Mackenzie	80
Figura 47	Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem da Fipecafi	80
Figura 48	Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem da Fucape RJ	80
Figura 49	Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins	81
Figura 50	Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Fucape ES	81
Figura 51	Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Fucape RJ	82
Figura 52	Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Mackenzie	82
Figura 53	Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Fipecafi	82
Figura 54	Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados	83
Figura 55	Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Fucape ES	83
Figura 56	Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Fucape RJ	84
Figura 57	Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Mackenzie	84
Figura 58	Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Fipecafi	85
Figura 59	Quantidade de Dissertações Utilizando Teoria de Base	85
Figura 60	Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base na Fucape ES	86
Figura 61	Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base na Fucape RJ	86
Figura 62	Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base no Mackenzie	86
Figura 63	Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base na Fipecafi	86
Figura 64	Quantidade de Dissertações Consideradas de Natureza Aplicada por IES	87
Figura 65	Relação entre Natureza Aplicada e Não Aplicada das Dissertações	87
Figura 66	Percentual de Dissertações de Natureza Aplicada por Programa	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade de Programas de Pós-Graduação ativos por modalidade na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	34
Tabela 2	Ficha de Avaliação do MP - Avaliação Quadrienal 2017	38
Tabela 3	Programas Ativos de Mestrado Profissional em Controladoria, Contabilidade e Finanças no Brasil	54
Tabela 4	Modelo Conceitual da Pesquisa	62
Tabela 5	Número de orientadores que atuaram no período pesquisado por IES	68
Tabela 6	Percentual de Dissertações que Utilizam Teoria de Base em cada Programa ..	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
BACEN	Banco Central do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DO	Doutorado
DP	Docente Permanente
EMPRAD	Encontro dos Mestrados Profissionais de Administração
EnANPAD	Encontro da ANPAD
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Fipecafi	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
Fucape	Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
IES	Instituição de Ensino Superior
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Mackenzie	Instituto Presbiteriano Mackenzie
MEC	Ministério da Educação
ME	Mestrado Acadêmico
MP	Mestrado Profissional
NDP	Núcleo de Docente Permanente
NIT	Núcleos de Inovação Tecnológica
PG	Pós-Graduação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programas de Pós-Graduação
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SemeAd	Seminários em Administração
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

As modificações econômicas e sociais que a sociedade brasileira tem experimentado nas últimas décadas trouxeram demandas de formação de profissionais de alto nível que não irão, necessariamente, atuar no meio acadêmico. Surge assim a necessidade de flexibilizar a pós-graduação *stricto sensu* para atender às demandas oriundas desse mercado não acadêmico (Neves, 1995).

Em dezembro de 1998, a portaria nº 80 do Ministério da Educação (MEC) possibilitou o estabelecimento no Brasil do mestrado profissional. A partir daí, o programa de mestrado ampliou, através da formação profissional, o campo da pesquisa (Maciel & Nogueira, 2012).

Spagnolo (1998) ressalta que a iniciativa do MEC foi importante, mas apenas o início de um processo que se vislumbrava desde a formulação do sistema de pós-graduação brasileiro em 1965, ressaltando ainda que o MP deveria ser o tipo predominante nesse sistema.

Segundo Fischer (2005), o mestrado profissional (MP), ainda recente na pós-graduação brasileira, é reconhecido como necessidade e rota alternativa à formação para o ensino e pesquisa, pois orienta o ensino para a aplicação.

A portaria do MEC nº 17, de 2009 (CAPES, 2009), reforçou o formato e objetivos esperados dos MP e do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 estabelecendo o seu protagonismo na formação *stricto sensu*. A representatividade do MP tem crescido significativamente, como mostra a Figura 1, que compara o número de titulados em MP com os do Mestrado Acadêmico (ME) e de Doutorados (D) no período de 1998 a 2015 na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (CAPES, 2016).

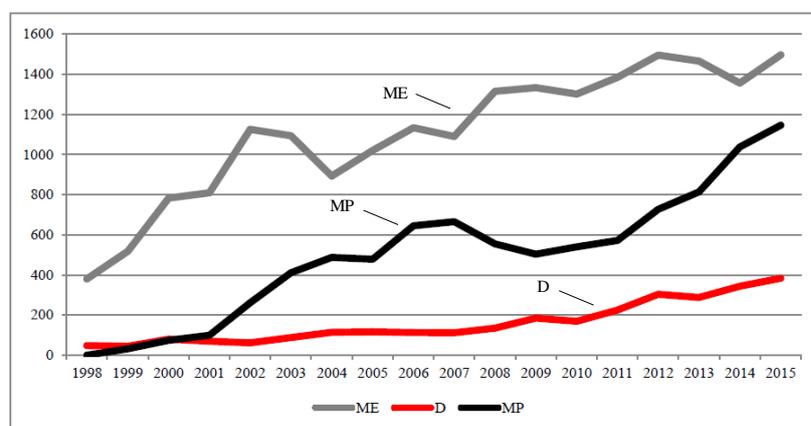


Figura 1. Número de Titulados por Modalidade de Curso.
Fonte: CAPES (2016, p.3).

Os programas de mestrado profissional têm objetivos claros que, se atingidos, resultam em importantes benefícios para sociedade brasileira. A portaria 389 do MEC, de março de 2017, reafirma esses objetivos (CAPES, 2017), enfatizando as características principais deste tipo de programa de pós-graduação:

- Capacitar profissionais qualificados para o mercado;
- Promover a transferência de conhecimento para a sociedade;
- Articular a formação profissional com as entidades demandantes da sociedade; e
- Promover a competitividade e produtividade nos âmbitos público e privado.

Em vista do exposto, pode-se notar que o MP se insere num contexto de um sistema de pós-graduação dinâmico e em expansão. Porém, nem tudo está equacionado em relação aos programas de MP. Mesmo passados vários anos da implantação dos primeiros programas, persistem visões de que o MP precisa ser avaliado de maneira própria, específica, visando seu devido enquadramento e acompanhamento. Uma das causas principais desse sentimento de falta de identidade, se deve ao aparente atrelamento das características e objetivos do MP aos do mestrado acadêmico (ME), por ser este mais antigo e, principalmente, mais compreendido.

Paixão (2012) aponta, em sua tese sobre o impacto dos mestrados profissionais no Brasil, que a reflexão sobre a identidade dos MPs é fundamental para a coerência dos processos de avaliação e de promoção dessa modalidade. Maccari, Martins, & Almeida (2015) reforçam esta visão quando, citando o sistema de avaliação da CAPES de pós-graduação, observam que “em razão de sua natureza essencialmente quantitativa e pelo fato de ser altamente regulado pelo governo, induz os programas ao isomorfismo e a serem pouco criativos nas soluções para atenderem às necessidades de seus stakeholders”.

Além dos *stakeholders*, existem outros fatores que diferenciam e caracterizam o MP, dando a ele uma identidade e em linha com os objetivos almejados. Um desses elementos é o trabalho de conclusão de curso.

Para Fischer (2005), Barros, Valentin & Melo (2005) e Ferreira (2015), o trabalho de conclusão do MP deve ser uma dissertação que apresente, além do domínio do assunto pesquisado, uma investigação aplicada à solução de problemas existentes no contexto do meio estudado. As análises contidas nesses trabalhos podem advir de estudos de casos, e suas conclusões podem propor novas metodologias, produtos e processos, assim como o desenvolvimento de tecnologias, softwares e patentes. Embora toda essa gama de produtos

decorra de pesquisas aplicadas, a dissertação do MP não dispensa o embasamento científico, por meio do referencial teórico e da aplicação do método científico para o seu desenvolvimento.

A possibilidade de utilização de diversas formas de trabalho de conclusão que se adequam aos objetivos do MP, não pode servir para diminuir sua importância em relação às dissertações acadêmicas. Segundo Mattos (1997), os mestrados profissionais têm como alvo as pessoas do mundo profissional e não os acadêmicos ou universitários. O objetivo do MP, de qualificar esses profissionais em nível *stricto sensu*, pressupõe que estes defendam dissertações perante banca, onde o critério comum para discussão desses trabalhos seja sua qualificação como científico.

Nessa perspectiva, observa-se que o aluno de MP, ao desenvolver sua dissertação, adquire a habilidade do pensamento científico e, ao aplicar esse novo conhecimento no meio profissional para a solução de novos problemas, contribui para o desenvolvimento econômico da sociedade (Antunes, Mendonça Neto, & Vieira, 2016).

Reforçando esse raciocínio, merecem destaque dois dos oito pressupostos que fundamentam a existência dos MPs no Brasil, registrados na portaria ministerial nº 17 de 2009:

Considerando a necessidade de estimular a formação de mestres profissionais habilitados para desenvolver atividades e trabalhos técnico-científicos em temas de interesse público;

Considerando a necessidade de capacitação e treinamento de pesquisadores e profissionais destinados a aumentar o potencial interno de geração, difusão e utilização de conhecimentos científicos no processo produtivo de bens e serviços em consonância com a política industrial brasileira. (CAPES, 2009).

Como se pode observar, a questão que se mostra sempre presente, e em destaque, é a da necessidade de os programas de MP alavancarem o processo de transferência de conhecimento. Segundo Van de Ven & Johnson (2006), historicamente, esse processo vem acontecendo em uma direção onde o conhecimento surge na academia, é divulgado nas salas de aula, chega aos especialistas que os adotam e o difundem para só então chegarem aos profissionais nas empresas. Os autores chamam esse caminho de “cadeia de suprimento do conhecimento”, porém, alertam que é possível que o fluxo se dê também em sentido contrário, isto é, iniciando pelos profissionais, pelos práticos, seguindo passo a passo até sensibilizar os acadêmicos e ser aceito como legítima ciência.

Dentro do cenário exposto, pode-se inferir que uma efetiva transferência de conhecimento, flui a partir da tradicional e conhecida fonte acadêmica, mas também pode fluir a partir das técnicas e habilidades que surgem e são desenvolvidas nas práticas de negócio. A

existência desse fluxo é um importante, senão, o mais importante indicador para a mensuração do sucesso de um programa de MP.

Assim, assume-se que uma das maneiras mais efetivas do MP contribuir para a transferência do conhecimento é através do processo de pesquisa que o aluno deve executar como requisito para sua aprovação final, pois o trabalho de conclusão apresenta o resultado concreto do seu esforço na solução de problemas práticos e atesta as novas capacidades adquiridas pelo novo mestre.

A pesquisa em estudos sociais aplicados desafia seus executores devido à dimensão humana, complexa e variada. Assim, os métodos qualitativos vêm sendo cada vez mais utilizados nesse campo como estratégia de investigação, visando entender a existência humana por meio do acompanhamento das transformações, sejam as históricas, organizacionais ou nas relações sociais (Mansano, 2014).

Nesse contexto, Antunes et. al., (2016) identificaram no âmbito das pesquisas qualitativas a pesquisa-ação, e mais notadamente a pesquisa intervencionista, como mais adequada aos propósitos dos cursos de mestrado profissional. Suomala & Yrjänäinen (2010), por sua vez, indicam esse método como uma maneira possível de produzir pesquisas relevantes no campo da contabilidade gerencial. Os autores observam que, em muitos países, os pesquisadores de contabilidade gerencial não são necessariamente considerados parceiros interessantes no desenvolvimento de práticas contábeis nas organizações. No entanto, a pesquisa intervencionista, na melhor das hipóteses, pode proporcionar às organizações acesso a recursos motivados e conhecedores (pesquisadores) e, ao mesmo tempo, fornecer a esses pesquisadores um acesso muito profundo às questões relevantes para profissionais e a comunidade empresarial.

O trabalho de conclusão desempenha dois papéis fundamentais quanto aos objetivos principais do MP: 1) Atestar o surgimento de um profissional preparado para a pesquisa de cunho aplicado; 2) Auxiliar o processo de transferência de conhecimento, pois a dissertação profissional se apresenta como documento disponível e metodologicamente apto a ser consumido como novo saber científico.

Como um exemplo dessa importância, tem-se que o órgão regulador dos programas de MP no Brasil, a CAPES utiliza o trabalho de conclusão de curso como um dos cinco itens para avaliação da qualidade dos programas, como se pode atestar de uma assertiva específica utilizada no processo de avaliação (CAPES, 2016, p. 22): “Serão valorizados produtos

tecnológicos efetivamente adotados por organizações ou produtos bibliográficos - artigos em periódicos qualificados pela área ou livros/capítulos de livros classificados pela área, derivados dos trabalhos de conclusão do curso.”

Visando desenhar uma perspectiva de resultados que promovam tanto a transferência de conhecimento entre os acadêmicos e práticos, nos dois sentidos desse fluxo, como a efetiva proposição de soluções para os problemas das empresas, entende-se relevante e oportuna a utilização da pesquisa aplicada, como método apropriado às pesquisas conduzidas no âmbito dos cursos de MP.

Entende-se que aplicação mais ampla desse método de pesquisa, embasada por meio da capacitação metodológica e da orientação dos discentes nessa direção, constitui parte importante em um processo que visa:

- Alavancar a transferência de conhecimento entre a academia e o mercado profissional; e
- Auxiliar no atingimento do objetivo do MP quanto à solução de problemas reais das empresas.

Define-se assim, o foco do presente trabalho, que é o de avaliar a produção científica dos programas de MP do Brasil, bem como verificar a existência de um método preferencial para execução da pesquisa que fundamente os trabalhos de conclusão de curso (dissertações), na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo no Brasil, especificamente na área de Contabilidade, Controladoria e Finanças.

1.2. Questão de pesquisa

Caracterizados tema e contexto da investigação, a questão de pesquisa norteadora do presente estudo foi desenvolvida da seguinte forma: Quais as principais características da produção científica dos programas de mestrado profissional do Brasil?

Para delimitação do estudo, foi realizado um recorte em dois níveis, sendo o primeiro a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e o segundo os MP focados em Contabilidade, Controladoria e Finanças. A delimitação temporal compreende o período de junho de 2015 a junho de 2018.

1.3. Objetivo Geral

Dada a contextualização e questão de pesquisa, o objetivo principal deste estudo é avaliar a produção científica dos programas de MP do Brasil. Ainda, considerando os objetivos declarados para os programas de MP da portaria 389 do MEC, destaca-se como objetivo específico da pesquisa, avaliar o grau de utilização da pesquisa aplicada como objetivo e fundamento metodológico dos trabalhos de conclusão dos cursos de MP.

Como resultado primário, busca-se delinear uma visão que possibilitará, entre outros benefícios, aumentar o conhecimento sobre a produção científica dos programas de mestrado profissional, auxiliando os gestores desses programas e seu corpo docente, aferir o grau de aderência dos trabalhos de conclusão de curso às premissas desses programas de pós-graduação. Além disso, o trabalho possibilita avaliação comparativa da produção científica entre diferentes programas de MP, incentivando uma competição saudável entre os programas.

Ao final, esta pesquisa se propõe a traçar um panorama sobre produção científica, com destaque para as metodologias e métodos de pesquisa utilizados nos MP em contabilidade e controladoria, agregando subsídios para análise dos processos de gestão institucional dos programas nas Instituições de Ensino Superior (IES) e dos processos de avaliação e controle conduzidos pela CAPES.

1.4. Justificativa

O interesse dos pesquisadores no mestrado profissional tem aumentado de maneira progressiva (CAPES, 2016). Entre os fatores que originam esse aumento de interesse, pode-se destacar a criação de novos programas, devido à crescente demanda pela modalidade. Na Figura 2, observa-se a grande evolução do número de programas de MP na área de avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, desde a criação dessa modalidade de PG em 1998. Destaca-se que a taxa de crescimento dessa modalidade tem sido significativamente maior que a dos programas acadêmicos (ME + DO) na mesma área.

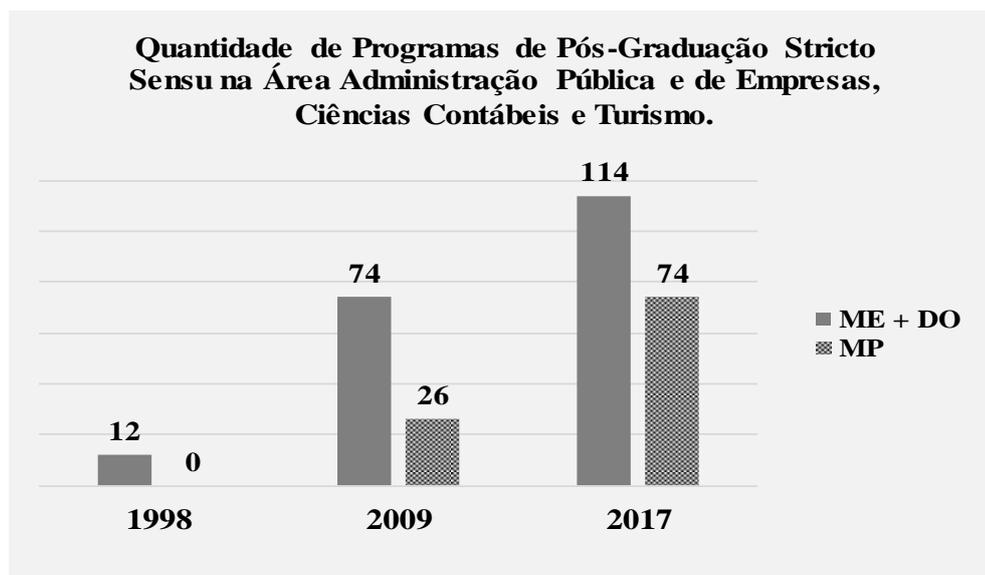


Figura 2. Evolução do número de programas na área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do portal GeoCAPES (CAPES, 2018f).

Apesar do crescimento observado de programas de MP, não foram encontrados estudos sobre a avaliação de sua produção científica. Outro ponto a ressaltar é que as pesquisas sobre a avaliação dos programas, que se baseiam em um grupo amplo de interessados, incluindo discentes e egressos, trabalham com informações que datam cerca de 10 ou mais anos (Maciel & Nogueira, 2012, Balbachevsky, 2009 e Barros, Valentim, & Melo, 2005).

1.5. Contribuições esperadas

Considerando os objetivos deste estudo, foi realizada análise de todas as produções científicas de uma amostra de quatro programas de MP (Fucape-ES, Mackenzie, Fipecafi e Fucape-RJ), de forma a permitir avaliação individual e comparativa das produções. Os principais produtos desta pesquisa, e que definem seu valor acadêmico e profissional, são:

- Prover um melhor entendimento sobre a modalidade mestrado profissional, especificamente em relação às suas especificidades, visando fomentar o interesse e o patrocínio de entidades educacionais e empresariais aos programas;
- Prover aos discentes do mestrado profissional uma visão ao mesmo tempo conceitual e prática, que indica um caminho de pesquisa, dentre uma vasta relação de técnicas, de maneira objetiva e consistente com os objetivos desta modalidade de pós-graduação;

- Prover sugestões práticas, embasadas no campo do conhecimento, às entidades de ensino superior (IES), mantenedoras dos programas de MP, e respectivos docentes, quanto à capacitação e orientação de seus alunos na direção de projetos de pesquisa que visem a resolução, através da prática, de problemas reais das empresas;
- Prover um cenário consolidado, dentro da área de conhecimento delimitada, que subsidie análises quanto à aderência às premissas institucionais e regulatórias desses programas, subsidiando ações de monitoramento, avaliação e ajuste desses programas.

De um ponto de vista mais amplo, pode-se enxergar uma contribuição adicional deste trabalho para o desenvolvimento do sistema de educação brasileiro.

Nesse sentido, o foco da educação tecnológica e da formação profissional precisa ser ampliado, como uma estratégia integradora de múltiplas ações formativas em cursos de diferentes níveis, que vão do ensino básico à pós-graduação, incluindo a proposta do doutorado, para formar profissionais de diferentes áreas e carreiras, inclusive professores para a educação profissional.

Deve-se ter como premissa que a formação profissional, como política de Estado, deve articular competências demandadas pelo mundo do trabalho e pela Academia, abrindo espaço para a inovação, apoiando a construção e a testagem de modelos de ensino híbridos, articuladores dos espaços acadêmicos e profissionais dos diferentes níveis e instituições de ensino. (Fischer e Waiandt, 2012).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo, estruturado em quatro seções, tem como objetivo apresentar as fundamentações conceituais e diretrizes dos programas de pós-graduação no Brasil, especialmente dos programas de MP. Inicialmente será apresentada uma visão da pós-graduação no Brasil, na segunda será discutido o papel da CAPES para assegurar a qualidade dos programas de pós-graduação. Na sequência serão apresentadas características específicas dos programas de MP e seu sistema de avaliação e, finalmente, serão apresentadas fundamentações da pesquisa aplicada.

2.1. A Pós-Graduação no Brasil

Foi apenas em 1965 por meio do parecer 977, conhecido como Parecer Sucupira, que o Ministério da Educação regulamentou a pós-graduação (PG), reconhecendo-a como um novo nível de ensino além do bacharelado. Foi esse parecer que estabeleceu, pela primeira vez, o formato institucional básico da pós-graduação brasileira, diferenciando dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, consagrando o mestrado como um pré-requisito para o doutorado (Balbachevsky, 2009).

No parecer 977, encontramos toda uma fundamentação conceitual e estrutural sobre o assunto, sendo um modelo ao mesmo tempo sintético, mas de escopo relevante sobre a pós-graduação. A gênese do documento foi uma demanda feita ao Conselho Federal de Educação (CFE) pelo então Ministro da Educação, Sr. Flávio Suplicy de Lacerda, com o intuito de implantar e desenvolver a pós-graduação no Brasil. A partir da demanda, o Conselho emitiu, em dezembro de 1965, o parecer, que ficou conhecido pelo sobrenome do relator: Newton Lins Buarque Sucupira. Assinaram também o documento: A. Almeida Júnior, Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel (CAPES, 2018d).

O Parecer Sucupira (CAPES, 2018d) traça um breve histórico que aponta a origem da PG na estrutura educacional norte-americana, traçando uma linha hierárquica desde o curso de graduação (*college*) que formam os bacharéis em ciências (*B.Sc.*) ou administração (*B.A.*), chamados de cursos *undergraduate*. Em uma linha superior estão os cursos *graduate*, que formam os Mestres (*M.Sc.*) e Doutores (*Ph D.*). A seguir, o texto define a PG como sendo todo curso que se segue à graduação, diferenciando, porém, os cursos de especialização dos de mestrado e doutorado, respectivamente *sensu lato* e *sensu stricto*. Finalmente, define *sensu stricto* em seu caráter complementar e terminativo na educação, como “o ciclo de cursos

regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico”.

O Parecer Sucupira estabeleceu as bases sobre a qual foram estabelecidas políticas educacionais que definiriam as estruturas de fomento, de avaliação e de aperfeiçoamento da pós-graduação no Brasil, porém, segundo CAPES (2018b), houve um *gap* de 25 anos até que a PG brasileira se consolidasse na década de 1990.

2.2. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741 no segundo governo Vargas, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". O foco era a industrialização pesada e a complexidade da administração pública, gerando a necessidade de formação de especialistas e pesquisadores como cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais (CAPES, 2018).

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha importante papel na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o Brasil. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica. As atividades da CAPES podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas (CAPES, 2018):

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional;
- indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

2.2.1. Plano Nacional de Pós-Graduação

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil (CAPES, 2010).

2.2.1.1. Breve Histórico do PNPG

O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 1975-1979) partiu da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação havia sido até então parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais. A partir daquele momento, a expansão deveria tornar-se objeto de planejamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional (CAPES, 2010).

O segundo PNPG (1982-1985), segue as diretrizes do primeiro, porém promove de maneira clara o quesito de qualidade na pós-graduação brasileira, por meio do aperfeiçoamento e institucionalização do processo de avaliação, embrionário até então. Nessa sequência histórica, observa-se, como foco do 3º PNPG (1986-1989), o desenvolvimento econômico do país, mediante a subordinação da pós-graduação às atividades do sistema nacional de ciência e tecnologia. O 4º Plano não foi promulgado devido às restrições orçamentárias, mas mesmo assim suas diretrizes foram adotadas pela CAPES e se concentraram na expansão do sistema, na diversificação do modelo de pós-graduação e na introdução de mudanças no processo de avaliação.

O período de 2005-2010 abrigou o 5º PNPG. Este caracterizou-se principalmente por:

- o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação;
- a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social;
- a expansão da cooperação internacional;
- o combate às assimetrias;
- a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo;
- a formação de docentes para todos os níveis de ensino; e
- a formação de quadros técnicos via mestrado profissional para os setores de serviços público e privado.

Vale ressaltar que o 5º PNPG tinha como objetivos (CAPES, 2010, p. 33):

- o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação;
- a formação de docentes para todos os níveis de ensino;
- a formação de quadros para mercados não acadêmicos.

Em relação ao último objetivo, destacam-se o alinhamento das premissas sobre o Financiamento e a Sustentabilidade do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), no contexto do Mestrado Profissional:

- implementar as ações previstas na Lei 10.973, de 02/12/2004, que regulamenta incentivos fiscais para os projetos de inovação. Seria importante que as IES institucionalizem regras que possibilitassem estabelecer um percentual na gestão dos projetos em parceria com as empresas para manutenção dos programas tecnológicos. O mesmo se aplicaria às atividades de serviços para a manutenção dos programas profissionalizantes;
- Estimular a parceria dos programas com as empresas, na busca de suporte financeiro para a ampliação do número de bolsas. Isso deveria ser feito, sobretudo, em áreas que participam de cadeias produtivas, visando formar recursos humanos capazes de alavancar o desenvolvimento econômico e social; (CAPES, 2010, pp. 32-33).

Finalmente, o 6º PNPG (2011-2020) abraça todas as premissas do 5º plano e, segundo Vogel (2015), o atual plano destaca:

- a) A preocupação com a formação de professores para o ensino médio e básico embora reconheça que a pesquisa é a essência da pós-graduação;
- b) A formação de recursos humanos para as empresas e programas nacionais;
- c) A integração do ensino da Pós-Graduação com o setor empresarial e a sociedade; e
- d) No contínuo aprimoramento do processo de avaliação da PG.

Observa-se que em relação ao MP (itens a e b acima) que parte significativa de seus objetivos seguem ainda como desafios para os gestores institucionais da educação brasileira.

2.2.2. O Sistema de Avaliação CAPES

Destaca-se que o Sistema de Avaliação da CAPES é instrumento que mede o nível de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados. Seus resultados alimentam a formulação de políticas da área de pós-graduação e direcionam as ações de fomento como bolsas de estudo, auxílios e apoios (CAPES, 2018). O Sistema, considerado um dos pontos centrais do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), foi estabelecido em 1976, e desde 1998 é orientado pela Diretoria de Avaliação. O Sistema de Avaliação tem como objetivos centrais:

- Certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);

- Identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional. (CAPES, 2018a).

O Sistema de Avaliação pode ser dividido em dois processos distintos, que se referem à entrada e à permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no SNPG (Figura 3):



Figura 3. Processos CAPES de Avaliação da Pós-Graduação.

Fonte: CAPES (2018a).

Os dois processos são norteados pelos fundamentos (CAPES, 2018a):

- Reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação das decisões, ações e resultados:
 - ° No portal da CAPES;
 - ° Nas páginas das áreas de avaliação.

A CAPES promove, além do acompanhamento anual, uma avaliação periódica quadrienal¹ com resultados divulgados publicamente. A partir dessa avaliação, os programas de pós-graduação recebem notas, em uma escala de 1 até 7, que os classifica em função de uma série de critérios igualmente divulgados. O Ministério da Educação reconhece os resultados da avaliação, tanto a dos cursos novos quanto os da avaliação periódica (CAPES, 2018e).

A Figura 4 sintetiza as notas atribuídas pela CAPES após os processos periódicos de avaliação dos programas de mestrado e doutorado².

¹ A avaliação periódica, que era trienal desde 1998, passou a ser quadrienal a partir da avaliação de 2017, que compreendeu o período 2013-2016. (CAPES, 2017b).

² A portaria CAPES nº 182, de 14 de agosto de 2018, modificou esses critérios: 1- A avaliação da IES entrantes não mais divulgará a nota da avaliação de candidatura, será apenas divulgado Aprovada ou Não Aprovada; 2- O padrão mínimo de qualidade para programas de Doutorado passa a ser 4, tanto para novos entrantes como para a manutenção (CAPES, 2018h).

RESUMO DA NOTAS ATRIBUÍDAS PELA CAPES AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NOTAS DEFINIDAS APÓS APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL	
Notas	Significado/Consequências
1 e 2	Canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos.
3	Desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade.
4	Considerado um bom desempenho.
5	Nota máxima para programas com apenas mestrado.
6 e 7	Desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

Figura 4. Resumo das notas atribuídas pela CAPES aos PPG.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2018e).

2.2.2.1. As Áreas de Avaliação

A avaliação CAPES é realizada em 49 áreas. As áreas de avaliação são definidas pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), que assiste a Diretoria-Executiva CAPES na elaboração das políticas e das diretrizes no que se refere à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Entre outras atribuições, o CTC-ES tem a competência de propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados no âmbito da educação superior (CAPES, 2018b).

As Áreas de Avaliação são agregadas em dois níveis: Colégios e Grandes Áreas.

São três os Colégios: Ciências da Vida; Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar; e Humanidades. As Figuras 5, 6 e 7, apresentam o agrupamento completo, com as 9 Grandes áreas e as 49 Áreas de avaliação.

Colégio de Humanidades		
GRANDES ÁREAS		
CIÊNCIAS HUMANAS	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES
ÁREAS		
Antropologia / Arqueologia	Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	Artes
Ciência Política e Relações Internacionais	Arquitetura, Urbanismo e Design	Linguística e Literatura
Ciências da Religião e Teologia	Comunicação e Informação	
Educação	Direito	
Filosofia	Economia	
Geografia	Planejamento Urbano e Regional / Demografia	
História	Serviço Social	
Psicologia		
Sociologia		

Figura 5. As 18 Áreas do Colégio Humanidades.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2018b).

Colégio de Ciências da Vida			
GRANDES ÁREAS			
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	
ÁREAS			
Ciência de Alimentos	Biodiversidade	Educação Física	Medicina III
Ciências Agrárias I	Ciências Biológicas I	Enfermagem	Nutrição
Medicina Veterinária	Ciências Biológicas II	Farmácia	Odontologia
Zootecnia / Recursos Pesqueiros	Ciências Biológicas III	Medicina I	Saúde Coletiva
		Medicina II	

Figura 6. As 17 Áreas do Colégio Ciências da Vida.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2018b).

Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar		
GRANDES ÁREAS		
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	ENGENHARIAS	MULTIDISCIPLINAR
ÁREAS		
Astronomia / Física	Engenharias I	Biotecnologia
Ciência da Computação	Engenharias II	Ciências Ambientais
Geociências	Engenharias III	Ensino
Matemática/Probabilidade e Estatística	Engenharias IV	Interdisciplinar
Química		Materiais

Figura 7. As 14 Áreas do Colégio Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2018b).

2.2.2.2. A Plataforma Sucupira

A Plataforma Sucupira é a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Seu intuito é disponibilizar em tempo real informações e agilizar processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A plataforma apresenta também um caráter gerencial-operacional de todos os processos, permitindo maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de PG. O sistema possui uma área de acesso restrito, onde somente os Pró-Reitores, coordenadores de programas de PG, coordenadores de área e gestores da CAPES possuem acesso por meio de cadastramento prévio por CPF (CAPES, 2018j).

No contexto do processo de avaliação CAPES a plataforma tem um papel fundamental nas etapas de coleta, análise, interação e divulgação das informações e pode ser acessada pelo link: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

2.3. O Mestrado Profissional - Histórico, Premissas e Objetivos

As origens do Mestrado Profissional no Brasil remontam da Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995 da CAPES, que surgiu na esteira de um processo de reestruturação da pós-graduação. A portaria, assinada pelo então presidente da CAPES Abílio Afonso Baeta Neves, determina: “a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional.” (CAPES, 1995).

A proposta da diretoria CAPES, que originou a portaria 47, é intitulada “Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado” (CAPES, 1995b), e foi originada do documento “Mestrado no Brasil - a situação e uma nova perspectiva” (CAPES, 1995a), elaborado por uma comissão especial também em 1995. A proposta atesta que a estrutura do mestrado se caracteriza como etapa preliminar do doutorado, ou como grau terminal de educação para aqueles que não objetivam carreira acadêmica. Porém, se observou que a sociedade exigia uma formação mais específica dos graduados, transferência rápida dos conhecimentos gerados pela universidade, e vinculação mais direta da universidade com empresas, agências e governo. O texto segue com a constatação que estavam surgindo cursos de mestrado dirigidos à formação de profissionais, como resposta às demandas de agências e empresas interessadas na qualificação de seus quadros.

Na sequência desses fatos, a Portaria nº 80, de 1998, do Ministério da Educação, instala e regulamenta, por meio da CAPES, o Mestrado Profissional no Brasil. A portaria define as premissas que justificam e norteiam o MP:

- a) a necessidade da formação de profissionais pós graduados aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado de egressos dos cursos de mestrado que visem preferencialmente um aprofundamento de conhecimentos ou técnicas de pesquisa científica, tecnológica ou artística;
- b) a relevância do caráter de terminalidade, assumido pelo Mestrado que enfatize o aprofundamento da formação científica ou profissional conquistada na graduação, aludido no Parecer nº 977, de 03/12/65, do Conselho Federal de Educação;
- c) a inarredável manutenção de níveis de qualidade condizentes com os padrões da pós-graduação *stricto sensu* e consistentes com a feição peculiar do Mestrado dirigido à formação profissional; (CAPES, 1998).

Observa-se claramente no texto acima o objetivo da formação profissional, ou melhor, sua complementação e qualificação posterior à graduação, como preconizado pelo parecer Sucupira. Outro ponto em destaque é a ênfase que se dá à diferenciação do MP da formação *stricto sensu* acadêmica, na medida em que se exige um “desempenho diferenciado” dos

egressos daquela modalidade. Finalmente, destaca-se a premissa de qualidade, nos padrões do ME, mas com “feição peculiar”, enfatizando desde o início as características próprias do MP.

A respeito dessa feição peculiar, residiu, desde o início do MP uma tendência de associá-lo não só aos padrões de qualidade do ME, mas também às suas características e objetivos. Fischer (2010), cerca de 10 anos após a sanção dos programas de MP, cita o processo de reconstrução da pós-graduação por meio do MP como estratégia de formação para os setores não acadêmicos. Ela observa que esse processo ainda enfrentava um sistema de estruturas de formação de professores, com finalidades claramente voltadas à pesquisa e docência. Castro (2005), descreve as dificuldades de entendimento do propósito e das características intrínsecas dessa modalidade de PG. O autor aponta que uma causa importante, da dificuldade de desenvolver o MP até então, foi a sua vinculação à estrutura da PG acadêmica:

. . . que lhes tira a vida própria e os converte em prêmios de consolação ou mendigos, no Olimpo dos cursos acadêmicos. A estrutura presente condena os mestrados profissionais a uma mímica da vida acadêmica e da pesquisa “científica” totalmente inapropriada para sua índole profissional.

A portaria nº 80 define ainda exigências relacionadas aos cursos ou programas que pretendam se enquadrar na nova modalidade:

- a) estrutura curricular clara e consistentemente vinculada a sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, em termos coerentes com seus objetivos e compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano;
- b) quadro docente integrado predominantemente por doutores, com produção intelectual divulgada em veículos reconhecidos e de ampla circulação em sua área de conhecimento, podendo uma parcela desse quadro ser constituída de profissionais de qualificação e experiência inquestionáveis em campo pertinente ao da proposta do curso;
- . . .
- d) exigência de apresentação de trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo, (sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele. (CAPES, 1998).

Destacam-se, nas características dos programas de MP a serem disponibilizados pelas IES, o ensino *com aplicação profissional, diferenciado e flexível*. O quadro de docentes, predominantemente doutores, pode ser constituído em parte por profissionais com experiência na área do curso. Por último, observa-se que não reside mais na dissertação a única modalidade de apresentação do trabalho final.

A peculiaridade do MP, representada pela forma do trabalho de conclusão de curso, que inclui, entre outros, *o desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos*, fundamenta a necessidade de um corpo discente composto também de práticos, de modo a prover orientações e composição de bancas apropriadas ao Mestrado Profissional. A esse respeito, Mattos (1997), ainda na época das discussões iniciais sobre o MP, observa a respeito da produção científica gerada nessa modalidade:

. . . será julgada, sem dúvida, pelo corpo docente, sob diversos critérios relativos ao mundo da produção e da organização sob estudo. Mas deve sê-lo principalmente sob o critério da utilidade para a própria empresa, arbitrada por ela ou com ela negociada. O mestrado profissional é programa cooperativo de formação e pesquisa que só funciona bem se a academia estiver disposta a rever sua atitude em relação ao objeto de poder, o mestrando e seu produto.

Em 2009, surge a Portaria do MEC nº 17 (CAPES, 2009), que confere um melhor enquadramento do MP dentro do cenário da pós-graduação brasileira (CAPES, 2016, p. 2). O intuito da portaria foi fazer um detalhamento dos critérios para entrada de novos programas, permitindo à CAPES uma regulação mais precisa da oferta de cursos de MP pelas IES. Para atingir esse objetivo, a portaria detalha as premissas orientadoras dos critérios de avaliação para os novos entrantes e também para a avaliação periódica. Entre essas premissas, destacam-se: as estruturas de planejamento e curricular do programa apresentado pelas IES; a extensa lista de formatos possíveis para os trabalhos de conclusão de curso; e a qualificação e a produção intelectual dos docentes, em especial dos docentes-orientadores.

Vale ressaltar que um grande motivador da portaria 17, é o fato de que entre 1998 e 2009 a taxa de crescimento dos programas de MP foi muito superior às dos programas acadêmicos de mestrado e doutorado. A Tabela 1 apresenta, como exemplo, o número de programas de PG nesse período. Observa-se que a tabela faz um recorte apenas em uma área de avaliação, mas a tendência se repete para as demais áreas. O período reportado cobre desde a regulamentação dos MP em 1998, até o surgimento da Portaria 17 em 2009 e, posteriormente, o período de 2009 até 2017, que é ano mais recente divulgado pela CAPES.

A portaria 17 definiu também que o MP receberá, como resultado das avaliações da CAPES, graus de qualificação(notas) variando do conceito de 1 a 5, sendo o conceito 3 o mínimo para aprovação.

Tabela 1

Quantidade de Programas de Pós-Graduação ativos por modalidade na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

Programas de Pós-Graduação Ativos						
Área	Ano	Somente DO	Somente ME	ME e DO	Total de ME + DO	MP
Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo.	1998	0	12	0	12	0
	2009	0	47	27	74	26
	2017	4	48	62	114	74

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do portal GeoCAPES (CAPES, 2018f).

Seguindo na história do MP, em de 23 de março de 2017, o MEC publicou a Portaria nº 389, que dispõe sobre o Mestrado e Doutorado Profissional no âmbito da pós-graduação. Assim, os programas de pós-graduação da modalidade profissional no Brasil passam a ter equivalência de nível com os programas acadêmicos. A Portaria 389, que revoga a Portaria 17 de 2009, reforça, tanto para MP, como para o recém criado Doutorado Profissional (DP), os mesmos objetivos:

- I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e
- IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas. (CAPES, 2017).

Visando operacionalizar a Portaria 389, a Portaria nº 131 da CAPES, de 28 de junho de 2017 (CAPES, 2017a), definiu e informou que a CAPES regulamentará a submissão de propostas de cursos novos de pós-graduação *stricto sensu* na Modalidade Profissional, em nível de Mestrado e de Doutorado. A Portaria 131, revoga a Portaria 80 de 1998.

Mais recentemente, surgiu a Portaria nº 252, de 14 de novembro de 2018 (CAPES, 2018g), que instituiu o Grupo de Trabalho (GT) que deverá entregar relatório detalhado, contendo recomendação de encaminhamento, à Presidência da CAPES, para a revisão da Portaria 131. Observa-se assim a existência formal e dinâmica da PG de cunho Profissional no Brasil, observa-se porém, ao mesmo tempo, sinais de um processo ainda em construção.

2.3.1. O Sistema de Avaliação CAPES para o Mestrado Profissional

Como visto anteriormente, o sistema de avaliação CAPES é composto de duas grandes fases: 1- Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) e 2- Avaliação Periódica (quadrienal). Há, além das dos processos acima, o Acompanhamento Anual. Este é realizado no período compreendido entre os anos de realização das avaliações quadrienais, visando manter o diálogo entre a CAPES e as IES que mantêm os cursos de PG. O objetivo é a promoção da qualidade dos cursos e o auxílio para superar os problemas que eventualmente estejam enfrentando. O Acompanhamento anual não implica na atribuição de conceitos aos programas (CAPES, 2018a).

Visando manter a delimitação do presente estudo em programas ativos de MP, serão apresentadas a seguir as características da avaliação periódica, considerando que os programas foco atenderam aos padrões da APCN.

A avaliação quadrienal é realizada ao final de cada quadriênio. Os resultados da avaliação de cada programa são apresentados na "Ficha de Avaliação" definida pelo CTC, onde constam, no que se refere aos vários itens avaliados, os atributos a eles consignados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora. Ao final, é atribuído o conceito correspondente ao seu desempenho no quadriênio, na escala de 1 a 7 adotada (1 a 5 para os MP). Tais resultados podem ser contestados pelas instituições de ensino mediante a apresentação de recurso e, uma vez homologados pelo Ministro da Educação, são válidos até a homologação dos resultados da Avaliação Quadrienal subsequente.

Vale ressaltar a importância do processo de avaliação, em relação ao seu impacto no sistema de PG brasileiro. Esse impacto atinge diretamente diversas partes interessadas nos programas, destacando-se: as IES e respectivas diretorias e coordenações acadêmicas, os docentes e discentes. Os resultados da avaliação indicam a qualidade e a posição relativa de cada programa de PG, dentro de sua área, e servem de referência para decisões de investimento público e privado em pesquisa e na própria PG e, adicionalmente, implicam na renovação do reconhecimento do programa pelo Conselho Nacional de Educação até o próximo quadriênio (CAPES, 2018i).

A Figura 8 apresenta de modo resumido o processo CAPES de avaliação da PG. O processo é composto por 5 etapas, desde a coleta inicial de informações até o encaminhamento das aprovações e reconhecimentos dos cursos ao MEC.

Assim como os das demais modalidades de PG, os programas de MP são associados a uma área específica de avaliação.

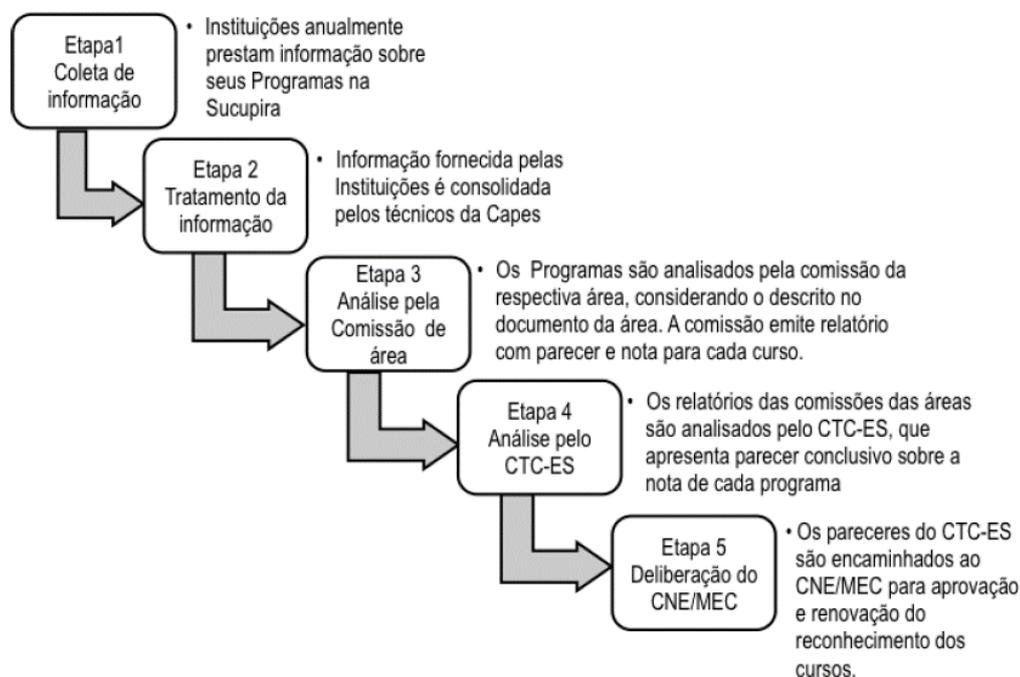


Figura 8. Etapas do Processo CAPES de avaliação periódica da PG.

Fonte: CAPES (2016).

A Figura 9, apresenta uma visão hierárquica do foco do presente estudo: programas de MP na área de avaliação Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo.

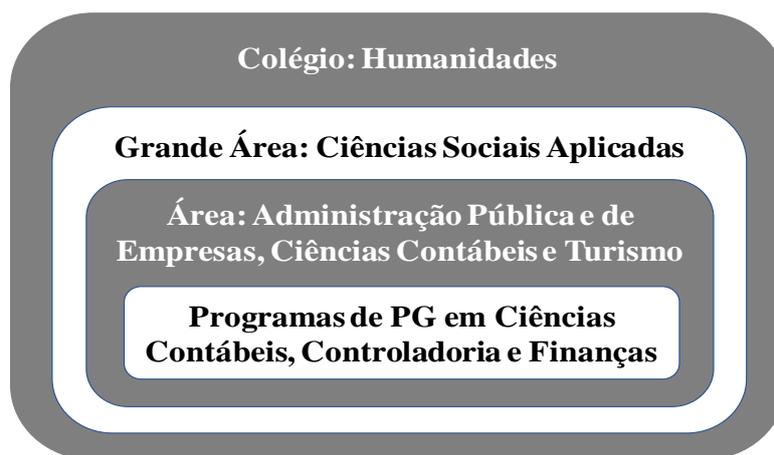


Figura 9: Estrutura Hierárquica da Área de Avaliação Foco da Pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2018b).

Para cada área de avaliação existe uma coordenação específica, responsável pelo processo de avaliação. Cada coordenação de área publica, periodicamente, os Documentos de

Área, contendo um panorama geral do estágio e demais informações pertinentes à área (CAPES, 2016).

Os quesitos objetivos para a avaliação periódica dos programas de PG constam da chamada Ficha de Avaliação. A ficha é dividida em 5 quesitos principais, basicamente os mesmos para as diversas áreas de avaliação para cada modalidade de PG, acadêmica ou profissional (CAPES, 2016). São eles:

- Proposta do Programa;
- Corpo Docente;
- Corpo Discente e Trabalho de Conclusão;
- Produção Intelectual;
- Inserção Social.

A Tabela 2 apresenta os itens de avaliação do Mestrado profissional, com seus respectivos pesos, para cada quesito principal. O Apêndice A apresenta a ficha completa utilizada na avaliação quadrienal em 2017 contendo, além dos quesitos e itens de avaliação, suas definições e comentários.

Tabela 2

Ficha de Avaliação do MP - Avaliação Quadrienal 2017.

Ficha de Avaliação MP			
Quesito	Peso %	Peso dentro do Quesito %	Itens de Avaliação do Quesito
Proposta do Programa	Avaliação Qualitativa	25	Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) áreas de concentração, linhas de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do programa.
		25	Coerência, consistência, abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.
		20	Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.
		30	Planejamento do programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.
Corpo Docente	20	50	Perfil do corpo docente.
		30	Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes.
		20	Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação.
Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30	30	Quantidade dos trabalhos de conclusão aprovados no período em relação ao corpo discente no ano anterior.
		40	Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.
		30	Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.
Produção Intelectual	30	25	Publicações qualificadas do programa por docente permanente.
		25	Produção artística, técnica, patentes, inovações.
		30	Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.
		20	Articulação da produção científica e técnica ou artística entre si e com a proposta do programa.
Inserção Social	20	40	Impacto do programa.
		20	Integração e cooperação com outros cursos/ programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.
		20	Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.
		20	Divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2016).

Observa-se na ficha de avaliação dos MP, uma cobertura bastante ampla das características dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu*. Porém, é importante registrar a visão dos responsáveis pela avaliação periódica, que consta da versão final do relatório da avaliação quadrienal da área Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo:

No caso dos PPG profissionais, a ficha ainda guarda muita relação com a avaliação dos PPG acadêmicos, o que pode provocar paralelismo entre as duas modalidades de cursos, prevalecendo a lógica das avaliações acadêmicas, que pode ser considerada consolidada. No entendimento do comitê de área seria importante que fosse pensado uma nova ficha para avaliação dos PPG profissionais, de modo que apontasse, de maneira contundente, a relação do PPG com os setores produtivos que absorvem o profissional qualificado pelo PPG, inclusive as formas de financiamento do PPG gerados pelo relacionamento. O foco no perfil de egresso e o setor produtivo beneficiado pela qualificação profissional promovida pelo PPG seria fundamental que fosse identificado. Dados a respeito do impacto da formação profissional promovida pelo PPG, tanto na carreira do egresso, quanto nas organizações que absorvem estes profissionais também teriam que ser considerados. (CAPES, 2016a).

A coordenação da área propõe, em função dessa constatação, uma ficha simplificada para o MP e que os dados solicitados e avaliação sejam revistos, visando mudar o foco para a medição do impacto do MP nas organizações que absorvem o seu titulado. A produção e a qualificação dos docentes deveriam ser avaliadas como medidas complementares, assim como “dados sobre financiamentos e resultados obtidos com parcerias não acadêmicas e acadêmicas do programa” (CAPES, 2016a).

O cenário acima parece indicar uma dificuldade muito grande para se encontrar um conjunto de itens de avaliação que reflitam um correto balanceamento entre a produção acadêmica gerada pelo MP e seus objetivos. A cerca de dez anos, no lançamento do 6º PNPG, os reguladores da PG brasileira assinalavam o que ainda parece ser o principal fator de inibição de medidas inovadoras e arrojadas em relação a avaliação do MP:

No curso dos anos, o taylorismo intelectual e o imperativo do *publish* ou *perish* invadiram todas as áreas e isso refletiu na avaliação, com o predomínio da quantidade sobre a qualidade. Ademais, as áreas profissionais e aplicadas continuam sendo avaliadas a partir de parâmetros das áreas básicas e acadêmicas, prevalecendo o *paper* e o livro sobre as criações e os inventos. (CAPES, 2010, p. 127).

2.4. O Quadrante de Pasteur ou A Pesquisa Inspirada pelo Uso

Em sua obra o “Quadrante de Pasteur”, Donald E. Stokes³, em 1997, aponta a força das revoluções científicas e industrial como mote para forjar o mundo moderno. Stokes relembra como as principais potências e, em particular, os Estados Unidos da América (EUA), definiram políticas de fomento à pesquisa no pós guerra baseadas na premissa da ciência básica como motor da inovação tecnológica. O que pareceu dar certo por cerca de quarenta anos, começou, na visão de Stokes, a desmoronar devido à fragilidade dessa premissa, ou seja, as relações entre ciência e tecnologia (Stokes, 2008, pp. 15-16).

A origem dessa premissa, verdadeiro paradigma, remonta a um pedido feito em 1944 pelo então presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, a Vannevar Bush, diretor do Escritório de Pesquisa Científica e Desenvolvimento (OSRD). Roosevelt queria um relatório onde se tentasse prever o papel da ciência em tempos de paz. Esse pedido gerou o relatório “Science, the Endless Frontier” (Bush, 1945). O relatório, de julho de 1945, não ficou pronto a tempo de ser visto por Roosevelt, que faleceu em abril. Na visão de Stokes, o relatório se tornou importante menos por ser um projeto detalhado de política científica no pós guerra, do que pelo seu esquema conceitual sobre ciência e tecnologia (Stokes, 2008, p. 17). A respeito de pesquisa básica, Bush define no relatório:

O progresso na guerra contra as doenças depende de um fluxo de novos conhecimentos científicos. Novos produtos, novas indústrias e mais empregos exigem acréscimos contínuos ao conhecimento das leis da natureza e a aplicação desse conhecimento a objetivos práticos. Da mesma forma, nossa defesa contra agressão exige novos conhecimentos para que possamos desenvolver armas novas e aperfeiçoadas. Esse novo conhecimento essencial só pode ser obtido por meio de pesquisa científica básica. . . . As faculdades, universidades e institutos de pesquisa apoiados pública e privadamente são os centros de pesquisa básica. Eles são as fontes de conhecimento e compreensão. Enquanto vigorosos e saudáveis e seus cientistas livres para buscar a verdade onde quer que ela possa levar, haverá um fluxo de novos conhecimentos científicos para aqueles que podem aplicá-lo a problemas práticos no governo, na indústria ou em qualquer outro lugar. (Bush, 1945).⁴

³ Cientista político, falecido em 1997, foi decano da Woodrow Wilson School of Public and International Affairs da Universidade de Princeton. Coordenou cursos de pós-graduação na Universidade de Michigan e foi assessor da Nacional Science Foundation (NSF). Estagiou no Research Institute of International Trade and Industry de Tóquio e no Science Policy Research Unit da Universidade de Sussex na Inglaterra (Fonseca, 2009).

⁴ Do original: “Progress in the war against disease depends upon a flow of new scientific knowledge. New products, new industries, and more jobs require continuous additions to knowledge of the laws of nature, and the application of that knowledge to practical purposes. Similarly, our defense against aggression demands new knowledge so that we can develop new and improved weapons. This essential, new knowledge can be obtained only through basic scientific research. . . . The publicly and privately supported colleges, universities, and research institutes are the centers of basic research. They are the wellsprings of knowledge and understanding. As long as they are vigorous and healthy and their scientists are free to pursue the truth wherever it may lead, there will be a flow of new scientific knowledge to those who can apply it to practical problems in Government, in industry, or elsewhere”.

De uma maneira resumida, o pensamento de Bush sobre pesquisa básica é resumido em duas premissas (Stokes, 2008, pp. 17-18):

- A pesquisa básica é realizada sem pensar em fins práticos; e
- Sua contribuição se resume ao conhecimento em geral e ao entendimento da natureza e suas leis.

O paradigma representado pela visão de Bush se reflete em duas visões: uma “estática” e uma “dinâmica”, esta última conhecida como “modelo linear”. A Figura 10 apresenta cada uma dessas visões. A visão estática mostra pesquisa básica e aplicada como distintas e conflitantes e a visão dinâmica ou modelo linear, prega uma sequência linear desde a pesquisa básica até a nova tecnologia (Stokes, 2008, p. 27).

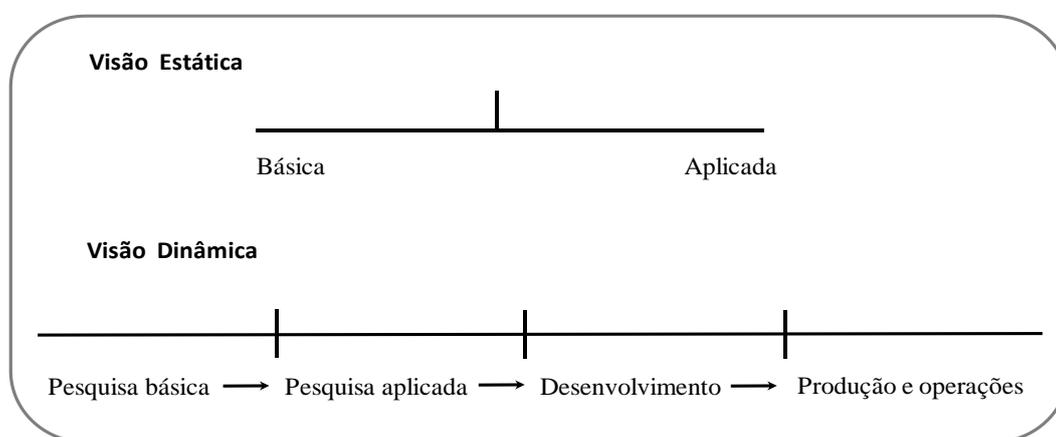


Figura 10. As visões de Bush sobre pesquisa básica e aplicada segundo Stokes.

Fonte: Elaborado e adaptado pelo autor a partir de Stokes (2008, p. 27).

A visão de Bush acabou sendo absorvida pelo *mainstream*. Em um relatório da *National Science Foundation*⁵, em 1952, é descrita a sequência tecnológica, mais tarde chamada de “transferência de tecnologia”:

- A sequência tecnológica é formada pela pesquisa básica, pela pesquisa aplicada, e pelo desenvolvimento...
- A pesquisa básica mapeia o curso da aplicação prática, elimina os becos sem saída, e permite ao cientista aplicado e ao engenheiro atingir seus objetivos com a máxima velocidade, direção e economia. A pesquisa básica, voltada simplesmente para o entendimento mais completo da natureza e de suas leis, dirige-se para o desconhecido, [ampliando] o domínio possível.

⁵ “A National Science Foundation (NSF) é uma agência federal independente criada pelo congresso dos EUA em 1950 para promover o progresso da ciência; para melhorar a saúde, a prosperidade e bem-estar nacional; para garantir a defesa nacional ... A NSF é vital porque apoiamos a pesquisa básica e as pessoas para criar conhecimento que transforma o futuro. O orçamento da NFS para 2018 foi de US\$ 7,8Bi. Ela é a fonte para aproximadamente 27% do fomento federal para pesquisa básica realizada em faculdades e universidades dos EUA. Em muitos campos, como matemática, ciência da computação e ciências sociais, a NSF é a principal fonte de apoio federal.” (NSF, 2018).

- A pesquisa aplicada preocupa-se com a elaboração e a aplicação do que é conhecido. Seu objetivo é tornar o real possível, demonstrar a viabilidade do desenvolvimento científico ou da engenharia, explorar caminhos e métodos alternativos para a consecução de fins práticos.
- O desenvolvimento, estágio final da sequência tecnológica, é a adaptação sistemática dos achados de pesquisa e materiais, dispositivos, sistemas, métodos e processos úteis... A partir dessas definições fica claro que cada um dos sucessivos estágios depende do estágio precedente. (Stokes, 2008, pp. 27-28).⁶

Stokes traça sua linha de argumentação definindo a natureza da pesquisa básica e da pesquisa aplicada de maneira distinta da visão corrente. O autor entende que existe um relacionamento entre as duas, uma vez que o entendimento do problema básico passa pela pesquisa inspirada pela busca do entendimento e pela pesquisa inspirada pela consideração do uso (Stokes, 2008, p. 21). Como exemplo, Stokes cita o surgimento da microbiologia no século XIX. Os trabalhos de Pasteur mostraram que, ao mesmo tempo que procurava um entendimento fundamental sobre as doenças e outros processos microbiológicos, ele buscava objetivos aplicados, relacionados à prevenção da deterioração da cerveja, do vinho e do leite, e a vencer a cólera no frango, a raiva em animais e humanos, entre outros. Stokes conclui a respeito do trabalho de Pasteur:

À medida que avança em suas pesquisas, começou a dar forma a uma estrutura conceitual para o entendimento de toda uma nova classe de fenômenos naturais, obtendo o resultado surpreendentemente original de que certos microrganismos eram capazes de viver sem a presença de oxigênio. Portanto, à medida que os estudos de Pasteur se tornavam progressivamente mais fundamentais, os problemas escolhidos por ele e as linhas de investigação adotadas tornavam-se progressivamente mais aplicados. (Stokes, 2008, p. 31).

O que Stokes prega não é a diminuição da pesquisa básica ou a negação de suas características intrínsecas de busca do conhecimento pelo conhecimento, mas sim a possibilidade de interação desta com a pesquisa aplicada. Vai além, defende a relação das duas modalidades e afronta o paradigma do modelo linear, dizendo que também se gera tecnologia e inovação a partir da pesquisa inspirada por sua aplicabilidade. Para isso, cria um novo paradigma, surgindo daí o Quadrante de Pasteur (Figura 11).

⁶ Original disponível em NSF (1952).

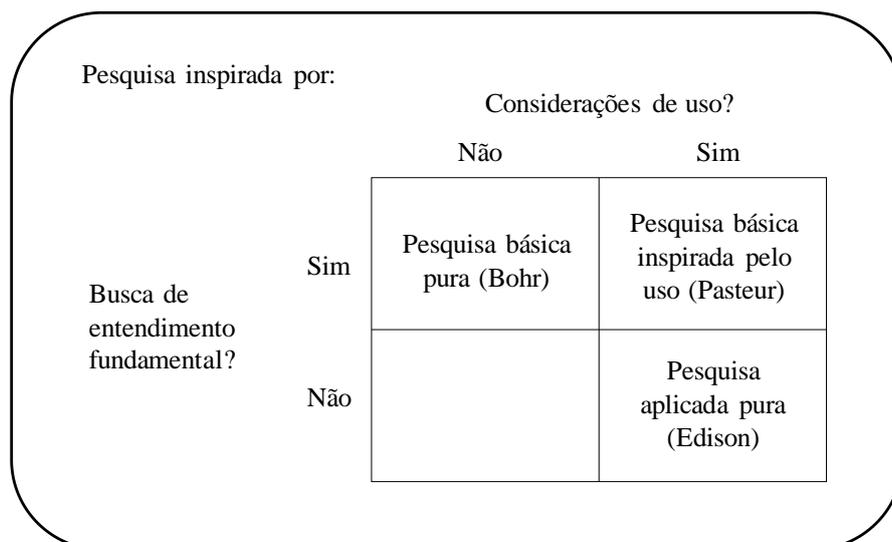


Figura 11. O Quadrante de Pasteur.

Fonte: Elaborado pelo autor partir de Stokes (2008, p. 118).

No modelo proposto por Stokes, o quadrante superior esquerdo significa a busca do entendimento sem pensar na sua utilização, sendo batizado com o nome de Niels Bohr, pois a procura do modelo atômico foi, segundo Stokes “uma pura viagem de descoberta”. Stokes assinala que essa categoria representa o ideal de pesquisa dos filósofos naturais, dos alemães do século XIX e dos norte-americanos do século XX, e inclui o conceito de pesquisa básica de Bush.

O quadrante inferior direito é a pesquisa guiada somente por objetivos aplicados, sem se importar com o entendimento mais geral dos fenômenos. Foi nomeada como quadrante de Edison, que impedia que seus ajudantes perseguissem implicações científicas mais profundas em sua busca de um sistema de iluminação elétrica mais rentável.

O quadrante superior direito traz a pesquisa básica, mas é também inspirada pelas considerações do uso, e por esse motivo foi nominado como quadrante de Pasteur.

Finalmente, o quadrante inferior à esquerda fecha conceitualmente o modelo e não está vazio. Stokes prevê um tipo de pesquisa onde o pesquisador, a exemplo de Bohr, não se inspira em um objetivo prático e também não busca o entendimento de matérias mais gerais e assim seria movido por uma curiosidade sobre fatos particulares (Stokes, 2008, pp. 118-119).

O modelo de Stokes tenta mostrar que o modelo linear, de mão única, que liga a ciência básica à tecnologia, precisa dar lugar a uma trajetória dual e interativa. A ciência salta de nível de conhecimento por meio de pesquisas puras, onde os progressos tecnológicos têm papel menor. De modo análogo, a tecnologia salta para um nível melhorado por meio de pesquisas com alvos definidos, ou ainda por mudanças em projetos de engenharia, ou por improvisações

em laboratórios, processos onde a ciência tem pouca relevância. Stokes (2008, p. 138), conclui “Mas cada uma dessas trajetórias é de tempos em tempos fortemente influenciada pela outra, sendo que essa influência pode acontecer em uma ou outra direção, com a pesquisa básica inspirada pelo uso atuando frequentemente no papel de ligação”.

Essa dinâmica, faz surgir a proposta de um modelo dinâmico revisado, que pode ser visto na Figura 12.

A visão de Stokes no final do século passado, trouxe uma espécie de renovação no ar da conhecida discussão sobre *rigor and relevance*, que segundo Antunes, Mendonça Neto, & Vieira (2016) reflete a falta de sintonia entre a pesquisa acadêmica (rigor) e as necessidades dos práticos (relevância). No campo da pesquisa na área da contabilidade e gestão, a realidade não tem sido diferente. Mendonça Neto, Antunes, Oyadomari, & Riccio (2011), apresentam a visão de vários autores que enxergam a causa desse *gap*, ora na falta de conhecimento prático atribuída aos pesquisadores, ora na resistência da elite acadêmica em patrocinar pesquisas de cunho alternativo, como as do tipo intervencionista. O artigo explora ainda a visão de que para a comunidade acadêmica, “a relevância da pesquisa para o desenvolvimento da prática não é um aspecto importante”.

Segundo Stokes, são as pressões das demandas sociais por soluções inovadoras, em grande expansão a partir da década de 1980, que têm forçado a academia a rever seus conceitos em relação ao rompimento com o modelo linear.

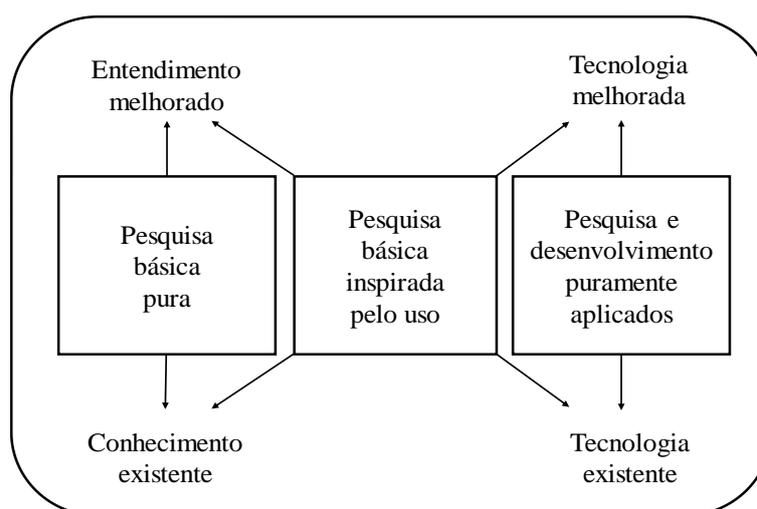


Figura 12. Modelo Dinâmico Revisado.

Fonte: Elaborado pelo autor partir de (Stokes, 2008, p. 138).

2.4.1. A Academia e o Setor Produtivo

Um exemplo brasileiro, que reflete a necessidade de mudança na relação academia-setor produtivo, pode ser visto na constatação de que a produção científica brasileira (15ª posição

mundial na quantidade de publicações científicas em 2006) não foi acompanhada pelo número de patentes de inovações tecnológicas produzidas no país no mesmo período (28ª posição no ranking mundial), persistindo o desafio de traduzir o conhecimento gerado em contribuição para melhorar o desempenho do setor produtivo (Fonseca, 2009).

Em aparente oposição a essa realidade, artigo publicado na Revista Fapesp, divulga levantamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) mostrando que a Unicamp detém o primeiro lugar no ranking de pedidos de patentes no país no período 1999-2003. O resultado comemorado, fruto de um esforço da Unicamp, é também motivo de preocupação, pois indica a falta de uma participação mais efetiva de empresas. No mesmo período, nos Estados Unidos, apenas 5% das patentes concedidas para depositantes nacionais pertencem às universidades (Marques, 2006).

A maneira que se dá no Brasil a busca pela relevância na pesquisa, que ainda revela um isolamento da academia em relação ao setor produtivo, parece começar a caminhar numa direção mais equilibrada. Izique & Marques (2018), relatam que a busca de remover entraves burocráticos das atividades de pesquisa e reforçar os elos entre o setor privado e as universidades, teve um desfecho positivo em fevereiro de 2018, quando o governo federal publicou o decreto nº 9283⁷. A nova regulamentação permite que a subvenção econômica seja utilizada pelas empresas tanto para o financiamento de pesquisa como para despesas de capital. A lei definiu orientações mínimas para a cooperação entre instituições científicas e o setor produtivo.

O cenário parece ficar mais claro, com as Universidades podendo, por meio da legislação em vigor, constituir personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, visando registrar patentes e firmar contratos de licenciamento de propriedade intelectual. Essa modalidade de produção intelectual é executada através dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) exemplificadas pela Agência Inova Unicamp e Agência USP de Inovação. As áreas que mais requisitaram registros são: as engenharias; a biotecnologia; e a ciência da computação. A Figura 13 apresenta o número de solicitações de licenciamentos feitos em 2016 (cerca de 2000). O gráfico revela que mais de 90% dos produtos de pesquisa estão nas categorias de patentes, marcas e softwares e mostra ainda um movimento tímido do setor privado (Pierro, 2018).

⁷ Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm.

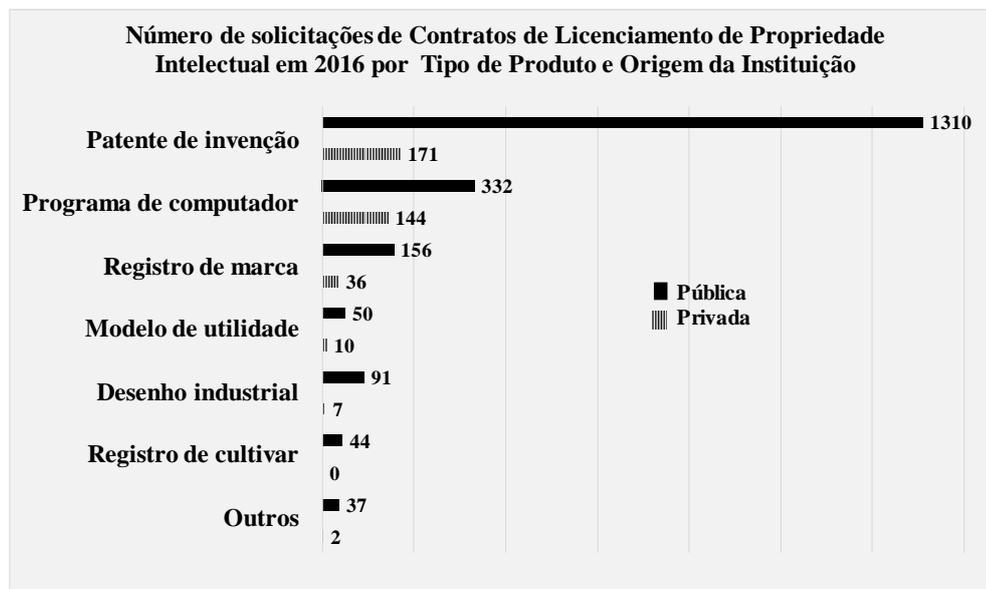


Figura 13. Solicitações de Contratos de Licenciamento de Propriedade Intelectual em 2016 por Tipo de Produto e Origem da Instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pierro (2018).

2.4.2. O Mestrado Profissional como Gerador de Produção Acadêmica Aplicada

A modalidade de pós-graduação denominada Mestrado Profissional objetiva a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Conseqüentemente, os cursos na modalidade devem apresentar uma estrutura curricular que enfatize a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo de atuação profissional específico (CAPES, 2018k). A Figura 14 tenta resumir de forma pictórica o objetivo principal do MP: a capacitação de profissionais em áreas de conhecimento. Embora o mestrado acadêmico também tenha como objetivo a formação profissional (tanto para o mercado como para a academia), reside no meio da figura a principal diferença entre as duas modalidades. As técnicas, processos e temáticas, pelas quais os docentes e discentes de MP navegarão, devem vir do mercado de trabalho. Pode-se observar aí a “Pesquisa básica, inspirada pelo uso”, onde a metodologia de formação *stricto sensu* pode garantir o rigor e a prática inspiradora sua relevância.

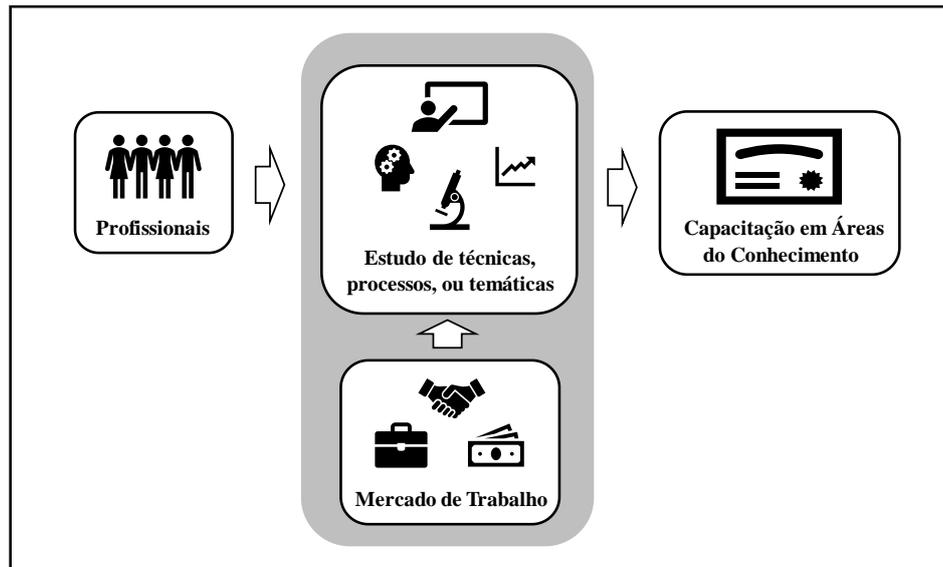


Figura 14. Objetivo do MP.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Capes (2018k).

Takahashi, Verchai, Montenegro, & Rese (2010), em artigo que compara as modalidades de mestrado em administração, apresentam pesquisas que apontam para três pontos de tensão na proposta de MP: 1- A existência do discurso da crítica em contraposição às expectativas instrumentais dos alunos (aplicadas); 2- Tempo de dedicação e a manutenção do vínculo empregatício e; 3- formação orientada para a prática profissional em relação à demanda por formação docente. Observa-se que essas tensões derivam mais de questões metodológicas e de expectativas erradas do que de problemas intrínsecos ao MP. Ao se observar a Figura 15, fica clara a necessidade de uma estrutura curricular objetiva e própria para os cursos de MP, exigindo infraestrutura, metodologia e docentes adequados, que promovam conhecimento atualizado e aplicado.

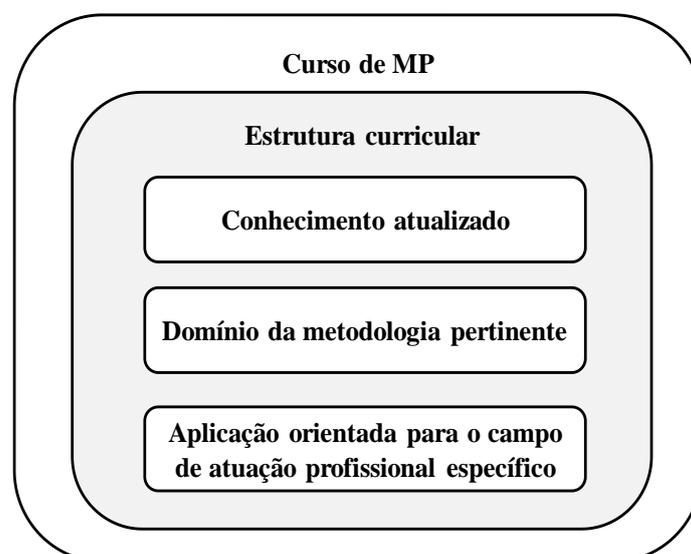


Figura15. Estrutura Curricular do MP.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Capes (2018k).

Segundo Mendonça Neto, Vieira & Oyadomari (2017), o MP nas áreas de contabilidade e de gestão ainda está em construção e sua aceitação não é unânime na academia. Os autores enfatizam que os critérios de avaliação da CAPES, se apegam mais a critérios de “calculabilidade” do que com o seu produto final: o desenvolvimento de tecnologias de gestão. Observam ainda, a respeito da divulgação da produção científica com linguagem específica, que são escassos os meios de divulgação de relatos tecnológicos, pois a maioria dos periódicos indexados no Brasil não os avalia para publicação. No caso dos eventos científicos, a flexibilidade é maior, uma vez que existe o Encontro dos Mestrados Profissionais em Administração (EMPRAD) e outros, que também reservam espaço para submissão de relatos tecnológicos, porém alertam que é necessário o preparo dos avaliadores, uma vez que muitos mantêm o “olhar acadêmico”.

2.5. O Método como Rigor e o Produto Final como Relevância

Desde antes da implantação do MP, o formato do trabalho de conclusão do curso foi motivo de discussão e polêmica como já abordado na introdução do presente estudo.

Segundo Fischer (2010), na área de administração, há dois pontos de tensão envolvendo os MP. O primeiro se refere ao corpo docente, no qual profissionais e técnicos com experiência, não titulados, têm que conviver em equilíbrio com doutores com e sem experiência profissional, criando uma “zona cinzenta” envolvendo critérios de avaliação e normatização regulatória. O segundo ponto de tensão para Fischer é o trabalho final. Os diferentes produtos sugeridos como alternativos à dissertação pela Portaria 17 de 2009 e ratificados pela Portaria 389 de 2017, são, quase na totalidade, exemplos de produção tecnológica que a área de Administração, como uma ciência social, tem dificuldade de definir como tal.

Para Menandro (2010), a dissertação no MP não parece ser um ponto de tensão. O autor aponta que muitos Mestrados Acadêmicos admitem ampla variedade de trabalhos de conclusão como acontece, por exemplo, em Computação ou em Artes. As propostas relativas ao MP ampliam essa variedade, mas ele não acredita que diferentes categorias dos trabalhos finais sejam um critério apropriado para diferenciar as duas modalidades. Por fim, termina dizendo que a experiência com modelos diversos, tanto nos casos Acadêmicos como nos casos Profissionais, “mais do que estabelecer diferenças, poderá contribuir para que um incorpore os mecanismos positivos testados pelo outro”.

Vasconcelos & Vasconcelos (2010, p. 364) analisam as dissertações de MP de maneira comparativa, ao dizer que o de Mestrado Acadêmico apresenta uma carga teórica e analítica

maior, porém menos voltada para os problemas de cunho prático, enquanto as dissertações do MP envolvem a proposição de modelos com vistas à solução de problemas das organizações, integrando a universidade e as empresas.

Bertero (1998) vai diretamente na questão de rigor e relevância ao defender que o trabalho de conclusão do MP poderia usar teorias, modelos ou conhecimentos sistematizados, que foram obtidos durante a realização do curso, mas que não deveriam necessariamente procurar construir ciência, não tendo a necessidade de elaboração de hipóteses que viessem a ser comprovadas ou negadas. Para ele, o trabalho final deve nascer de um mundo de preocupações profissionais. O autor não vê problema que o trabalho de conclusão “se pareça com um bom relatório de consultoria que se dedique a diagnosticar, analisar e propor soluções para um problema organizacional”.

Além das questões acadêmicas relacionadas ao produto final do MP, há ainda dúvidas mais pragmáticas, como por exemplo a avaliação da sua eficácia como produto aplicável. Para Mattos (1997) e Agopyan & Lobo (2007), há uma dificuldade intrínseca na avaliação do trabalho final dos MP, pois entendem que deve haver uma participação dos usuários nesse processo. Porém, a questão que se apresenta é quem e como os setores de produção farão essa avaliação. Para os trabalhos científicos existe uma competição pelo espaço nos bons periódicos, o que define padrões mínimos de aceitação. O que seria o equivalente para um Mestrado Profissional? Como estabelecer padrões consistentes para que seu produto seja atestado pelos interessados?

Sob um ponto de vista baseado na gestão dos programas de MP, entende-se relevante observar alguns resultados do processo de avaliação da CAPES relacionados aos trabalhos de conclusão de curso (TCC). Alguns comentários, presentes no relatório final da avaliação periódica da CAPES de 2017 (quadriênio 2013-2016), ajudam a traçar um panorama atualizado do enquadramento dos TCC de MP. O item avaliado é o 3.2: *Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos*, pertencente ao tópico 3. *Avaliação do Corpo Discente e Trabalho de Conclusão*:

Diferentemente do que tinha sido previsto no documento de área, foram usados dois indicadores para este item. O primeiro considerou a autoria de qualquer tipo de produção intelectual de egressos do PPG e o segundo tomou como base a avaliação pelos consultores da qualidade dos trabalhos de conclusão de curso. A mudança dos indicadores se deveu à baixa produção de discentes e egressos na forma de artigos em periódicos e livros informados na Plataforma Sucupira pelos PPG. A manutenção dos indicadores previstos faria com que muitos PPG fossem avaliados com o conceito insuficiente, por não terem registrado qualquer produto na Plataforma Sucupira.

...

Também é importante registrar que na análise dos trabalhos de conclusão de curso constatou-se que formatos alternativos à dissertação não foram acessados em razão de o repositório da Capes não os aceitar.

...

Descrição da sistemática adotada para avaliação dos trabalhos de conclusão: Foram selecionados aleatoriamente 15% dos alunos que concluíram o curso no quadriênio. Foi usado como controle para a seleção, o nome do orientador, de modo que fossem selecionados TCC do maior número possível de docentes do PPG. Considerando que alguns programas titularam poucos alunos, foi condicionado que no mínimo 5 TCC por PPG seriam analisados. Os 656 egressos selecionados foram distribuídos entre os consultores participantes da quadrienal, de modo que cada consultor analisou um conjunto de mais de 30 TCC. Cada consultor avaliou TCC de vários PPG diferentes. Para a análise, o consultor tinha que responder a 7 itens de qualidade, envolvendo aspectos como objetivo do estudo, adequação dos métodos empregados, qualidade e atualidade da teoria usada. Os resultados obtidos pela análise foram normalizados, para reduzir o viés dos avaliadores e as notas, então, variam de 0 a 1. Estes dados foram distribuídos em três estratos (Muito, Bom e Regular). (CAPES, 2016a).

A Figura 16 apresenta o resultado de avaliação do item referente à qualidade das dissertações de MP e da produção acadêmica dos mestrandos e egressos, onde se observa um número significativo de programas não avaliados (22%) e o enquadramento de 67% dos programas avaliados nas faixas de Bom e Muito Bom.

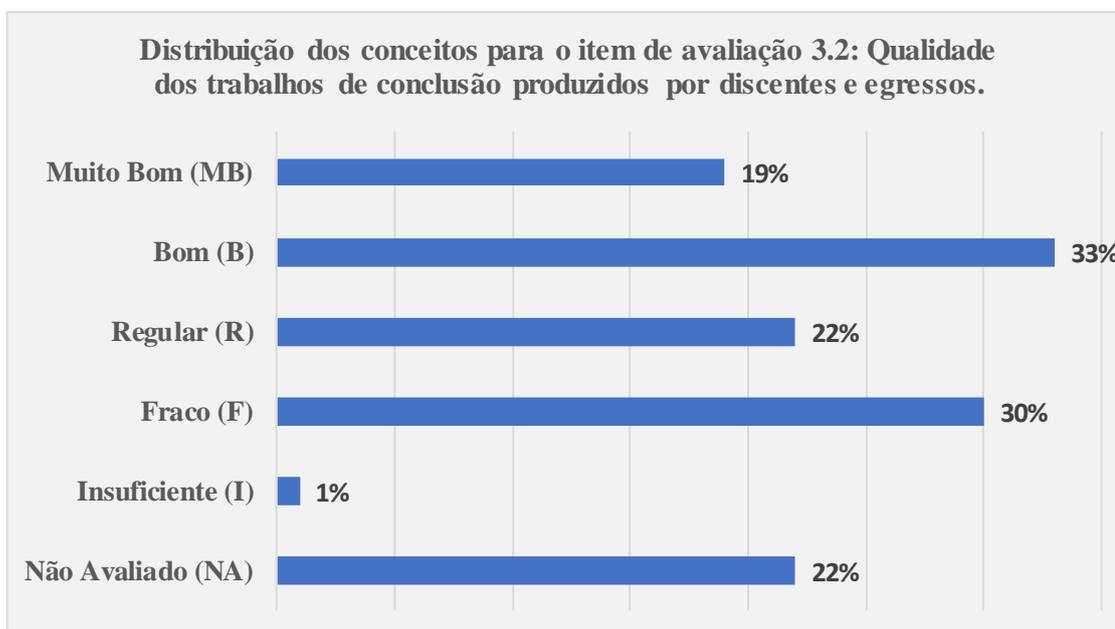


Figura 16. Distribuição dos conceitos para o item de avaliação 3.2.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2016a).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é dedicado aos procedimentos adotados para responder à questão de pesquisa proposta. Inicialmente, será apresentada uma breve descrição da tipologia da pesquisa, em seguida é apresentada a definição e a caracterização da população e os procedimentos metodológicos para coleta de dados. Por fim o capítulo apresenta o modelo conceitual utilizado para o tratamento e a análise dos dados.

Considerando o objetivo da pesquisa, o trabalho pode ser classificado como um estudo exploratório. Os estudos do tipo exploratório abordam temas pouco explorados ou com pouco conhecimento, com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o assunto (Andrade, 2002). Nesse sentido, o produto final da pesquisa transforma-se em problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2008, p. 27).

Em relação à abordagem do problema, a presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa pode descrever sua complexidade, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos vividos por grupos sociais (Richardson, 1999, citado por Raupp & Beuren, 2008, p. 91). Segundo Raupp & Beuren (2008, p. 92), a pesquisa qualitativa possibilita análises mais profundas do fenômeno que está sendo investigado. A abordagem quantitativa, por sua vez, se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, seja na coleta, seja no tratamento dos dados, sendo muito aplicada em pesquisa descritiva visando descobrir a relação entre variáveis e relações de causalidade (Raupp & Beuren, 2008, p. 93).

Segundo Martins & Theóphilo (2009, pp. 54-55), a pesquisa bibliográfica é necessária em qualquer pesquisa científica. A pesquisa bibliográfica propõe explicar e discutir um assunto com base em referências publicadas em livros, revistas, enciclopédias, dicionários, sites, anais de congressos, etc. Raupp & Beuren (2008) reafirma esse conceito ao dizer que ela é obrigatória, pois é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente sobre os temas em estudo.

Marconi & Lakatos (2017, pp. 200-201) e Colauto & Beuren (2008, pp. 134-135) nos dizem que a característica da pesquisa documental é utilizar como fonte de dados somente fontes primárias. Os mesmos autores definem que fontes primárias são aquelas compiladas na ocasião pelo autor.

Esta pesquisa utiliza as dissertações publicadas de programas de mestrado profissional como fontes primárias, pois o intuito não é transcrever dados já tratados pelo autor original

(fonte secundária), mas sim analisar dados contidos nas dissertações, caracterizá-los e classificá-los e assim compilá-los em nova proposta, dissociada dos assuntos tratados originalmente. Identifica-se assim a presente pesquisa como sendo bibliográfica e documental.

3.1. Definição da População em Estudo

Visando atingir os objetivos da pesquisa, a base de informação para essa avaliação será constituída pelas dissertações apresentadas às bancas de mestrado profissional em um período de 3 anos, julho de 2015 a junho de 2018 (delimitação temporal), tendo como escopo os programas de contabilidade, controladoria e finanças (delimitação de escopo).

Após pesquisa no site da CAPES (CAPES, 2018c), foram identificadas as seguintes Instituições de Ensino Superior (IES) com programas ativos de Mestrado Profissional na área de concentração contabilidade e controladoria:

- Fucape Business School;
- Instituto Presbiteriano Mackenzie; e
- Faculdade Fipecafi.

3.1.1. Identificação das IES e seus Programas de MP

Fucape Business School

A Fucape Business School, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças, foi criada em 2000. Oferece atualmente os cursos: Doutorados (Acadêmico e Profissional) em Ciências Contábeis e Administração, Mestrado Profissional e Acadêmico em Ciências Contábeis e Mestrado em Administração; MBAs na área de Gestão e Contabilidade; e graduação em Administração, Contador Global e Economia. A Fucape implantou primeiramente o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis e só posteriormente implementou os cursos de MBA e, em seguida, o curso de Graduação (Contador Global). Seu Programa de Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, possui as seguintes áreas de concentração (Fucape, 2018):

- Contabilidade e Controladoria Aplicadas ao Setor Público;
- Contabilidade Gerencial e Tributária;
- Finanças e Mercado Financeiro.

A Fucape, possui unidades em cinco cidades: Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG). Os programas de mestrado profissional em

contabilidade das unidades São Luís, Brasília e Belo Horizonte não possuíam, no período de coleta dos dados, produções científicas disponibilizadas e, por esse motivo, foram excluídos deste trabalho. Portanto, os programas de Mestrado Profissional da Fucape que terão as produções analisadas são os de Vitória e Rio de Janeiro e serão designados, daqui para frente, por Fucape ES e Fucape RJ.

Instituto Presbiteriano Mackenzie

O Instituto Presbiteriano Mackenzie, instituição educacional privada, confessional e sem fins lucrativos, teve sua origem em 1870, quando o casal de missionários presbiterianos George e Mary Ann Annesley Chamberlain chegou à cidade de São Paulo e implantou a Escola Americana. Com o passar do tempo, a fama da Escola Americana cresceu e, nos anos de 1880, chegou ao conhecimento do advogado americano John Theron Mackenzie, que deixou em testamento uma doação à Igreja Presbiteriana americana para que se construísse no Brasil uma escola de Engenharia. Assim foi feito e, a partir desta data, o Instituto Mackenzie cresceu e se diversificou a partir dos cursos de engenharia. Em 1952 o Mackenzie foi reconhecido como universidade (Mackenzie, 2018).

O Mackenzie possui uma extensa grade de programas de pós-graduação com Mestrados e Doutorados nas modalidades Acadêmica e Profissional. Em janeiro de 2008, instituiu seu programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais. O programa é desenvolvido na unidade em São Paulo e possui nota 4, atribuída pela CAPES. Sua área de concentração é definida abaixo:

Entende-se que Controladoria e Finanças Empresariais como a área, ou função, da organização que tem como finalidade identificar, mensurar, avaliar e comunicar as informações necessárias para o planejamento, execução e controle das ações das áreas operacionais e estratégicas, com o objetivo de criar valor para a empresa. Em síntese, a Controladoria Empresarial é entendida como responsável pela agregação e disponibilização das informações necessárias ao processo decisório dos stakeholders e pelo estabelecimento das bases para a concepção, construção e manutenção dos Sistemas de Informações Contábeis (SIC) nas empresas. (Mackenzie, 2018a).

O programa possui as seguintes linhas de pesquisa (Mackenzie, 2018a):

- Controle Gerencial e Sustentabilidade;
- Finanças, Regulação Contábil e Tributária.

A universidade Mackenzie possui unidades nas cidades de São Paulo (SP), Brasília (DF), Campinas (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Palmas (TO), todavia o programa de mestrado

profissional em controladoria e finanças é oferecido na unidade São Paulo (SP), portanto, terá a base de produções científicas analisadas e será doravante denominado Mackenzie.

Faculdade Fipecafi

A Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - é uma entidade privada, sem fins lucrativos, criada em 1974 por professores do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São (USP). A instituição recebeu do Ministério da Educação a autorização para funcionar na forma de uma IES em 2010. Nesse mesmo ano surgiu a Faculdade Fipecafi (Fipecafi, 2018).

A Faculdade Fipecafi, é uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos e oferece cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração, de tecnólogo em Gestão Financeira e em Processos Gerencias. A Faculdade possui, além da sede em São Paulo (SP), polos de Ensino à Distância (EAD) no Rio de Janeiro (RJ), Ribeirão Preto (SP), Espírito Santo do Pinhal (SP) e Brasília (DF) (Fipecafi, 2018a). Em fevereiro de 2016, A Faculdade Fipecafi instituiu seu programa de Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças contendo duas áreas de concentração (Fipecafi, 2018b):

- Controladoria e Contabilidade;
- Finanças.

A Tabela 3 traz um resumo das IES e seus respectivos programas de MP ativos em Contabilidade, Controladoria e Finanças, programas foco desta pesquisa.

Tabela 3

Programas Mestrado Profissional em Controladoria, Contabilidade e Finanças.

ÁREA DE AVALIAÇÃO				
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo				
ÁREA BÁSICA				
Ciências Contábeis				
RESUMO DOS PROGRAMAS				
IES	NOME DO PROGRAMA	DATA DE INÍCIO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	COORDENADOR
Fucape ES	Ciências Contábeis	2001	- Contabilidade e Finanças	Valcemiro Nossa
Mackenzie	Controladoria e Finanças Empresariais	2008	- Controladoria e Finanças Empresariais	Henrique Formigoni
Fucape RJ	Ciências Contábeis	2015	- Contabilidade e Finanças	Fabio Moraes da Costa
Fipecafi	Controladoria e Finanças	2016	- Controladoria e Contabilidade - Finanças	Marta Cristina Pellucio Grecco

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de CAPES (2018c).

3.1.2. População

Definiu-se a população a ser pesquisada como sendo o total de dissertações aprovadas e/ou defendidas no período considerado neste estudo, julho de 2015 a junho de 2018, relacionadas aos 4 programas de MP identificados nas IES foco.

3.2. Procedimentos de coleta de dados

Definida a população, as dissertações foram obtidas dos respectivos sites das instituições foco deste estudo. A seguir são descritos os procedimentos utilizados, por IES.

Fipecafi

As dissertações foram obtidas através do site da Fipecafi, no portal Sophia Biblioteca, localizada no link: http://sophia.fipecafi.org:8010/sophia_bib_web/index.html. O sistema Sophia permitiu fazer a busca utilizando-se os parâmetros *todos os campos e dissertação*. Foram obtidos 17 registros de dissertações no período pesquisado.

Mackenzie

Por meio do portal da Universidade Mackenzie, <https://www.mackenzie.br/universidade/>, se procedeu a navegação pelas opções: *Pós-Graduação; Mestrado/ Doutorado; Universidade Campus Higienópolis; Controladoria e Finanças Empresariais - Profissional; Teses e Dissertações*. A partir desse ponto se tem acesso a um portal de buscas onde pode ser feita a seleção das dissertações por data de defesa. Foram obtidos 56 registros de dissertações no período pesquisado.

Fucape

O acesso às dissertações da Fucape se deu pelo link: <http://www.fucape.br/mestrado.php>. Nessa página, foram primeiramente escolhidas as opções *Produção Acadêmica; Produção Científica*. Na sequência, foi selecionada a opção *Dissertações Defendidas na Fucape Espírito Santo* e posteriormente a opção relacionada ao *ano*. O mesmo procedimento foi repetido para as dissertações da Fucape RJ. Foram obtidos 119 registros de dissertações para a Fucape ES e 15 registros para a Fucape RJ.

Algumas dissertações do Mackenzie e Fucape não apresentaram elementos claros para identificação a qual programa pertenciam, uma vez que a IES possuía também programas de

mestrados acadêmicos relacionados às ciências contábeis e controladoria. Com o intuito de dirimir esse tipo de dúvida, foram feitas também pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CAPES, 2019), no qual a consulta pelos campos *Programa* e *Data Defesa* solucionaram o problema.

A partir da definição da população objeto da pesquisa, foi executado o procedimento de *download* das dissertações em formato *pdf*. O conjunto de 207 arquivos *pdf* constituiu o que chamamos de **Base de Dissertações**, que é a principal base documental da pesquisa.

3.3. Modelo Conceitual Utilizado na Análise das Dissertações

Visando traçar um panorama mais focado da produção do MP, representada pelo trabalho de conclusão do curso, procedeu-se a uma análise dos objetivos básicos do MP definidos na Portaria 389 da CAPES. O objetivo foi encontrar termos que pudessem caracterizar e/ou identificar, em seu conjunto, o mestrado profissional. Assim, foram selecionados os termos:

- Capacitação Profissional;
- Transferência de Conhecimento; e
- Solução de Problemas/Inovação.

Com o objetivo de avaliar a maneira como as dissertações de MP são estruturadas e apresentadas, segundo critérios metodológicos, e entendendo que o assunto apresenta relação com os outros termos selecionados, foi incluído na análise de conteúdo o termo para designar “Metodologia de Pesquisa” e/ou “Procedimentos de Pesquisa”.

A seguir, foram associados, a cada um desse termos, itens que os caracterizassem e que pudessem ser identificados ou derivados do conteúdo das dissertações de MP. A definição dos itens foi construída a partir da literatura apresentada, tendo como visão macro as características gerais do MP e como visão mais detalhada os critérios do sistema CAPES de avaliação da PG.

Devido ser a premissa desta pesquisa apresentar uma visão da produção acadêmica dos MP, com base na análise de conteúdo das dissertações dos cursos de ciências contábeis, controladoria e finanças, não foram pesquisados dados adicionais destes programas. Esse fato define uma das limitações deste estudo, no que se refere às avaliações da adequação global dos programas aos seus requisitos regulatórios.

3.3.1. Os Termos e o Agrupamento dos Itens

A- Capacitação Profissional

Os itens escolhidos para caracterizar a Capacitação Profissional se referem a análise quantitativa de defesas de dissertação no período foco. Caracteriza as IES, “ano e mês da aprovação das defesas”. Diversos critérios de avaliação CAPES utilizam esse quantitativo direta ou indiretamente para aferir em que dimensão os programas de MP estão contribuindo para o crescimento da qualificação de profissionais pesquisadores.

B- Transferência de Conhecimento

A Transferência de Conhecimento agrupou itens quantitativos referentes aos “orientadores”, dado o seu papel singular como elo entre a academia e o pesquisador profissional em formação. A relação entre o orientador e orientando definirá também o tipo de conhecimento que será transferido à sociedade através dos produtos gerados no MP. Foram agrupados aqui “Orientadores por Programa” e “Defesas por Orientador”.

C- Solução de Problemas/Inovação

Para qualificar Solução de Problemas/Inovação, foram selecionados os itens Produto, Setor e Área.

C.1- Produto

Este item, procura identificar características ligadas ao produto final da dissertação, ou seja, que tipo de produto o pesquisador profissional entrega à sociedade, especificamente à academia e ao setor produtivo. Dada a infinidade de tipos que podem advir deste item, definimos, com base na leitura preliminar dos resumos das dissertações, as três categorias a seguir:

C.1.1- Avaliação/Diagnóstico

Essa categoria é composta pelos diversos tipos de análise e diagnósticos feitos em processos operacionais, leis, métodos, cenários, culturas organizacionais e outros, com objetivos de situar conjunturas, níveis de qualidade e dependência e correlação de variáveis, normalmente com base em critérios, teorias e padrões pré-estabelecidos. Entende-se este tipo de produto de cunho menos aplicado que os seguintes.

C.1.2- Modelo de Avaliação/Decisão

Aqui, encontram-se agrupados o que se pode chamar de modelos de decisão. Os Modelos de Avaliação/Decisão diferem da categoria Avaliação/Diagnóstico por darem, em relação a estes, um passo adicional: a proposição de um método. Enquadram-se nesta categoria os Modelos de Gestão em suas diversas manifestações.

C.1.3- Fluxo/Checklist/Guia/Padrão

Nesta categoria o item agrupa uma relação bastante vasta de produtos que tem um cunho aplicado mais claro, pois navegam em um nível de aplicação mais próximo do operacional. Isso não os hierarquiza em relação à importância, pois podem ir desde uma proposta de checklist visando verificar o *compliance* tributário até a proposição de uma alteração de legislação, sugerindo dispositivos específicos.

C.2- Setor

O item Setor procura revelar a que setor da economia o produto da pesquisa atende preferencialmente. Além dos setores tradicionais como Indústria, Comércio, Serviços, Setor Público, Terceiro Setor, foram elencados mais 5, com o intuito de agregar um nível de informação mais específico. Assim, quando a dissertação focar essas categorias, elas terão preferência em relação aos setores tradicionais. A seguir, são descritas as características desses 5 itens:

- Financeiro - Aqui concentram-se os bancos, seguradoras, corretoras de valores, corretoras de câmbio, fintechs e afins. Representa o conjunto de entidades reguladas pelo Bacen, CVM, Susep e Previc;
- Empresas S.A. e Microempresa - Estes itens foram destacados devido às características específicas (cultura, modelo de gestão, governança regulação, etc.) que são direcionadas pelo seu porte e complexidade;
- Empresas em Geral - Essa categoria foi definida para agrupar produtos de dissertação que atendem a qualquer tipo de sociedade empreendedora, independentemente de seu porte e natureza operacional.
- Academia - Por fim, são classificados nessa categoria os produtos relacionados ao ensino e também aqueles com aplicação mais voltada para ampliação do conhecimento.

C.3- Área

O item Área se refere à área de conhecimento ou de aplicação da dissertação. Como existem muitas possibilidades, foram arbitradas 7 áreas principais que agrupam assuntos a elas relacionados. O critério para atribuir uma dissertação a uma área específica se baseou na que foi considerada a mais impactada ou afeita ao produto gerado. A seguir, são relacionadas as áreas e entre parêntesis os assuntos nelas agrupados:

- Finanças (Análise de Investimentos, Análise de Financiamentos, *Valuation*, Gestão de Riscos Financeiros);
- Controladoria (Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos, Gestão, Planejamento, Orçamento, Sistemas de Informação Gerencial, Eficiência, Resultados);
- Contabilidade Financeira (Contabilidade Societária, Demonstrações Financeiras, Normas Contábeis, CPC, IFRS);
- Tributário (Fiscal);
- Governança (Corporativa, Cultura Corporativa, Alocação de Capital, Controles Internos, *Compliance*, Gestão de Risco Operacional, Auditoria);
- Atividade/Perfil/Formação Profissional (Contabilidade, Controladoria);
- Atividade Regulatória;
- Outras.

C.4- Indicador Pesquisa Aplicada/Não Aplicada

Foi criado um indicador no formato dicotômico para assinalar se a pesquisa tem cunho Aplicado (Sim) ou Não Aplicado (Não). Para o assinalamento do indicador, foram procuradas evidências que demonstrassem um efetivo teste ou implementação de um produto. Foram observados os seguintes critérios, em seu conjunto:

- Compromisso com o usuário final, de qualquer setor, em patrocinar e apoiar o teste e/ou a implementação do produto;
- A explicitação, no objetivo da pesquisa, em relação ao teste ou implementação do produto;
- A aplicação de metodologia de pesquisa adequada e coerente com o objetivo de teste ou implementação do produto.

D- Metodologia/Procedimentos de Pesquisa

Raupp & Beuren (2008, pp. 76-97), abordando a falta de uniformidade nas tipologias, fizeram estudo de diversos autores que propuseram tipologias de pesquisa científica na área de contabilidade. O estudo revelou uma série de agrupamentos das tipologias, a saber: Quanto à Natureza; Quanto aos Objetivos; Quanto aos Procedimentos; Quanto aos Fins; Quanto aos Meios; Quanto aos Procedimentos de Coleta e Quanto às Fontes de Informação. De modo permitir uma visão dos métodos e de suas tipologias, nas dissertações de MP, consideramos três agrupamentos utilizados por Raupp & Beuren, com exemplos de tipologias neles contidas:

D.1- Quanto à Natureza/Abordagem

- Qualitativa;
- Quantitativa; e
- Qualitativa-Quantitativa ou Mista.

D.2- Quanto aos Objetivos/Fins

- Exploratória;
- Descritiva;
- Explicativa.

D.3- Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados

- Bibliográfica;
- Documental;
- Levantamento (*Survey*);
- Entrevista;
- Grupo Focal;
- Estudo de Caso;
- Pesquisa Participante (Intervencionista/Ação).

D.4- Indicador de Utilização de Teoria de Base

Foi criado um indicador para assinalar se a pesquisa utilizou uma Teoria de Base (Sim/Não). O assinalamento foi Sim nas quais foram encontradas referências explícitas no referencial teórico. Foram utilizados os seguintes critérios, em conjunto ou isoladamente:

- Capítulo ou item específico destinado a uma ou mais teorias de base ou de referência no referencial teórico;
- Pelo menos três citações explícitas a uma mesma teoria no referencial teórico.

A Tabela 4 apresenta um sumário do termos e respectivos itens a eles associados e que compõem o Modelo Conceitual da Pesquisa.

Tabela 4
Modelo Conceitual da Pesquisa.

Modelo Conceitual da Pesquisa		
Termos Associados ao MP	Itens Associados aos termos	
A- Capacitação Profissional	A.1- Defesas/IES	
	A.2- Defesas/Ano	
	A.3- Defesas/Mês	
B- Transferência de Conhecimento	B.1- Orientadores/Programa	
	B.2- Defesas/Orientador	
C- Solução de Problemas/Inovação	C.1- Produto	C.1.1- Avaliação/Diagnóstico
		C.1.2- Modelo de Avaliação/Decisão
		C.1.3- Fluxo/Checklist/Guia/Padrão
	C.2- Setor	C.2.1- Financeiro
		C.2.2- Indústria
		C.2.3- Comércio
		C.2.4- Serviços
		C.2.5- Setor Público
		C.2.6- Terceiro Setor
		C.2.7- Empresas em Geral
		C.2.8- Empresas S.A.
		C.2.9- Microempresa
		C.2.10- Academia
	C.3- Área	C.3.1- Finanças
		C.3.2- Controladoria
		C.3.3- Contabilidade Financeira
		C.3.4- Tributário
		C.3.5- Governança
		C.3.6- Atividade/Perfil/Formação Profissional
		C.3.7- Atividade Regulatória
C.3.8- Outras		
C.4- Indicador Pesquisa Aplicada/Não Aplicada		
D- Metodologia/ Procedimentos de Pesquisa	D.1- Quanto à Natureza/Abordagem	
	D.2- Quanto aos Objetivos/Fins	
	D.3- Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados	
	D.4- Indicador de Utilização de Teoria de Base	

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3.2. A Planilha de Trabalho

Com os itens definidos, foi organizada uma planilha Excel para armazenar e organizar os achados nas dissertações a qual daremos o nome de **Planilha Base**.

A seguir, os campos que compõe a Planilha Base:

- Nome IES;
- Nome do Programa de MP;

- Nome do Mestrando;
- Nome do Orientador;
- Título da Dissertação;
- Data da Defesa;
- Produto;
- Setor;
- Área;
- Aplicada/Não Aplicada (Sim/Não);
- Quanto à Natureza/Abordagem;
- Quanto aos Objetivos/Fins;
- Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados; e
- Teoria de Base (Sim/Não).

A partir do conteúdo gerado, foram construídos quadros, tabelas e gráficos visando consolidar as informações das dissertações sob vários aspectos e níveis, cuja análise é apresentada a seguir.

3.4. Protocolo Utilizado na Análise de Conteúdo das Dissertações

A seguir, são descritos os procedimentos padrão utilizados na análise do conteúdo das dissertações visando identificar os itens do modelo conceitual. Destaca-se que esses procedimentos foram utilizados de maneira ampla para todos os itens, a despeito de procedimentos especiais já descritos para itens específicos.

O protocolo se baseou na seguinte ordem de pesquisa e análise:

- I. Leitura de tópicos
 - a. Título;
 - b. Resumo;
 - c. Introdução;
 - i. Problema e Questão de Pesquisa;
 - ii. Objetivo(s) (Geral e Específico(s));
 - d. Procedimentos Metodológicos;
- II. Pesquisa de palavras e termos por meio da função de Pesquisa do Adobe Acrobat Reader;
- III. Leitura adicional de outras partes do texto.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os achados da pesquisa e sua análise, tendo como premissa o objetivo principal que é avaliar a produção científica dos programas de MP do Brasil na área de ciências contábeis, controladoria e finanças. Adicionalmente, como objetivo específico, será avaliado o grau de utilização da pesquisa aplicada como objetivo e fundamento metodológico dos trabalhos de conclusão dos cursos de MP.

4.1. Uma Visão Quantitativa sobre as Dissertações de MP

O primeiro conjunto de resultados analisados está relacionado à quantificação da dimensão “Capacitação Profissional”, sendo considerado a quantidade de produção científica por IES, por ano e por mês. Inicialmente, a Figura 17 discrimina o total da produção científica por IES. Neste trabalho foram avaliadas 207 dissertações no período 2015 a 2018.

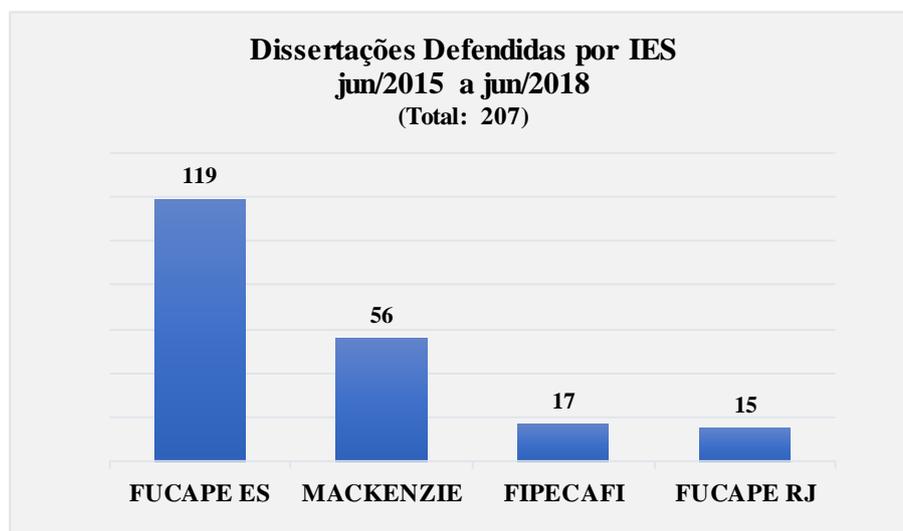


Figura 17. Número de Dissertações Defendidas por IES no Período Pesquisado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Destaca-se aqui a quantidade de produção científica da Fucape ES, com 57% do total de dissertações no período. As quantidades relacionadas à Fipecafi e à Fucape RJ se referem apenas ao período entre o primeiro semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, dado o início mais recente desses programas em relação às demais IES (ver Tabela 3, p. 54). Visando prover uma visão comparativa, no período de 2015 a 2018, foram aprovadas 794 dissertações de Mestrado Acadêmico (ME) na área de ciências contábeis e controladoria (CAPES, 2019), mostrando uma relação ME/MP de aproximadamente 4 para 1.

Embora a quantidade de produção científica do MP ainda seja reduzida, se comparada à produção do ME, essa relação tende a se tornar mais equilibrada devido ao crescimento dos

programas e, conseqüentemente, da produção do MP. A Figura 18 elenca o total de produção científica do MP por ano no período 2015 a 2018, enquanto que a Figura 19 apresenta a quantidade de produção científica de Mestrado Acadêmico, observando-se que neste caso foi coletado o ano “cheio” de 2015 e que em 2018 o número apresentado pode ser menor que o real, devido a uma latência entre a defesa e o envio da informação à CAPES pelas IES.

Considerando-se essas observações, de modo a fazer uma análise conservadora, identifica-se no período uma tendência de estabilização na produção científica do ME. Por outro lado, é observada uma taxa de crescimento do número de mestres profissionais superior à dos mestres acadêmicos no período analisado.

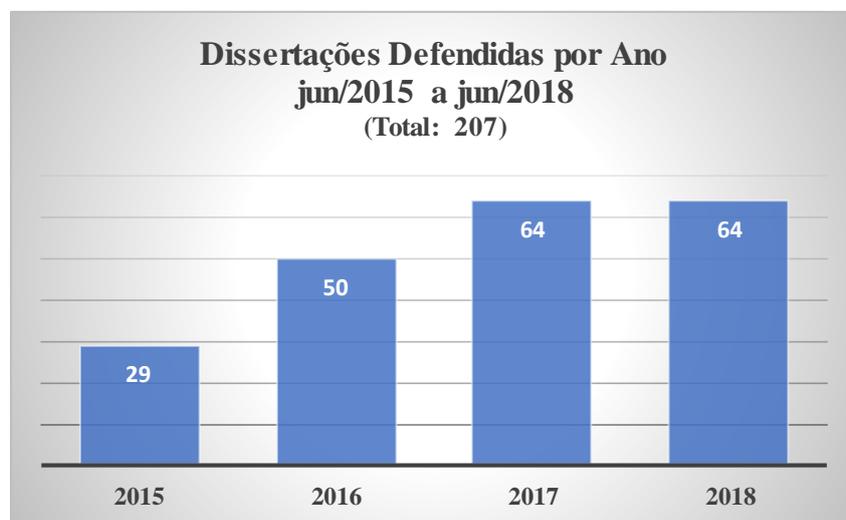


Figura 18. Número de dissertações defendidas por ano no período pesquisado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

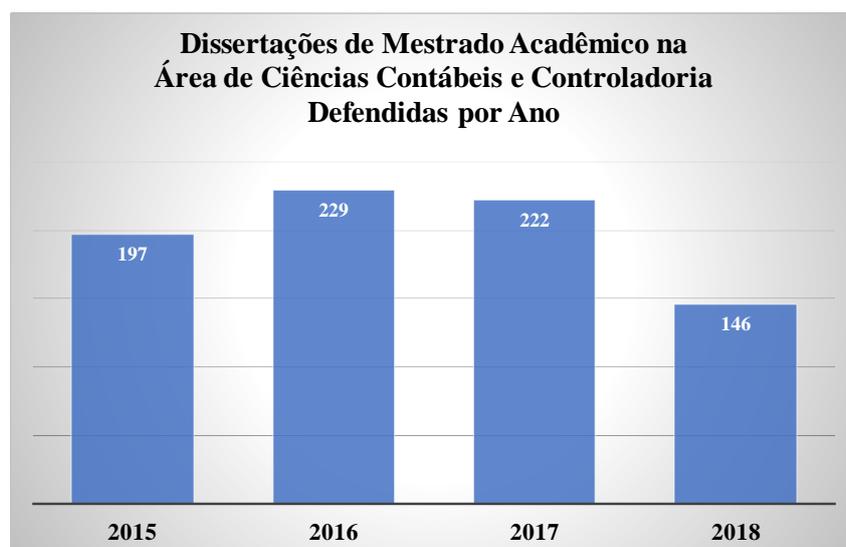


Figura 19. Número de dissertações defendidas de ME por ano.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Capes (2019).

A Fucape ES e o Mackenzie são as únicas IES que possuem produção em todos os anos do período analisado. O número de dissertações defendidas por IES por ano (Figura 20) mostra uma taxa de crescimento constante na Fucape ES, demonstrando que esta IES está em posição favorável em relação a dimensão “Capacitação profissional. Em contraste, o programa de MP do Mackenzie apresentou redução na produção científica no período 2016 a 2018 (primeiro semestre apenas), sendo interpretado como uma redução no atingimento dos objetivos definidos pela CAPES na dimensão “Capacitação profissional”..

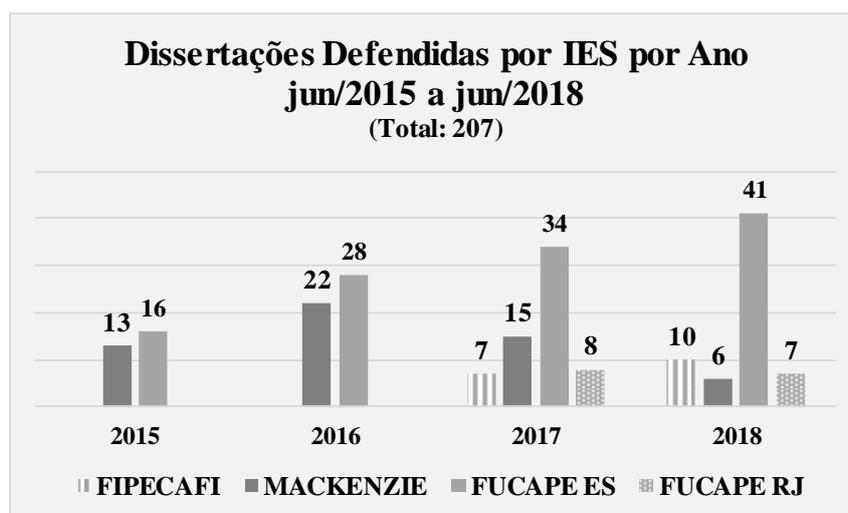


Figura 20. Número de dissertações defendidas por IES/Ano no período pesquisado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Esta inferência em relação a redução da produção científica do programa de MP do Mackenzie, é reforçada considerando os dados apresentados na Figura 21, que mostra a distribuição da quantidade de defesas por mês no período pesquisado, apontando que 53% são feitas no primeiro semestre e 47% no segundo, ou seja, mesmo que o Mackenzie tenha a mesma quantidade de produção no segundo semestre de 2018, ainda assim estaria com produção inferior à do ano anterior. Seguindo o mesmo raciocínio para projeção dos números finais de 2018 para os programas da Fipecafi e da Fucape RJ, tem-se que estes teriam produções similares a média anual do Mackenzie no período, ou seja, 19 dissertações, embora sejam programas novos.



Figura 21. Número de dissertações defendidas por mês no período pesquisado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Continuando, fazendo uma projeção linear para o segundo semestre de 2018, baseando-se na média do período, chega-se a uma taxa de crescimento de 57% nas dissertações defendidas pelas quatro IES no período de 2016 a 2018. Usando-se o mesmo raciocínio, chega-se a uma taxa de crescimento da Fucape ES de 175% no mesmo período.

Uma consideração final nesse tópico é que, assumindo as premissas de estabilização nas taxas do ME e uma taxa de crescimento do MP de 57% ao ano, este alcançaria os mesmos números de dissertações do ME em cerca de três anos. Além disso, dentre os programas de MP, a Fucape ES se mostrou como a IES com melhor desempenho na dimensão “Capacitação profissional” pela quantidade e pelo crescimento na produção científica.

4.2. Uma Visão sobre as Orientações e Orientadores

A segunda dimensão proposta pelo modelo de avaliação deste estudo é com relação ao objetivo CAPES “Transferência de conhecimento”, o qual foi mensurado pela quantidade de orientadores por programa, a média de produção científica por orientador e a quantidade de orientações por orientador, considerando o papel do orientador como elo entre a academia e o pesquisador profissional em formação.

A análise das 207 produções científicas revelou um total de 47 orientadores no período pesquisado. Na Figura 22, pode-se observar a quantidade de orientadores por IES. Novamente, nesse quesito, a Fucape ES é que possui a maior capacidade de proporcionar “Transferência de conhecimento”, seguido por Mackenzie, Fucape RJ e Fipecafi.

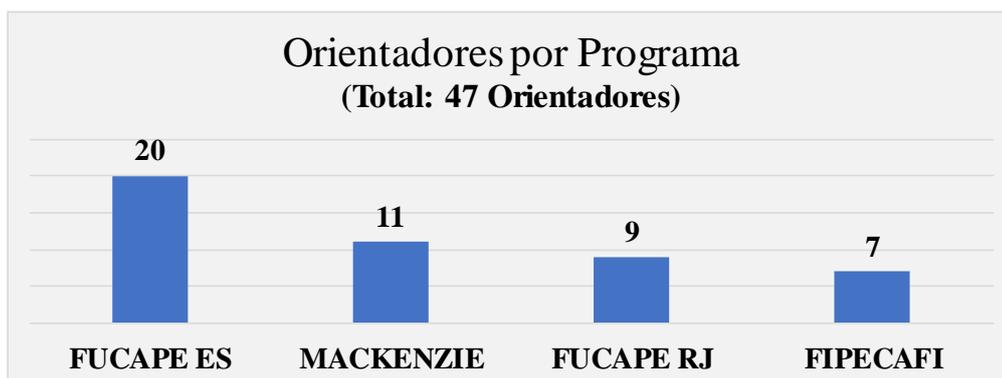


Figura 22. Total de Orientadores por IES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Com objetivo de avaliar os números em termos relativos, a Tabela 5 discrimina, por IES, o total de orientadores e a respectiva média de produção científica por orientador, observando-se um desvio padrão acentuado da Fucape ES em relação às demais IES. Esse desvio padrão elevado da Fucape ES é um indício de ausência de homogeneidade na distribuição de produção por orientador, ou seja, alguns orientadores da Fucape ES produzem muito mais do que outros (ver Figura 27, p. 70) e este é um ponto negativo do programa em relação aos critério de avaliação da CAPES, que recomenda a distribuição homogênea de atividades e produção intelectual do corpo permanente do programa (CAPES, 2016).

Tabela 5

Número de orientadores que atuaram no período pesquisado por IES.

	Total de Orientadores por Programa	Total de Dissertações por Programa	Orientações por Orientador (Média)	Desvio Padrão
FIPECAFI	7	17	2,4	1,4
FUCEPE RJ	9	15	1,7	0,8
MACKENZIE	11	56	5,1	2,5
FUCEPE ES	20	119	6,0	5,1

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Visando eliminar a influência dos pontos extremos, a Figura 23 apresenta as respectivas medianas da quantidade de produção científica por IES. A mediana revela uma divisão em duas categorias, sendo uma a dos programas mais antigos, Fucape ES e Mackenzie, e outra referente aos mais novos, Fucape RJ e Fipecafi. Não foram feitos estudos adicionais que indicassem as causas dessa diferença.

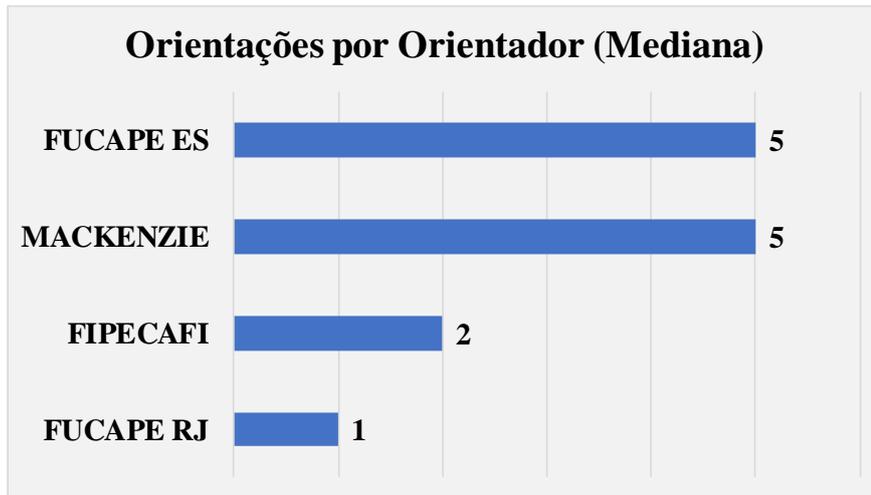


Figura 23. Mediana da Relação Orientações/Orientador por IES.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Finalmente, para avaliar a capacidade de “Transmissão de conhecimentos” por IES, as Figuras 24, 25, 26 e 27 apresentam as quantidades de produção científica por orientador.

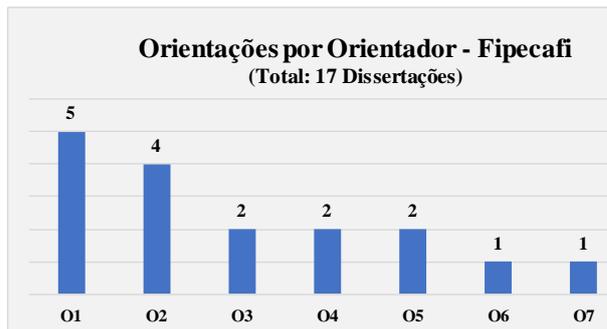


Figura 24. Orientações por Orientador da Fipecafi.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

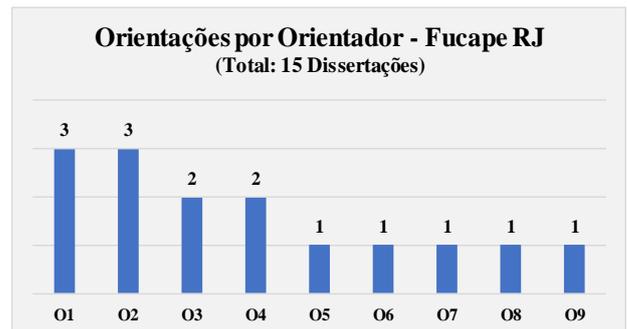


Figura 25. Orientações por Orientador da Fucape RJ.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

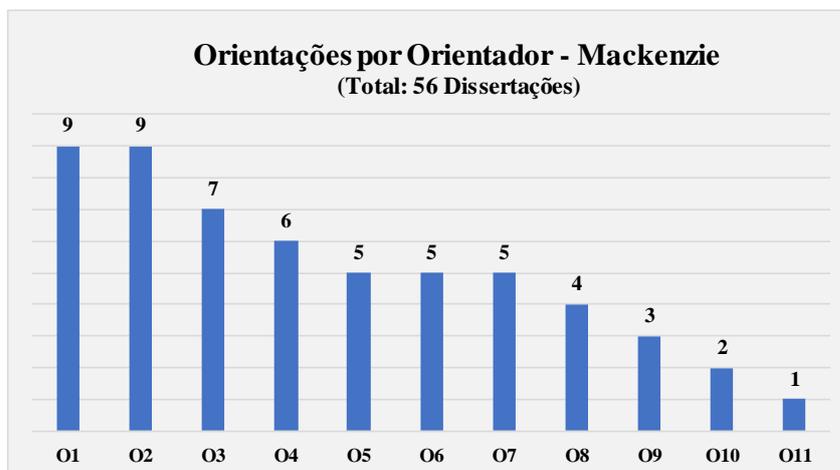


Figura 26. Orientações por Orientador do Mackenzie.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

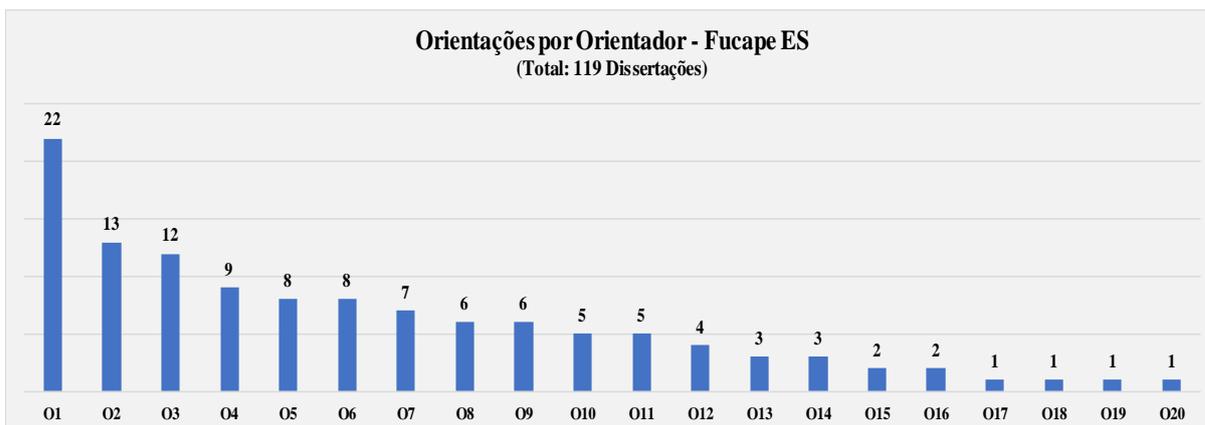


Figura 27: Orientações por Orientador da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

O orientador “O1” da Fucape ES teve 22 orientações concluídas no período de três anos, o que significa uma média superior a 7 dissertações defendidas por ano, enquanto que outros orientadores do mesmo programa tiveram apenas 1 orientação defendida no período.

Assim, com relação a dimensão de “Transferência de conhecimento”, a Fucape ES é a instituição com maior potencial, entretanto, a distribuição das orientações e, conseqüentemente, a interação com o pesquisador profissional é concentrada em apenas 1 orientador. As demais instituições, embora possuam menor quantidade de orientadores, possuem melhores distribuições entre pesquisador e orientador, o que pode ser considerado que esses programas atingem de maneira mais satisfatória o objetivo de transferência de conhecimentos.

4.3. Uma Visão sobre os Produtos Gerados pelas Dissertações de MP

Para avaliar a produção científica no que concerne a solução de problemas e inovação são avaliados os produtos gerados em termos de tipo de dissertação: (i) avaliação/diagnóstico; (ii) modelo de avaliação/decisão; e (iii) fluxo/checklist/guia/padrão.

A Figura 28 apresenta a distribuição da produção científica nas três categorias. Observa-se que há uma clara predominância de produtos do tipo avaliações e diagnósticos, perfazendo 80% do total, em comparação às categorias de produtos de cunho mais aplicado. Os Modelos de Avaliação e Decisão perfazem 16% e a categoria Fluxos/Checklist/Guia/Padrão, 4%.

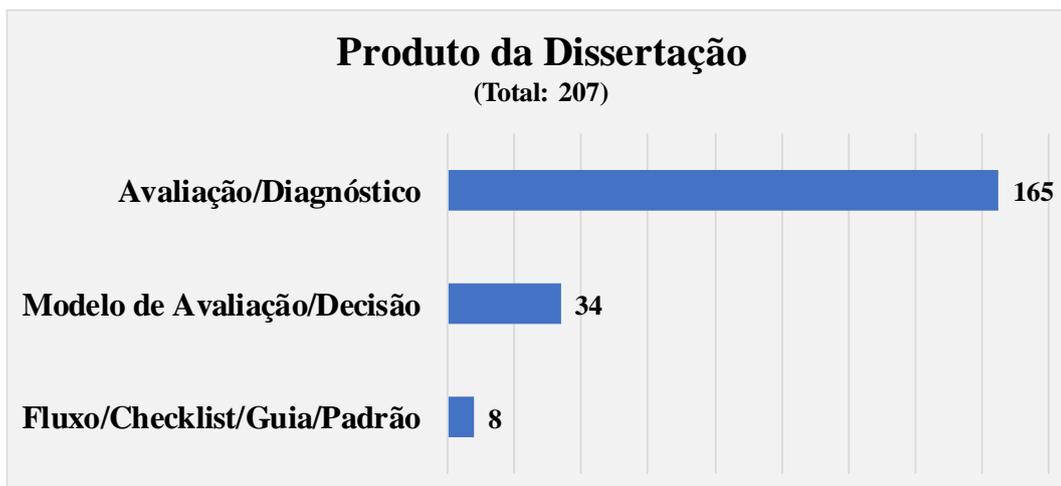


Figura 28. Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Os resultados apresentados contrastam com a proposta da CAPES de incentivo à produção de trabalhos aplicados. As Figuras 29, 30, 31 e 32 ilustram as quantidades de produção científica distribuídos nas 3 categorias para cada IES.

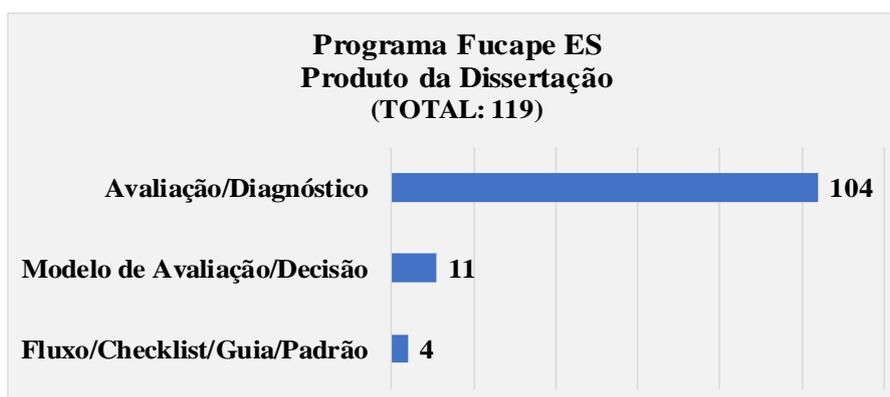


Figura 29. Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

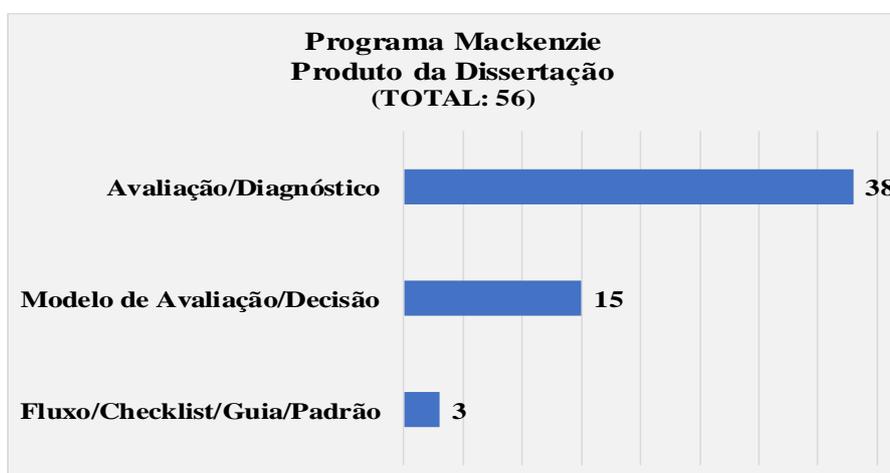


Figura 30. Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria do Mackenzie.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

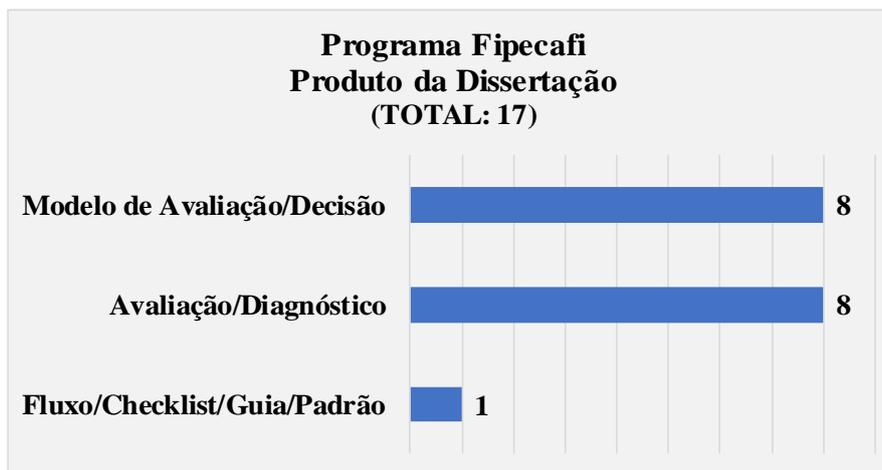


Figura 31. Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Fipecafi.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

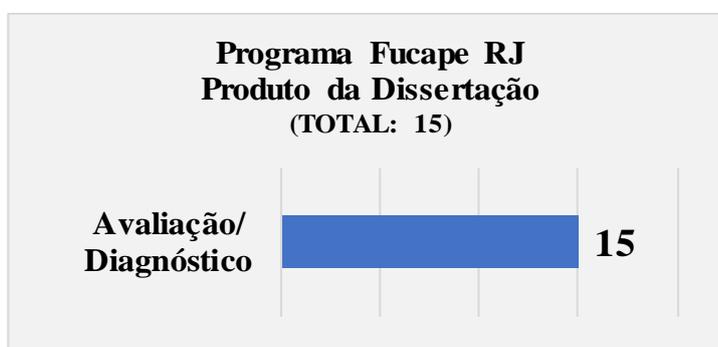


Figura 32: Quantidade de Produtos da Dissertação por Categoria da Fucape RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Nas Figuras 29 e 30, observa-se uma clara predominância na Fucape ES e no Mackenzie da categoria Análise/Diagnóstico, com respectivamente 87% e 68% de produtos gerados. Os modelos de decisão vêm a seguir com 27% no Mackenzie e 9% na Fucape ES. O presente trabalho não está avaliando a qualidade dos produtos, mas apenas os tipos de produção científica. Nesse sentido, pode-se inferir que Fucape ES e Mackenzie afastam-se da proposta CAPES de produção de trabalhos aplicados que visam resolver problemas reais.

No caso da produção científica da Fipecafi (Figura 31), há um maior equilíbrio entre as produções do tipo Avaliação/Diagnóstico e Modelo de Avaliação/Decisão, com 47% para cada uma. Sendo assim, a Fipecafi pode ser considerada como a instituição que mais se aproxima da proposta do MP por sua tendência de produção de trabalhos aplicados.

No caso da Fucape RJ (Figura 32), só foram identificados produtos relacionados à categoria Avaliação/Diagnóstico. Embora tenha quase a mesma quantidade de produção da

Fipecafi, claramente são instituições com orientações diferentes, sendo característica da Fucape a produção de trabalhos de cunho menos aplicado.

Quanto a este tópico, vale lembrar que o conceito base é a aplicabilidade do produto. A Figura 33 apresenta um modelo que propõe a natureza mais ou menos aplicada para cada tipo de produção científica.

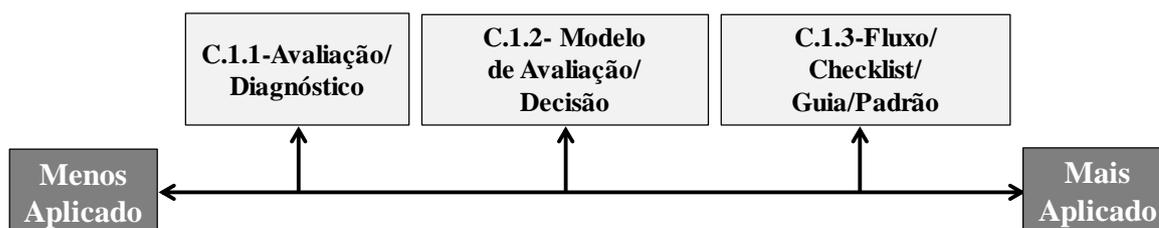


Figura 33. Escala de Aplicabilidade dos Produtos do MP.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse contexto, observa-se um baixo grau de produção científica aplicada nas dissertações, em que apenas a Fipecafi aparenta desenvolver um esforço maior no sentido de gerar trabalhos aplicados, embora com ainda pouca produção de trabalhos do tipo proposição de fluxo/checklist/guia/manual para as empresas investigadas.

4.4. Uma Visão sobre os Setores da Economia Foco das Produções

Conforme o racional apresentado no item 3.4, os achados do item Setor para o total das dissertações são apresentados na Figura 34. Observa-se que as empresas de capital aberto e o setor público foram os preferidos pelos mestrandos, com 58% do total. No caso do setor público, esse fato se explica em sua maior parte devido à existência de uma área de concentração específica da Fucape: Contabilidade e Controladoria Aplicadas ao Setor Público.

Em um segundo bloco, aparecem as empresas em geral, o setor financeiro, representado em sua quase totalidade pelos bancos, e serviços e indústria, somando 34%. O terceiro bloco engloba o setor “academia”, no qual as contribuições para o ensino da área contábil predominaram e o setor de “comércio”, com 7%.

Por último, foi identificada uma dissertação voltada para o “terceiro setor” e outra para a “microempresa”. Chamou atenção a pouca atenção dada a este último setor, considerando sua representatividade na economia nacional, representando em 2018 cerca de 27% do PIB (SEBRAE, 2018).



Figura 34. Total de Dissertações por Setor.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

As Figuras 35, 36, 37 e 38 apresentam a visão sobre os setores por IES. Tanto na Fucape ES como na Fucape RJ os setores Empresas S.A. e Setor Público respondem por 78% da produção científica. Os dados do Mackenzie e Fipecafi apontam para um maior equilíbrio em relação aos setores, sendo que na Fipecafi o setor financeiro apresenta certo destaque.

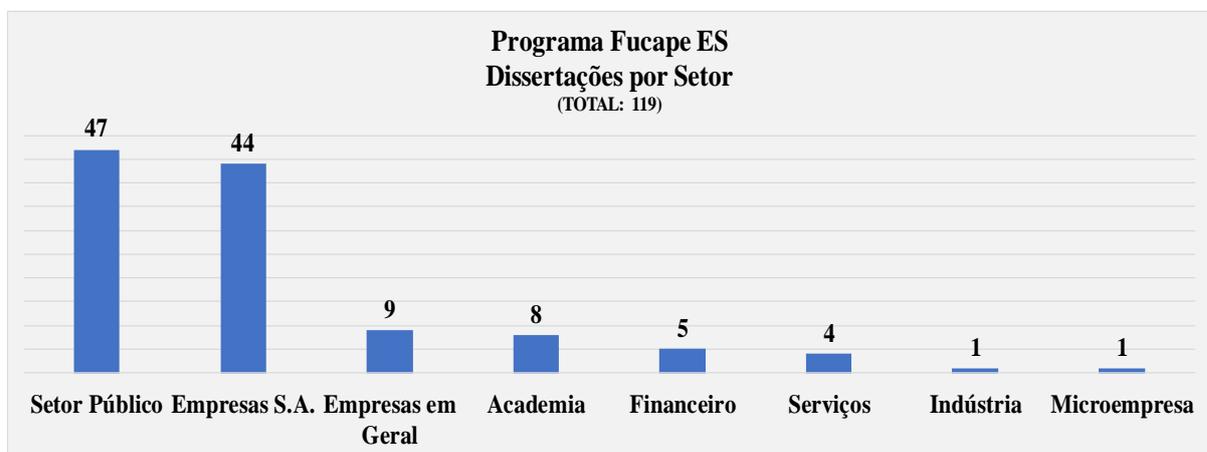


Figura 35. Total de Dissertações por Setor da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

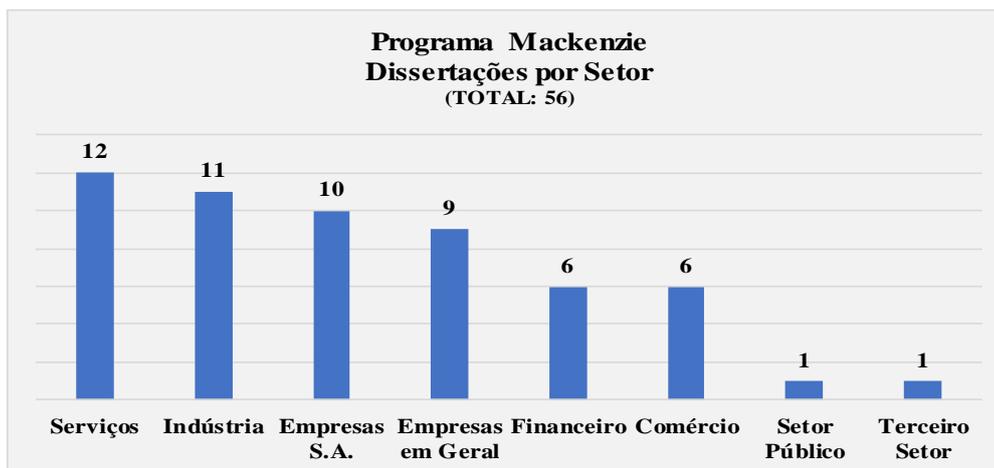


Figura 36. Total de Dissertações por Setor do Mackenzie.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

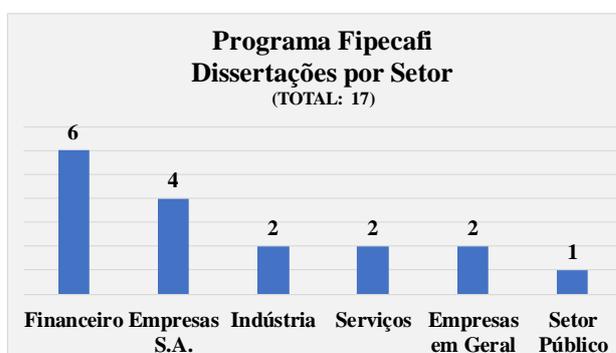


Figura 37. Total de Dissertações por Setor da Fipecafi.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

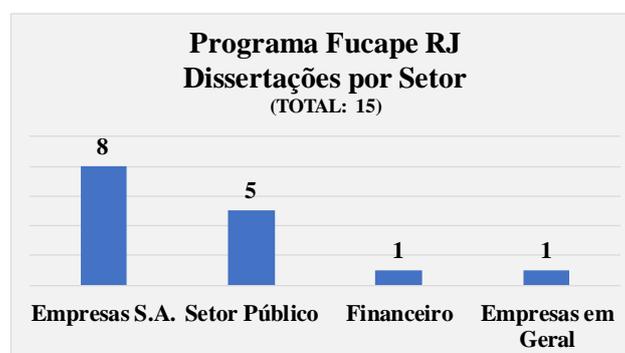


Figura 38 Total de Dissertações por Setor da Fucape RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Os resultados da análise da produção por setor são coerentes com a baixa aplicabilidade dos trabalhos. Em geral, a produção científica desenvolvida nos setores “Empresas S.A.” e “Setor Público” utilizam fontes de informação bibliográficas e documentais, o que prescinde da necessidade de apresentação de solução para um problema real da organização pública ou privada.

4.5. Uma Visão sobre as Áreas do Conhecimento da Produção Científica

A Figura 39 apresenta uma visão consolidada da produção científica, por área de conhecimento ou aplicação. Somando-se o total das áreas de Finanças, Tributário, Contabilidade Financeira e Controladoria, obtém-se cerca de 70% do total das produções. Ao fazer esse agrupamento, foi considerada a grande conexão que há entre o assunto tributos, contabilidade financeira e contabilidade gerencial. Este percentual sinaliza a coerência quanto

ao grau de ocorrência destes assuntos, dadas as áreas de concentração dos programas MP em estudo. Em relação a estas 4 áreas, houve uma abordagem equilibrada dos subtemas.

Na produção na área de Finanças, a Gestão de Risco de Crédito apareceu com pequeno destaque em relação aos demais. Em Controladoria, a Gestão de Custos se sobressaiu juntamente com Modelos de Apoio à Decisão. Em Contabilidade Financeira, se destacaram pesquisas relativas a IFRS, Interpretação de Normas Contábeis (CPC) e aspectos específicos das Demonstrações Financeiras. A área de Governança foi a segunda mais escolhida pelos mestrandos, representando 22% da produção no período. Houve vários estudos focando na governança e sua correlação com questões de fraude corporativa. O *compliance* legal e auditoria foram subtemas também abordados tanto no setor público como privado.

Outra área de aplicação que se destacou na investigação foi a que concentrou os estudos sobre a capacitação e sobre o perfil do profissional de contabilidade e controladoria, com 14% do total, nos quais avaliações sobre as percepções e heurísticas de decisões dos práticos foram os objetivos buscados.

Houve apenas uma produção sobre atividade regulatória e duas nas quais não foi possível a classificação em nenhuma das categorias utilizadas, neste último caso, a classificação como “Outras” representou cerca de 1% do total.

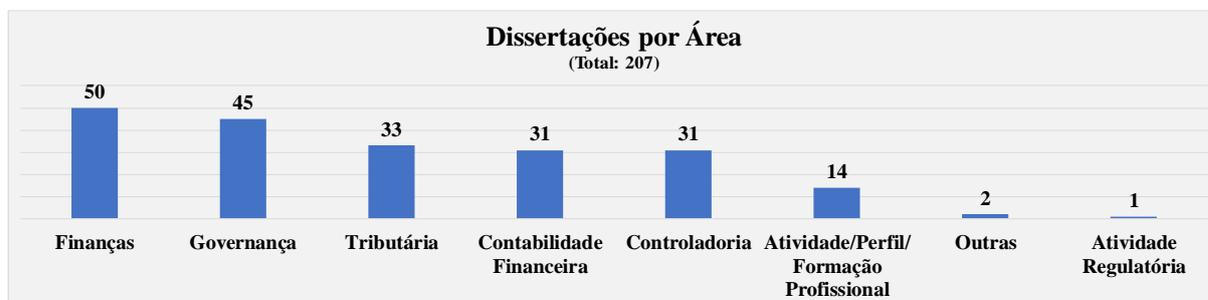


Figura 39. Total de Dissertações por área de Conhecimento/Aplicações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Para avaliar a orientação das produções das IES por área de conhecimento, as Figuras 40, 41, 42 e 43 apresentam a visão específica para cada IES participante do estudo.

A produção científica dos programas da Fucape, ES e RJ, apontam uma predileção pelas áreas de Finanças e Governança, que somam 49% do total. A seguir, vem a área Tributária com 22%, seguida por Contabilidade Financeira com 21% e Controladoria com 8% (Figuras 40 e 43).

A produção do Mackenzie (Figura 41, a área que se destaca é a de Controladoria, com 34% dos trabalhos defendidos. Finanças e Governança somam 36% e Contabilidade Financeira 14%.

Já a produção científica da Fipecafi, Finanças e Governança somam 59%, Controladoria 24% e Contabilidade Financeira, 12% (Figura 42).

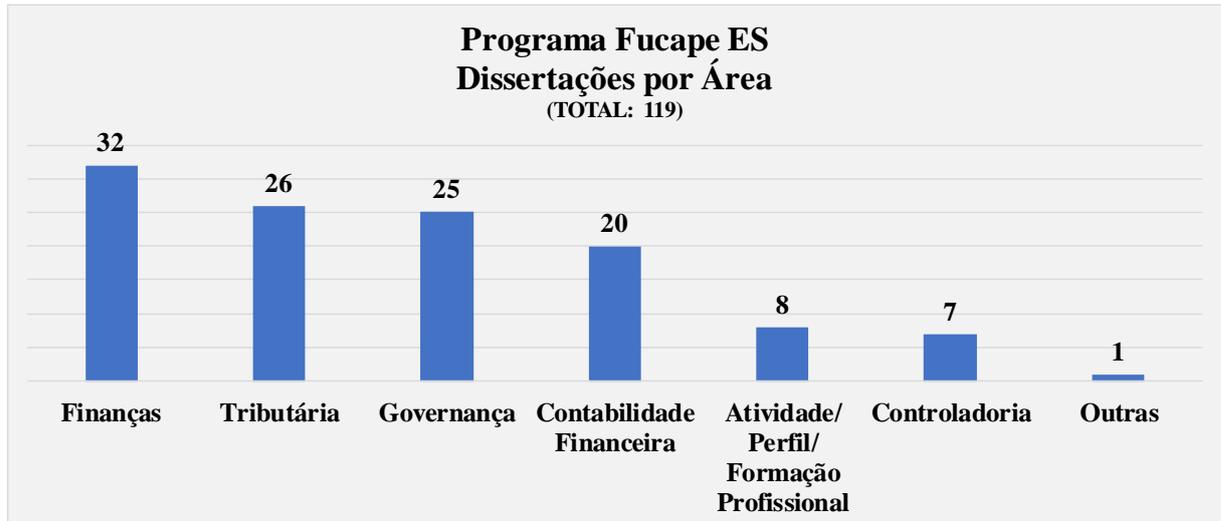


Figura 40. Total de Dissertações por área de Conhecimento/Aplicações da Fucape ES.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

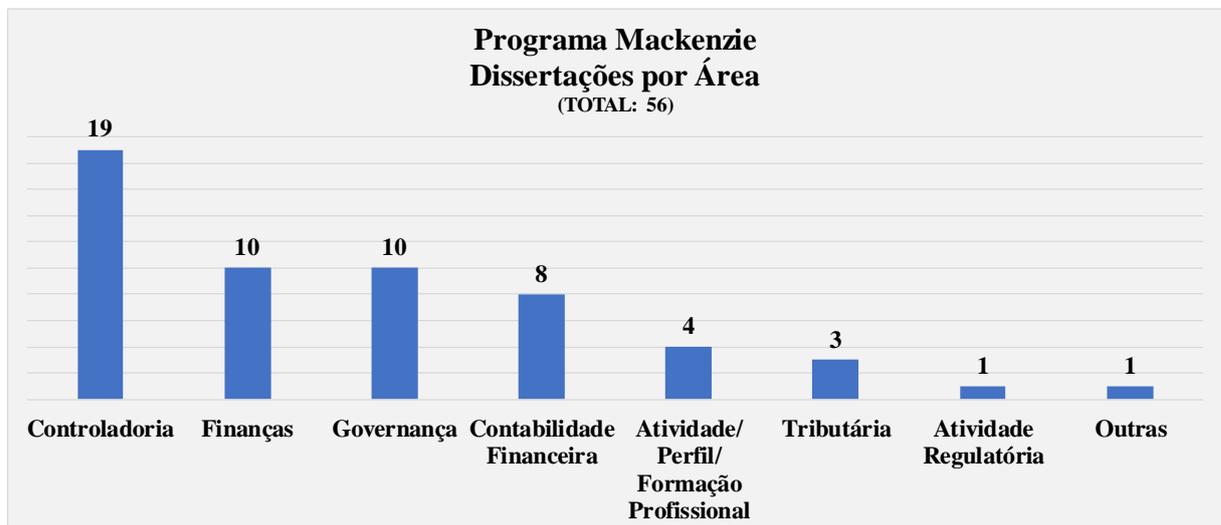


Figura 41 Total de Dissertações por área de Conhecimento/Aplicações do Mackenzie.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

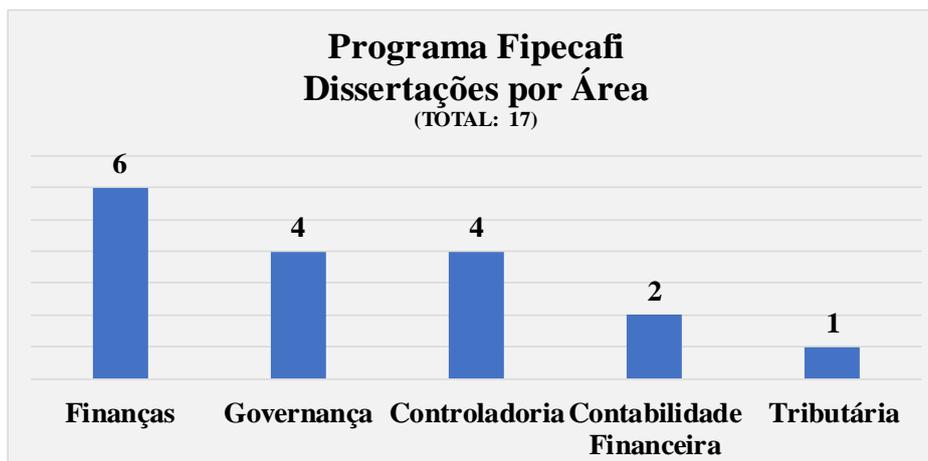


Figura 42. Total de Dissertações por área de Conhecimento/ Aplicações da Fipecafi.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

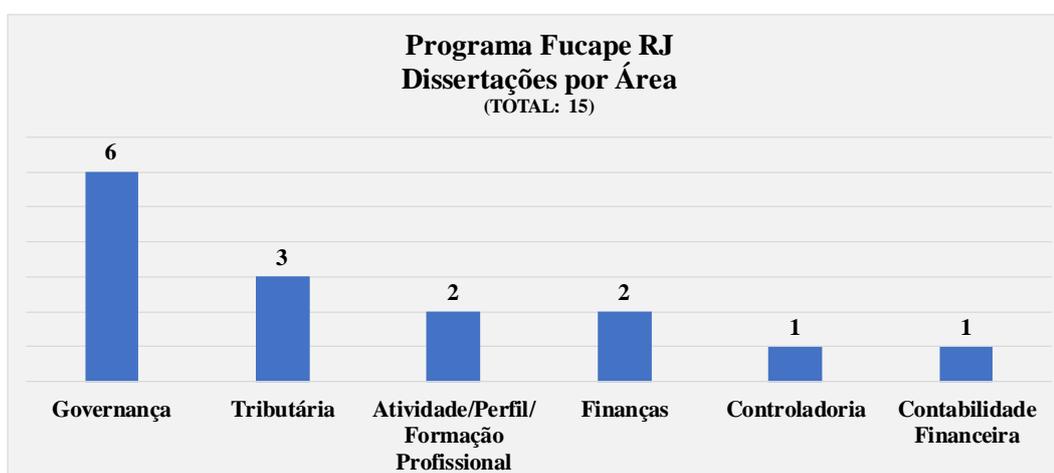


Figura 43. Total de Dissertações por área de Conhecimento/ Aplicações da Fucape RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Os resultados demonstram predominância da produção com foco na área financeira, novamente, cabe destacar que ocorre predominância de utilização de base de dados, onde os estudos de finanças foram desenvolvidos. Obviamente também é possível desenvolver trabalhos aplicados na área de finanças, porém, nesta pesquisa foram observados a primazia dos trabalhos do tipo avaliação/diagnósticos nos estudos.

4.6. Uma Visão sobre a Metodologia/Procedimentos de Pesquisa da Produção

Em relação à metodologia de pesquisa e suas tipologias observadas nas dissertações, vale ressaltar que foi capturado o que o pesquisador definiu explicitamente na descrição de seus procedimentos metodológicos (prioritariamente) ou em outra seção do texto. Não está no escopo desta pesquisa a avaliação da exatidão da classificação das tipologias nas dissertações.

4.6.1. Quanto à Natureza/Abordagem da Pesquisa

A última dimensão de análise da produção científica dos programas de MP diz respeito a metodologia aplicada nos estudos. Quanto à Natureza ou Abordagem há um grande predomínio do tipo quantitativo, representando 68% do total. Na sequência aparece a abordagem qualitativa com 22% e a Mista (qualitativa-quantitativa) com 10% (Figura 44).

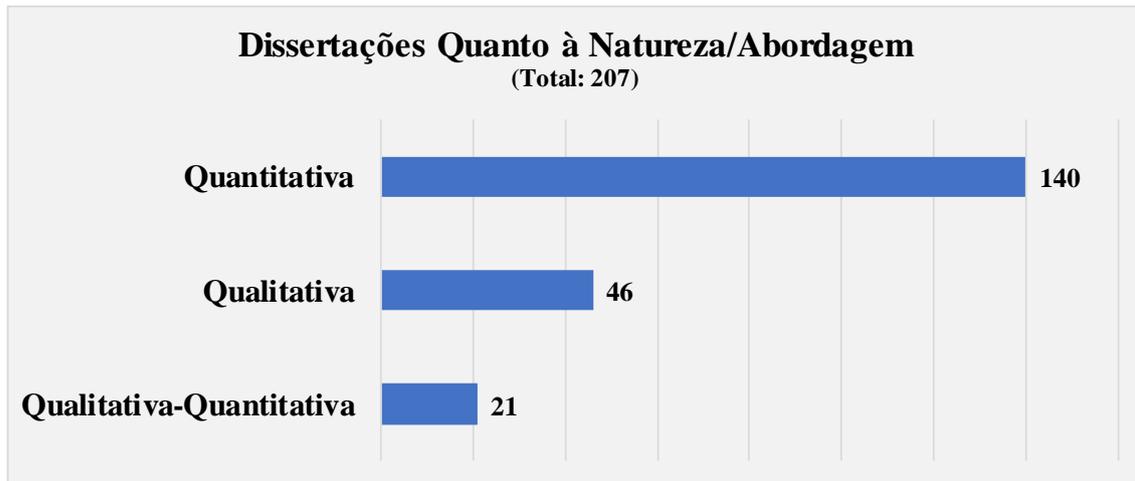


Figura 44. Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

As Figuras 45, 46, 47 e 48, apresentam as respectivas quantidades de dissertações quanto à Natureza/Abordagem por IES. Verifica-se que a Fucape ES e Fucape RJ (Figuras 45 e 48), apresentam em suas dissertações uma opção pela abordagem quantitativa da ordem de 87%, enquanto a abordagem unicamente qualitativa corresponde a 7% nesses programas.

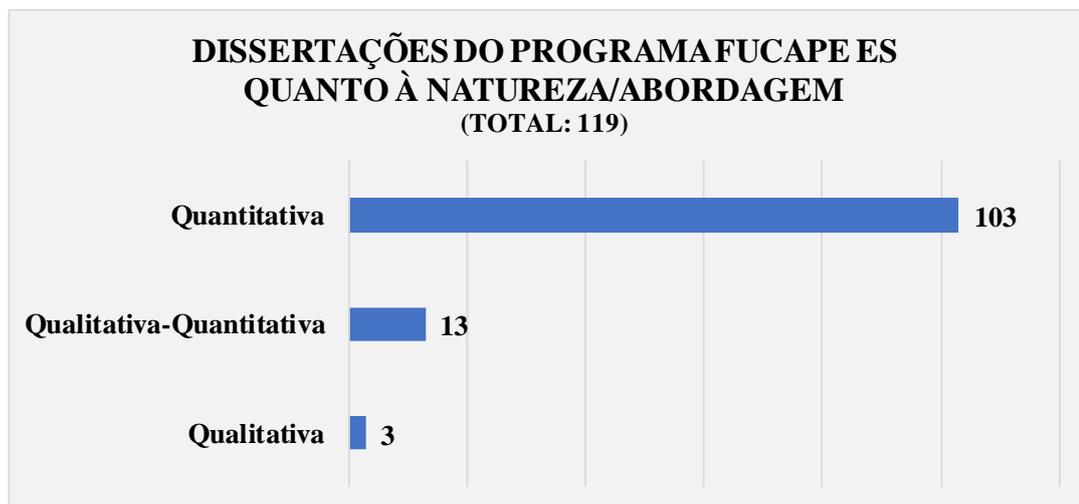


Figura 45: Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

No Mackenzie o quadro se inverte, com a opção pela abordagem qualitativa sendo a predominante, totalizando 64% no período estudado. Estudos quantitativos no Mackenzie somaram 27% (Figura 46).



Figura 46. Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem do Mackenzie.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

A Fipecafi apresentou um equilíbrio quanto às abordagens escolhidas, com a abordagem quantitativa totalizando 47% e qualitativa, 35% (Figura 47).



Figura 47. Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem da Fipecafi.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

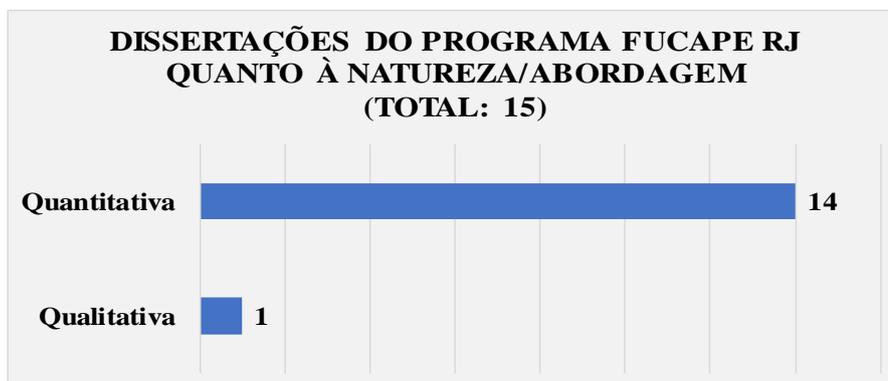


Figura 48. Quantidade de Dissertações Quanto à Natureza/Abordagem do Fucape RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

4.6.2. Quanto aos Objetivo/Fins da Pesquisa

A tipologia Descritiva foi utilizada com maior frequência pelas dissertações analisadas, respondendo por 70% do total, como pode ser observado na Figura 49. A pesquisa de cunho Exploratório veio a seguir com 14%. Observa-se alguns pesquisadores definindo suas pesquisas com objetivos mistos, sendo Exploratória-Descritiva 8% e Descritiva-Explicativa 2% do total.

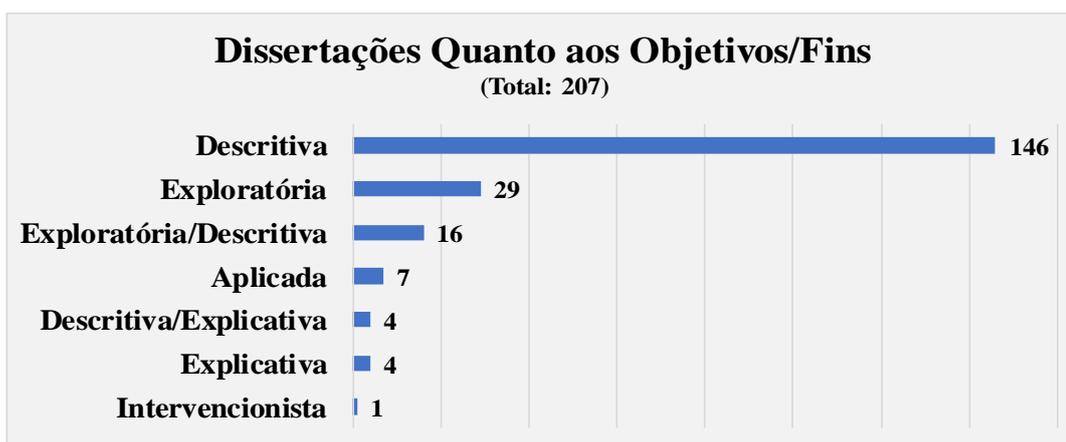


Figura 49. Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

O gráfico mostra que apenas uma produção foi descrita como intervencionista, o que seria a metodologia mais adequadas aos objetivos do MP propostos pela CAPES. As Figuras 50, 51, 52 e 53 apresentam a distribuição da produção científica por classificação de tipologia de pesquisa quanto aos Objetivos por IES.

As dissertações da Fucape ES e RJ apresentaram a opção pela pesquisa puramente Descritiva em 87,5% dos casos, como mostram as Figuras 50 e 51. Tipologias mistas, como Exploratório-Descritiva e Descritiva-Explicativa, foram utilizadas 10,5% das vezes e todas as outras tipologias somadas totalizaram 2%.



Figura 50. Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

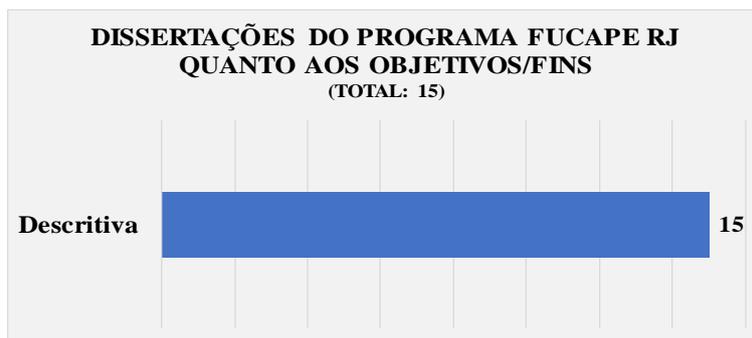


Figura 51. Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

A Figura 52 apresenta, referente ao programa do Mackenzie, um equilíbrio entre as tipologias Exploratória e Descritiva com totais de 43% e 34% respectivamente, com as demais opções de tipologia somando 23%.



Figura 52. Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins do Mackenzie.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

As dissertações da Fipecafi apontaram predomínio da tipologia Descritiva, com 59% do total contra 24% da Exploratória (Figura 53).

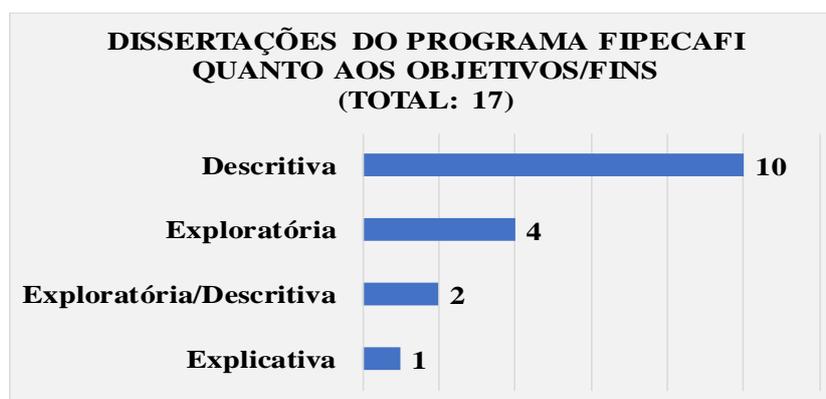


Figura 53. Quantidade de Dissertações Quanto aos Objetivos/Fins da Fipecafi.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

4.6.3. Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados

A método de Coleta de Dados preferencial foi a Análise Documental, intrinsecamente ligada à abordagem Quantitativa observada na maioria das dissertações analisadas (Figura 54). A modalidade Documental foi utilizada em 60% do total de dissertações, vindo a seguir a utilização de questionários, nas pesquisas do tipo Levantamento (*Survey*), com 19%. As modalidades Entrevista e o Estudo de Caso vêm na sequência com, respectivamente, 8% e 6% dos totais. Observa-se que as pesquisas com algum tipo de intervenção do pesquisador representaram apenas 3,4% do total.

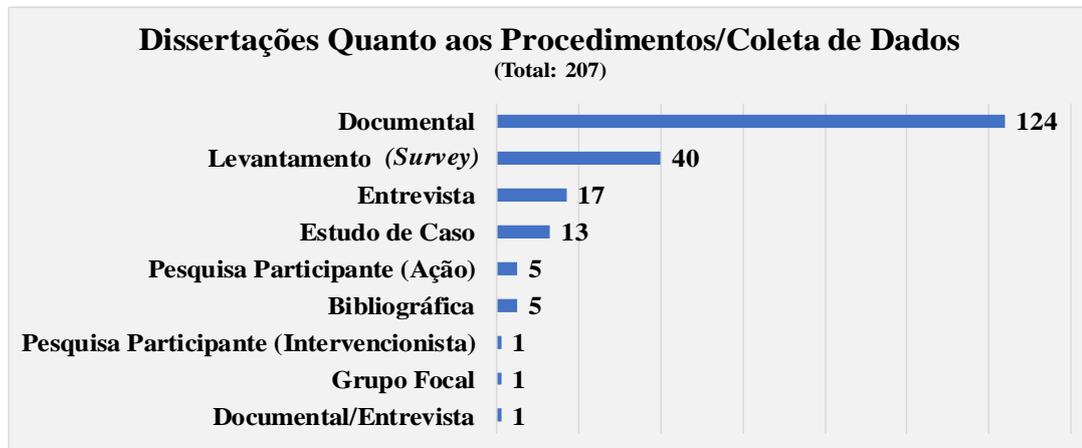


Figura 54. Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

As Figuras 55, 56, 57 e 58, a seguir, apresentam os quantitativos dos métodos de coleta de dados e procedimentos, agregados por cada programa pesquisado. Nos programas Fucape ES e RJ, observa-se um percentual de 83% das dissertações optando pelo método Documental e 16% utilizando o tipo Levantamento. Todos os demais métodos utilizados nesses programas somaram 1%, como pode ser visto nas Figuras 55 e 56.

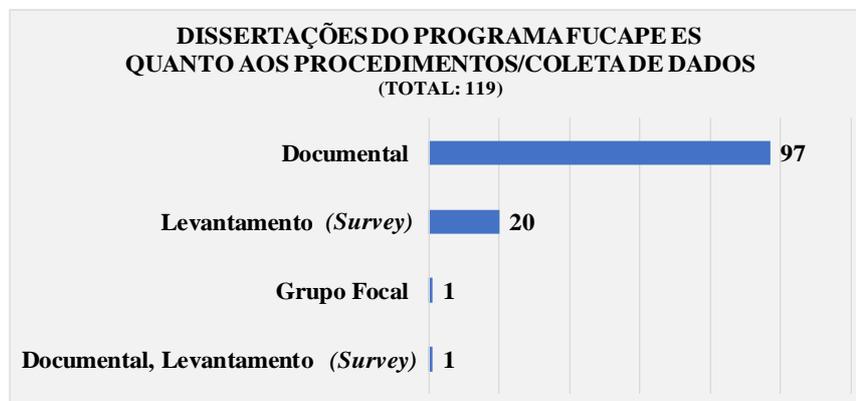


Figura 55. Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Fucape ES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

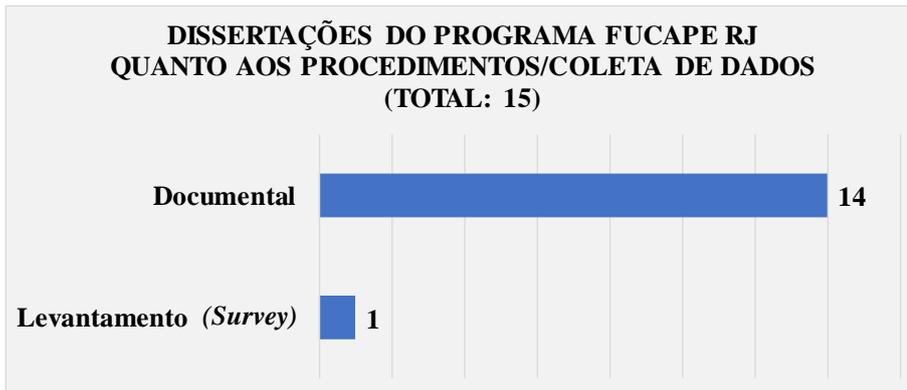


Figura 56. Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Fucape RJ.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

No programa do Mackenzie há uma maior variedade de métodos utilizados em relação aos demais programas (Figura 57). A pesquisa tipo Levantamento foi a preferida com 30% do total, seguida pela tipologia Entrevista, com 29%. O Estudo de Caso foi utilizado em 20% das dissertações e o tipo Documental aparece com 9%. As pesquisas do tipo Intervencionista somaram 9% nesse programa.

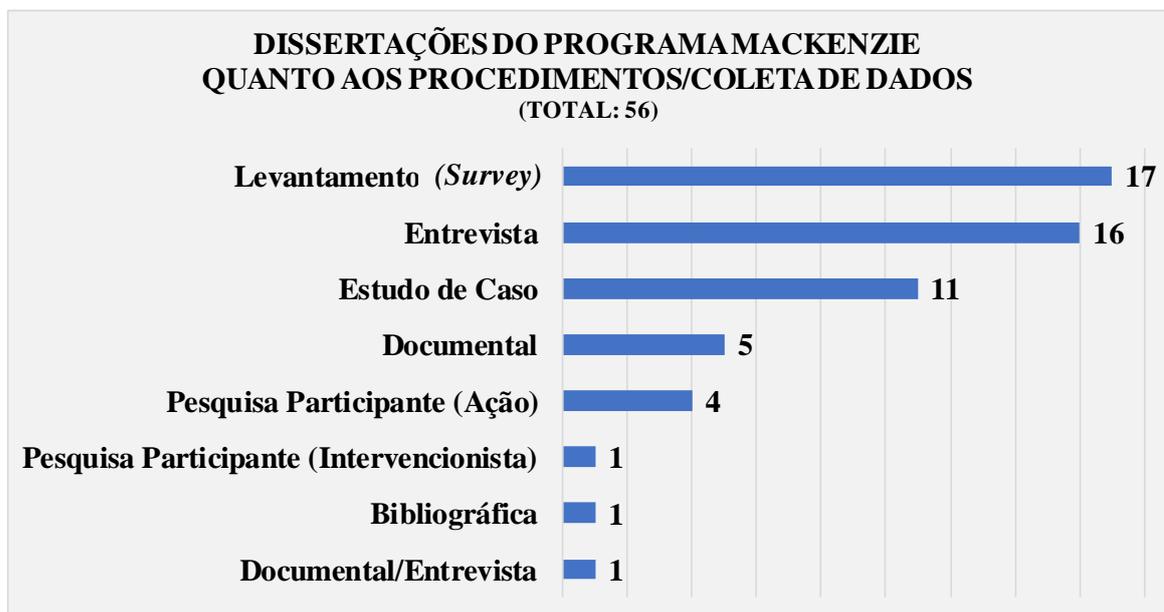


Figura 57. Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados do Mackenzie.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Na Fipecafi, o método documental foi o predominante, com 47% do total. A pesquisa puramente bibliográfica foi utilizada em 24% das dissertações e o Estudo de Caso em 12%, como se observa na Figura 58.



Figura 58. Quantidade de Dissertações Quanto aos Procedimentos/Coleta de Dados da Fipecafi.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

Destaca-se, quanto à opção metodológica apontada pelas dissertações, o alto grau de abordagem puramente documental (60%), consistente com grande utilização de base de dados, em contraste com o baixo índice de utilização de abordagem de cunho intervencionista (3,4%).

4.6.4. Quanto à Utilização de Teoria de Base na Dissertação

Como descrito anteriormente, foi verificada nas dissertações a existência de referência ou menção explícita à utilização de uma ou mais Teorias que fundamentassem a dissertação. A Figura 59 apresenta o resultado encontrado, apontando um percentual de 35% das 207 dissertações utilizando uma ou mais Teoria de Base.

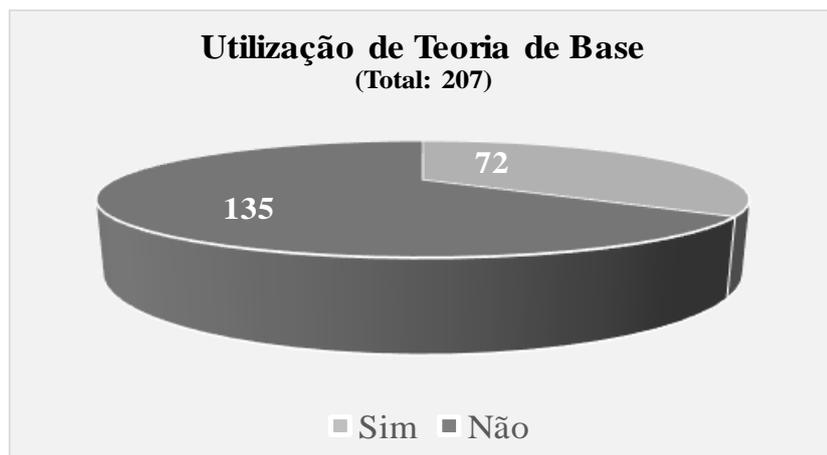


Figura 59. Quantidade de Dissertações Utilizando Teoria de Base.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

A Tabela 6 apresenta o percentual de utilização de Teoria de Base dentro de cada programa, e as Figuras 60, 61, 62 e 63 mostram os totais para cada programa.

Tabela 6
Percentual de Dissertações que Utilizam Teoria de Base em cada Programa.

IES	Percentual de Dissertações que Utilizam Teoria de Base em cada Programa
Fucape ES	26%
Fucape RJ	20%
Mackenzie	46%
Fipecafi	71%

Nota. Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

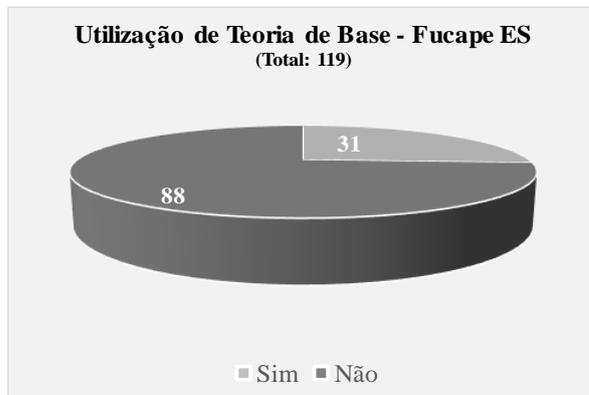


Figura 60. Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base na Fucape ES.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.



Figura 61. Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base na Fucape RJ.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

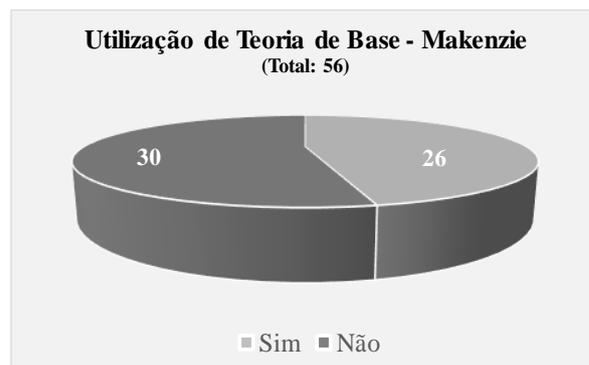


Figura 62. Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base no Mackenzie.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

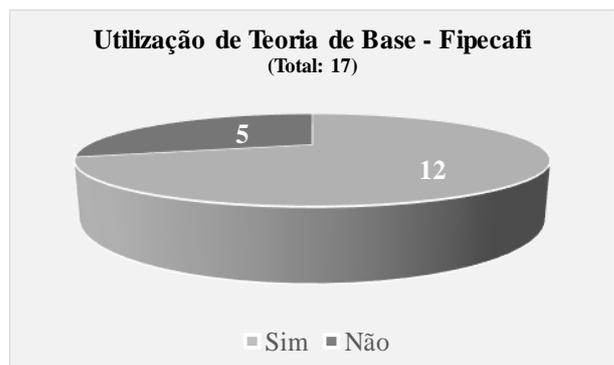


Figura 63. Número de Dissertações que Utilizam Teoria de Base na Fipecafi.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

4.7. Quanto à Natureza Aplicada da Produção Científica

Finalmente, para análise da dimensão metodologia e procedimentos de pesquisa, buscou-se avaliar a aplicabilidade da produção científica. A Figura 64 apresenta a quantidade

de dissertações que foram assinaladas como tendo Cunho Aplicado. Foram assinaladas as dissertações que atenderam, de maneira concomitante, aos seguintes requisitos:

- Compromisso com o usuário final, de qualquer setor, em patrocinar e apoiar o teste e/ou a implementação do produto;
- A explicitação, no objetivo da pesquisa, em relação ao teste ou implementação do produto;
- A aplicação de metodologia de pesquisa adequada e coerente com o objetivo de teste ou implementação do produto.

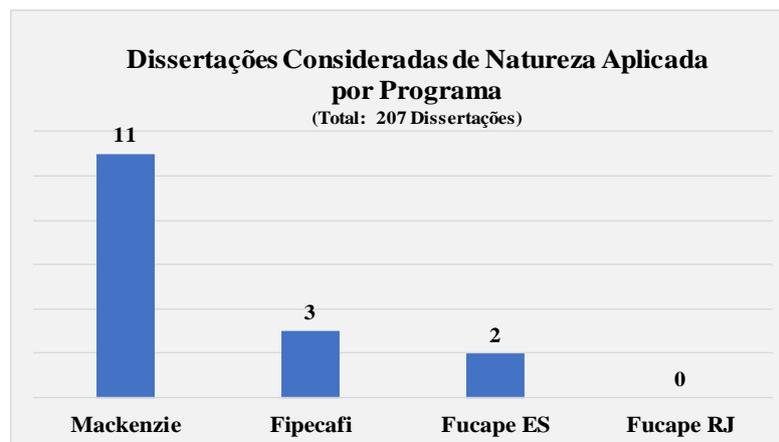


Figura 64. Quantidade de Dissertações Consideradas de Natureza Aplicada por IES.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

A Figura 65 mostra uma visão consolidada do percentual de produção científica de “cunho aplicado” em relação as de “cunho não aplicado”. Novamente esse resultado aponta para a não atenção à proposta do MP recomendado pela CAPES, sendo um indício de que a produção do MP se assemelha à produção do ME.



Figura 65. Relação entre Natureza Aplicada e Não Aplicada das Dissertações.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

A Figura 66 apresenta o percentual de dissertações assinaladas como sendo de Cunho Aplicado presentes em cada programa pesquisado.

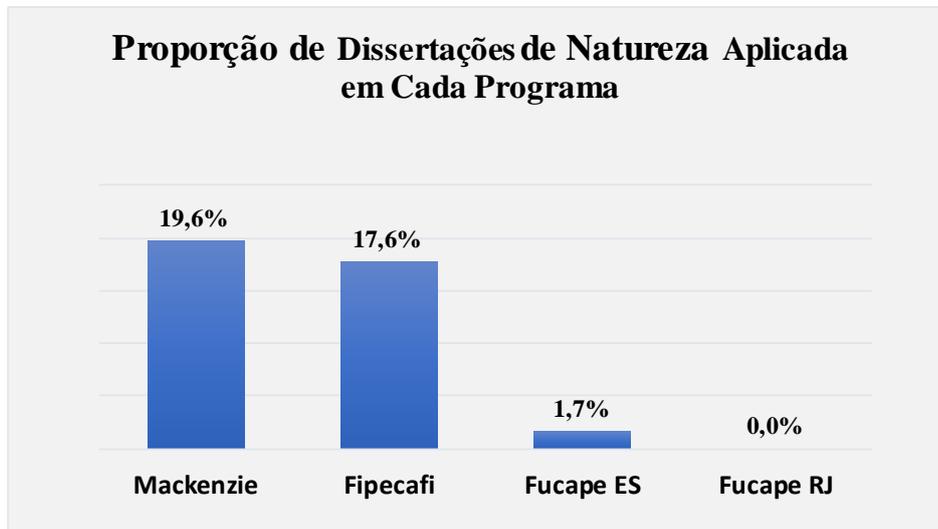


Figura 66. Percentual de Dissertações de Natureza Aplicada por Programa.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da Planilha Base.

O resultado demonstra que o Mackenzie e Fipecafi se destacam na produção científica de cunho aplicado, mesmo sendo ainda considerada baixa a utilização deste tipo de estudo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reestruturação da pós-graduação no Brasil, gestada no final do século passado e implantada pela Portaria 80 da CAPES em 1998, trouxe mudanças que vão além da flexibilização das modalidades de mestrado. A virada do século marcou mais uma etapa na evolução da PG, processo que já vinha acontecendo há cerca de 40 anos. Traçando um panorama mais abrangente a esse respeito, Martins (2005) ressalta vários pontos dessa evolução, observados mais claramente a partir da década de 2000:

- a incorporação de um público mais diferenciado socialmente;
- um aumento significativo de estudantes do gênero feminino;
- a absorção de uma expressiva parcela de estudantes integrados ao mercado de trabalho;
- a interiorização e regionalização da oferta do ensino superior;
- a institucionalização da profissão acadêmica em diversas instituições;
- a formação de um vigoroso sistema nacional de pós-graduação que tem contribuído para o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia no País.

As expectativas criadas em torno do Mestrado Profissional foram imensas para muitos, a exemplo de Fischer (2005), Castro (2005), Ribeiro (2005), Fischer & Waiandt (2012), que apostam no MP, visando construir a ponte entre o rigor e a relevância e formar pessoal mais qualificado, que busque a inovação com o apoio do conhecimento existente. Para outros, como Menandro (2010) e Vasconcelos & Vasconcelos (2010), esses objetivos são também os do mestrado acadêmico na área das Ciências Sociais, especificamente da Administração, uma vez que não existe gestão dissociada da prática.

A dúvida e a polêmica mostram aspectos saudáveis do ambiente acadêmico, motivando mentes e práticas na busca de argumentos e respostas. A pesquisa bem orientada resume essa motivação. Nesse contexto, foi objetivo desta pesquisa explorar, por meio da análise dos trabalhos de conclusão de cursos dos novos mestres profissionais, o que tem sido produzido pelos MP em ciências contábeis, controladoria e finanças, tendo como base da análise as premissas e objetivos dessa modalidade de PG.

Por meio da apresentação e análise dos achados, entende-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, na medida em que trouxe um panorama focado em áreas de concentração ainda pouco exploradas no contexto das Ciências Sociais, no qual os estudos sobre a área de Administração são encontrados em número muito maior.

A pesquisa revelou evolução quantitativa significativa dos MP na área foco, que dobrou a oferta de programas oferecidos na área a partir de 2015. O número de titulados têm aumentado a uma taxa que indica sua equalização aos titulados de mestrado acadêmico em poucos anos.

Quanto aos setores da economia focos das produções dos programas de MP, “Empresas S.A.” e o “Setor Público” foram os que mais apareceram, somando 58% do total. As ocorrências do setor público são explicadas em parte pela área de concentração a ele dedicada no programa da Fucape. Chamou atenção a pouca relevância dada ao setor das Microempresas, devido à sua relevância na economia nacional e que apareceu somente em uma entre 207 dissertações.

As áreas de conhecimento que mais apareceram nas dissertações foram “Finanças”, “Tributário”, “Contabilidade Financeira” e “Controladoria” que, somadas, representam 70% do total. A área de Governança também teve destaque com 22% de ocorrências. Destacaram-se aqui os subtemas *Compliance*, Ética Empresarial e Auditoria.

O corpo de orientadores dos mestrados, dentro desses programas, é de composição quase exclusiva de doutores. Como apresentado pelos achados, o cunho metodológico do total das dissertações é em sua maioria positivista (cerca de 70%), de tipologia quantitativo-descritivo-documental. Esse percentual se deve ao peso das dissertações de abordagem quantitativa da Fucape, que totalizaram 87% dentro dos seus programas. As dissertações do Mackenzie revelam cunho predominantemente qualitativo (64%) e as da Fipecafi revelam um certo equilíbrio das abordagens. Outro achado foi referente ao índice de utilização de uma Teoria de Base como fundamento teórico das pesquisas. O grau de utilização global ficou em 35%, porém os índices por programa apontam 25% para os da Fucape, 46% para o do Mackenzie, e 71% para o da Fipecafi.

O tipo de produto mais frequente nas dissertações revelou um perfil menos aplicado em 80% dos casos, e foram classificados como sendo análises e/ou diagnósticos. Os 20% restantes se mostraram de cunho mais aplicado, no sentido que propõem modelos de decisão ou avaliação, guias, políticas, normas, padrões que foram testados ou implementados durante a pesquisa, ou que podem, por meio de adequações e/ou aprimoramentos, serem implantados por outros mestrados profissionais ou práticos.

Quanto ao objetivo específico deste estudo, que foi avaliar o grau de utilização da pesquisa aplicada como objetivo e fundamento metodológico dos trabalhos de conclusão dos cursos de MP, o indicador criado revelou que aproximadamente 8% das pesquisas possuem essa característica. O número final parece baixo, mesmo sabendo que o critério utilizado foi bastante exigente, na medida que avaliou o atendimento concomitante do objetivo (teste ou implantação do produto), do procedimento metodológico utilizado e do apoio do usuário.

É importante salientar que não se pretendeu fazer juízo sobre a qualidade das dissertações ou dos produtos por elas apresentados. O que se pretendeu foi avaliar a maneira como os trabalhos de conclusão de cursos se apresentam frente aos objetivos de MP, em relação à capacitação profissional, transferência de conhecimento e apoio na solução de problemas do setor produtivo.

O presente estudo, que se fixou em um momento no qual o MP é uma realidade quantitativa, mostra que há caminho a ser trilhado na busca da identidade e posterior maturidade da modalidade. O atrelamento do MP aos objetivos e métodos do ME ainda aparecem de modo claro. Os requisitos de avaliação dos programas pela CAPES, as questões metodológicas envolvendo a relação orientador-orientado, o baixo relacionamento dos programas com o setor produtivo e produtos que focam mais o aumento do conhecimento do que a resolução de problemas específicos das empresas, parece atestar esse isomorfismo.

Não se pode esquecer de mencionar que a pesquisa revelou também práticas distintas entre as IES e seus programas, dentro da mesma área de avaliação e concentração, e que essas diferenças podem ser confrontadas com as notas atribuídas a cada programa pela CAPES. Destaca-se, ainda no que se refere às notas, que programas de MP bem avaliados (com notas 4 e 5) refletem o seu bom ou ótimo enquadramento aos critérios predominantemente quantitativos definidos e utilizados pela CAPES, critérios estes que ainda estão muito “impregnados” pelas regras e objetivos do mestrado acadêmico. Um fato inequívoco a este respeito é atestado pela presença de alguns itens contidos na ficha de Avaliação do MP (página 38). Lá pode-se observar que os quesitos Corpo Discente, Trabalho de Conclusão e Produção Intelectual são avaliados, em grande peso, pela quantidade de publicações, em detrimento da efetiva produção e implementação de soluções de problemas e inovações para o mercado empreendedor e sociedade em geral. Lembrando ainda, a esse respeito, que o relatório final da última avaliação periódica desses programas, em 2017, apontou a necessidade de revisão dos critérios de avaliação utilizados.

Nesse ponto cabe ressaltar que, além de alcançar seus objetivos, a questão da pesquisa: Quais as principais características da produção científica dos programas de mestrado profissional do Brasil? foi também respondida. Dessa maneira, a presente pesquisa contribui para melhorar entendimento do MP, por suas diversas partes interessadas, provendo uma visão que indica um caminho de pesquisa consistente com os objetivos da modalidade.

Finalizando, sugerem-se estudos complementares na área de ciências contábeis, controladoria e finanças, que visem identificar e avaliar a aplicação de procedimentos de

pesquisa de cunho aplicado, com objetivos mais adequados ao MP. Como uma aplicação prática desse tipo de estudo, entende-se a definição de critérios para aceitação dos projetos de TCC, bem como critérios para avaliação do Docente-Orientador. Outra linha de pesquisa sugerida seria avaliar, junto aos egressos dos cursos de MP e junto ao setor produtivo, as consequências práticas em termos de reconhecimento do curso e dos mestres profissionais (por ex.: carreira, remuneração e empregabilidade). Ambas sugestões podem derivar aplicações práticas relacionadas à gestão de RH nas empresas e ao processo de avaliação dos programas pela CAPES.

REFERÊNCIAS

- Agopyan, V., & Lobo, R. (2007). O futuro do Mestrado Profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 4, 293–302. Recuperado em 08/01/2019 de: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/138>.
- Andrade, M. M. de. (2002). *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Antunes, M. T. P., Mendonça Neto, O. R., & Vieira, A. M. (2016). Pesquisa Intervencionista: Uma alternativa metodológica para os Mestrados Profissionais em Contabilidade e Controladoria. *Investigação Qualitativa em Educação*, vol.1, 770-778.
- Balachevsky, E. (2009). A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. *ResearchGate*. Recuperado em 05/05/2017 de: https://www.researchgate.net/publication/237073967_A_pos-graduacao_no_Brasil_novos_desafios_para_uma_politica_bem-_sucedida.
- Barros, E. C., Valentim, M. C., & Melo, M. A. A. M. (2005). O debate sobre o mestrado profissional na CAPES: trajetória e definições. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2(4), 124–138. Recuperado em 01/05/2017 de: <http://ojs.rbpg.CAPES.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84/80>.
- Bertero, C. O. (1998). Teses em Mestrados Profissionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 2(1), 165–172. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551998000100010>.
- Bush, V. (1945). *Science, the Endless Frontier. A Report to the President by Vannevar Bush, Director of the Office of Scientific Research and Development, July 1945*. Recuperado em 23/11/2018 de: <https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>.
- CAPES. (1995). *Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre a implantação na CAPES de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional*. Recuperado em 21/04/2018 de: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/87/83%20Acesso%20em%2022>
- CAPES. (1995a). *Mestrado no Brasil - a situação e uma nova perspectiva*. Recuperado em 21/04/2018 de: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/85/81%3E>.

- CAPES. (1995b). *Programa de Flexibilização do Modelo de Pós - Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado*. Recuperado em 21/04/2018 de: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rep./article/view/86>.
- CAPES. (1998). *Portaria nº 080, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências*. Recuperado em 21/04/2018 de: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>
- CAPES. (2009). *Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*. Recuperado em 01/05/2017 de: https://www.Capes.gov.br/ímanes/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17 MP.pdf.
- CAPES. (2010). *Plano nacional de Pós-graduação - PNPG 2011-2020 Vol. I*. Portal CAPES. Recuperado em 02/07/2018 de <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>.
- CAPES. (2016). *Documento de Área - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo - 2016*. Ministério da Educação - CAPES. Recuperado em 04/05/2017 de: http://www.CAPES.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/27_ADMI_doc_area_2016_final_20jan2017.pdf.
- CAPES. (2016a). *Relatório de Avaliação 2013-2016 - Quadrienal 2017*. Ministério da Educação - CAPES. Recuperado em 04/05/2017 de: https://CAPES.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/Administracao_v2.pdf.
- CAPES. (2017). *Portaria nº 389 de 23 de março de 2017 - Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu*. Ministério da Educação do Brasil. Recuperado em 01/05/2017 de: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/24032017-PORTARIA-No-389-DE-23-DE-MARCO-DE-2017.pdf>.
- CAPES. (2017a). *Portaria nº 131 da CAPES, de 28 de junho de 2017. Dispõe sobre o mestrado e o doutorado profissionais*. Recuperado em 27/12/2018 de: <https://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/30062017-portaria-131-2017.pdf>

- CAPES (2017b). *Portaria nº 59, de 21 de março de 2017. Dispõe sobre o regulamento da Avaliação Quadrienal*. Recuperado em 05/01/2019 de: <https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/27032017-Portaria-59-21-03-2017-Regulamento-da-Avaliacao-Quadrienal.pdf>.
- CAPES. (2018). *História e Missão*. Portal da CAPES. Recuperado em 17/10/2018 de: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>.
- CAPES. (2018a). *Sobre a Avaliação*. Portal da CAPES. Recuperado em 17/10/2018 de: <http://www.CAPES.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>.
- CAPES. (2018b). *Sobre as áreas de avaliação*. Portal da CAPES. Recuperado em 17/10/2018 de: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>.
- CAPES. (2018c). *Cursos Avaliados e Reconhecidos*. Plataforma Sucupira. Recuperado em 20/11/2018 de <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=27&areaConhecimento=60200006>.
- CAPES. (2018d). *Parecer 977/65 (Parecer Sucupira)*. Recuperado em 01/09/2018 de: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf.
- CAPES. (2018e). *Sobre a Avaliação de Cursos*. INFOCAPES. Recuperado em 20/11/2018 de <http://www.capes.gov.br/acesoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7421-sobre-avaliacao-de-cursos>.
- CAPES. (2018f). *GEOCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas – CAPES*. Recuperado em 22/12/2018 de: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.
- CAPES. (2018g). *Portaria nº 252, de 14 de novembro de 2018. Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho(GT) para revisão da Portaria 131*. Recuperado em 27/12/2018 de: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/9181-grupo-de-trabalho-analisara-mestrado-e-doutorado-profissionais>.
- CAPES.(2018h). *Portaria nº 182, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento*. Recuperado em 04/01/2019 de: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/16082018-PORTARIA-N-182-DE-14-DE-AGOSTO-DE-2018.pdf>.

- Fonseca, M. T. L. R. (2009). Quadrante de Pasteur - A ciência básica e a inovação tecnológica de Donald E. Stokes. *Cadernos de História de Ciência - Instituto Butantan*, 2(jul-dez), 85–92. Recuperado em 21/11/2018 de: <https://bibliotecadigital.butantan.gov.br/arquivos/29/PDF/v5n2a08.pdf>.
- Fucape. (2018). *A Fucape - Institucional*. Site da Fucape Business School. Recuperado em 12/12/2018 de <http://www.fucape.br/institucional.php?sk=institucional>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Izique, C. & Marques, F. (2018). Segurança Jurídica. *Pesquisa Fapesp nº 265*, março de 2018. pag. 36-40.
- Maccari, E. A., Martins, C. B., & Almeida, M. I. R. de. (2015). Comparativo entre os sistema de avaliação da AACSB (Estados Unidos) e da Capes (Brasil) e seu uso pelos coordenadores de programas. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 12(27), 39–66. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2015.v12.564>.
- Maciel, R. G. A., & Nogueira, H. G. P. (2012). Mestrado profissional: desenvolvimento pessoal e profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 9(17), 461–487. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2012.v9.299>.
- Mackenzie. (2018). *Mackenzie - História do Instituto*. Site do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Recuperado em 12/12/2018 de <https://www.mackenzie.br/instituto/historia-do-instituto/>.
- Mackenzie. (2018a). *Mackenzie - Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa*. Site do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Recuperado em 12/12/2018 de <https://www.mackenzie.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado/sao-paulo-higienopolis/controladoria-e-financas-empresariais-profissional/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/>.
- Mansano, S. R. V. (2014). O método qualitativo nos estudos sociais aplicados: dimensões éticas e políticas. *Revista Economia e Gestão*, 14(34), pp. 119–136. <https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2014v14n34p119>.
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2017). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8ª Edição. São Paulo: Gen-Atlas.
- Marques, F. (2006). Sistema Imaturo. *Pesquisa Fapesp nº 123*, maio de 2006. pag. 28-31.

- Martins, C. B. (2005). A universidade em tempos de riscos. *Sociedade e Estado*, 20(1), 231–245. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000100010>.
- Martins, G. de A. & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. 2ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Mattos, P. L. (1997). Dissertações Não-Acadêmicas em Mestrados Profissionais: Isso é Possível? *Revista de Administração Contemporânea*, v.1, n.2, Maio/Ago. Recuperado em 13/06/2018 de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65551997000200009.
- Menandro, P. R. M. (2010). Mestrado Profissional, Você Sabe Com Quem Está Falando? *Revista de Administração Contemporânea*, 14(2), 367–371. Recuperado em 10/12/2017 de: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000200012>
- Mendonça Neto, O. R., Antunes, M. T. P., Oyadomari, J. C. T., & Riccio, E. L. (2011). Ninguém aprende samba no colégio-a contribuição da prática para a formação do conhecimento contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, v4, n2, 184–200. Recuperado em 20/03/2017 de: <http://www.asaaccounting.info/index.php/asaa/article/view/44>.
- Mendonça Neto, O. R., Vieira A. M. & Oyadomari, J. C. T. (2017). Reflexões Sobre o Papel dos Mestrados Profissionais na Criação e Desenvolvimento de Práticas de Ensino e Pesquisa. *XX SemeAd - Seminários em Administração*. nov/2017. Recuperado em 20/03/2017 de: http://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=618.
- Neves, A. B. (1995). CAPES: Metas da Atual Gestão. *INFOCAPES - Boletim Informativo*. Vol.3 nº 1 e 2, pp. 14-18, 1995. Recuperado em 01/05/2017 de: <https://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/bolsas/INF1E295.pdf>.
- NSF. (1952). *The Second Annual Report of the National Science Foundation – F.Y. 1952*. Recuperado em 06/01/2019 de: <https://www.nsf.gov/pubs/1952/annualreports/start.htm>.
- NSF. (2018). *About the National Science Foundation*. Site da National Science Foundation (NSF). Recuperado em 15/10/2018 de: <https://www.nsf.gov/about/>.
- Paixão, R. B. (2012). *Avaliação de Impacto de Mestrados Profissionais: Contribuições a Partir da Multidimensionalidade e da Negociação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia (UFBA). Recuperado em 21/03/2018 de: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/avaliacao-impacto-mestrados-profissionais-contribuicoes-partir-multidimensionalidade>.

- Pierro, B. (2018). Relações com o Setor Produtivo. *Pesquisa Fapesp n° 269*, julho de 2018. pag. 38-40.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2008). *Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais*. In Beuren, I. M. (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade - Teoria e Prática. 3ª Edição. São Paulo: Atlas.
- Ribeiro, R. J. (2005). O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 8–15. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2005.V2.72>.
- SEBRAE. (2018). Pequenos negócios melhoram o índice de inovação do Brasil. *Agência Sebrae de Notícias*. 08/10/18 às 08:00 - Por: Redação. Recuperado em 20/12/2018 de: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pequenos-negocios-melhoram-o-indice-de-inovacao-do-brasil,02716fd0a4546610VgnVCM1000004c00210aRCRD>
- Spagnolo, F. (1998). O Mais e o Menos do Mestrado Brasileiro. *INFOCAPES - Boletim Informativo*. Vol.6 n° 1, pp. 14-18, 1998. Recuperado em 03/10/2018 de: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Info1_98.pdf.
- Stokes, D. E. (2008). *O Quadrante de Pasteur. A Ciência Básica e a Inovação Tecnológica*. 1ª Reimpressão. Campinas: Editora Unicamp.
- Suomala, P., & Yrjänäinen, J. L. (2010). Interventionist management accounting research: lessons learned. *Research Executive Summaries - CIMA*, vol. 6, issue 1. Recuperado em 02/07/2017 de: http://www.cimaglobal.com/Documents/Thought_leadership_docs/Organisational%20management/cid_ressum_interventionist_management_accounting_research_apr2010.pdf.
- Takahashi, A. R. W., Verchai, J. K., Montenegro, L. M., & Rese, N. (2010). Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico em Administração: Convergências, Divergências e Desafios aos programas de Pós-Graduação. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 11(4), 551-578. Recuperado em 22/08/2018 de: <https://doi.org/10.1016/j.aquaculture.2015.03.008>.
- Van de Ven, A.H., & Johnson, P. E. (2006). Knowledge for theory and practice. *Academy of Management Review*, 31(4), 802-821. Recuperado em 03/10/2017 de <http://www.richardswanson.com/textbookresources/wp-content/uploads/2013/08/TBAD-r6a-van-de-ven-Knowledge-for-Theory-Practice.pdf>.

- Vasconcelos, F. C. de, & Vasconcelos, I. F. G. de. (2010). As Dimensões e Desafios do Mestrado Profissional. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(2), 360–366. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000200011>.
- Vogel, M. J. M. (2015). *Análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). Recuperado em 12/01/2019 de: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-29062015-150747/pt-br.php>.

APÊNDICE A - Ficha de Avaliação dos MP - Avaliação Quadrienal 2017

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	25%	<p>A(s) área(s) de concentração precisa(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do PPG, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual, na produção técnica e tecnológica e na formação profissional de seus mestres.</p> <p>A(s) linha(s) de atuação precisa(m) expressar a especificidade do conhecimento aplicado da respectiva área de concentração, apresentando um recorte específico e bem delimitado.</p> <p>Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos, devem guardar coerência com as linhas de atuação.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil do egresso) e à sua especificidade, enfatizando a articulação</p>
		<p>entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de atuação.</p> <p>As ementas das disciplinas precisam indicar o foco teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nas disciplinas precisa representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, preferencialmente artigos publicados em periódicos, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado.</p> <p>O curso deve contemplar um mínimo de 360 horas em disciplinas ou atividades equivalentes.</p> <p>Eventuais alterações nos elementos da proposta (área de concentração, linhas de atuação, projetos e estrutura curricular) devem ser apontadas e justificadas na proposta.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	<p>O PPG deve relatar os convênios ativos de cooperações técnicas e/ou tecnológicas e/ou científicas de âmbito local, regional e nacional, com vista a atender demandas: sociais; organizacionais e/ou profissionais, evidenciando seus respectivos resultados e a coerência para o desenvolvimento do respectivo campo/setor profissional e, ainda, se estão em consonância com o corpo docente.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa</p>

1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	<p>A proposta do PPG precisa evidenciar que a IES disponibiliza as condições necessárias para a consecução dos objetivos de formação propostos.</p> <p>Indicador Grau de adequação da infraestrutura declarada pelo PPG para o funcionamento do curso.</p>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	30%	<p>O PPG precisa evidenciar (no relatório do ano 2016) o planejamento de ações e metas que possam indicar: relevância e impacto local, regional e nacional da atuação na formação de seus mestres; e ampliação e/ou consolidação da cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições.</p> <p>Avaliam-se as atividades de prospecção de alunos e de financiamento para a formação e a pesquisa do PPG.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>O corpo docente pode ser integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação.</p> <p>Analisa-se a compatibilidade e a adequação do corpo docente em relação à(s) linha(s) de atuação e ao perfil do egresso.</p> <p>Será verificada a experiência profissional e/ou em pesquisa e em docência, compatível com o tipo de profissional que o PPG se propõe a formar.</p> <p>Espera-se que pelo menos parte dos DP tenha experiência profissional não acadêmica significativa e coerente com a proposta.</p> <p>Pelo menos 80% dos DP devem ter doutorado. Os DP sem doutorado devem ter reconhecida e relevante experiência profissional não acadêmica recente compatível com a proposta de formação discente (PPG deve informar na Sucupira).</p> <p>É esperado que pelo menos parte do corpo docente tenha atuação profissional não acadêmica recente compatível com a proposta do PPG.</p> <p>Indicador Avaliação qualitativa.</p>

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Será considerada a legislação vigente (Portaria CAPES nº 81/2016) para a definição das categorias de professores. Entre os DP serão usados para o cálculo dos indicadores apenas aqueles tiverem concluído orientação no PPG ao longo do quadriênio.</p> <p>Professores com mais de três vínculos como DP, serão desconsiderados da composição do NDP.</p> <p>Será contabilizada a atuação dos DP em atividades de docência na pós-graduação.</p> <p>Será calculada a oscilação do NDP do PPG. O PPG precisa esclarecer as razões que provocaram oscilação da composição de seu NDP. Casos de morte e aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação.</p> <p>Indicador 1 Proporção dos DP com no mínimo 60 horas-aula no quadriênio no PPG. Serão analisadas situações específicas que não permitiram que o DP ministrasse 60h.</p> <p>Indicador 2 Avaliação da estabilidade do NDP. Média da proporção dos DP mantida no NDP a cada ano do quadriênio, sendo a base inicial do cálculo o ano de 2012. Considera-se necessário que o PPG tenha ao menos oito DP. Será verificada a dependência do PPG em relação à</p>
		<p>atuação de colaboradores e visitantes para orientação e docência. Até 20% das orientações e horas-aula podem estar na responsabilidade dos colaboradores e visitantes. A área demanda que os DP tenham, majoritariamente, regime de dedicação integral com a instituição do PPG. O não atendimento dos critérios acima apresentados implicará no ajuste qualitativo do conceito para este item. Será calculada média dos indicadores.</p>

<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisa-se a atuação dos DP em atividades de pesquisa e de orientação. Os DP precisam liderar projeto de pesquisa ou de desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado. Será analisada a alocação das orientações entre os DP do PPG em cada ano do quadriênio. Serão somadas orientações de todos os PPG que o professor participar como permanente ou colaborador. Indicador 1 Proporção dos DP que lideraram no quadriênio projeto de pesquisa ou de desenvolvimento e inovação em organizações públicas ou privadas, com financiamento externo público ou privado. Indicador 2 Coeficiente de variação das distribuições anuais das orientações do PPG entre DP. O PPG que tenha DP que sistematicamente contabilizem mais de oito orientações simultâneas poderá ter o conceito deste item ajustado. Será calculada média dos indicadores.</p>
<p>3 – Corpo Docente e Trabalho de Conclusão</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo docente titulado e ao corpo docente do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Analisa-se quantidade de titulados no ano em relação ao número de discentes do PPG no ano anterior. Indicador Proporção de titulados no mestrado em cada ano. Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento.</p>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.</p>	<p>40%</p>	<p>Será considerada a autoria de produtos científicos - produtos bibliográficos – artigos em periódicos ou livros/capítulos de livros classificados pela área, bem como produtos tecnológicos - de discentes e de egressos do PPG. O indicador é aplicável para cursos de mestrado com mais de dois anos de funcionamento. Indicador 1 Proporção de discentes autores Indicador 2 Proporção de egressos autores</p>
		<p>Calcula-se média dos indicadores</p>
<p>3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.</p>	<p>30%</p>	<p>Será avaliada a aplicabilidade dos trabalhos de conclusão do mestrado, a partir dos resumos destes produtos. Indicador Proporção dos trabalhos que podem ser aplicados.</p>

4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	25%	<p>A produção bibliográfica é analisada. Considera-se a produção intelectual publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê da Área e alinhados à proposta do PPG.</p> <p>Indicador 1 A pontuação média é calculada somando-se a pontuação correspondente à produção total dos DP dividida pelo número de DP em atuação. Este indicador é calculado para cada ano e, posteriormente, calculada a média para o período. No caso de múltiplos autores docentes considera-se apenas uma vez cada publicação. O limite máximo de pontos considerados no quadriênio para este indicador será de 200 pontos.</p> <p>Serão consideradas na contagem de produção, no máximo, duas produções nos estratos B4 e/ou B5 por DP.</p> <p>Se o docente participar como permanente em mais de um curso da área, a produção será integralmente considerada para cada PPG, desde que alinhada à proposta do PPG.</p> <p>Indicador 2 Serão consideradas as três melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do programa. A partir destes itens será calculada uma segunda média do PPG. Cada publicação (artigo/livro/capítulo) poderá ser considerada apenas duas vezes no cálculo desta média, ou seja, a publicação contar para apenas dois DP autores, ainda que mais de dois DP do PPG sejam coautores.</p> <p>Para o cálculo dos indicadores deste item, serão consideradas as equivalências de pontos que seguem.</p> <p>Periódicos: A1 = 100, A2 = 80, B1 = 60, B2 = 50, B3 = 30, B4 = 20 e B5 = 10 Livros: L4 = 100, L3 = 75, L2 = 50 e L1 = 25. Capítulos valem um terço do total dos pontos do livro. Um autor não pode contabilizar mais de 3 capítulos por livro. Para a organização/editoria de coletâneas, utilizar os mesmos pontos usados para os capítulos, considerando o limite de três, entre capítulos e organização/editoria.</p> <p>Calcular média dos dois indicadores.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações	25%	<p>Será avaliada a produção tecnológica do PPG.</p> <p>Os produtos tecnológicos serão classificados pelo comitê</p>

e outras produções consideradas relevantes.		da área segundo os critérios descritos na seção V deste documento. Indicador A pontuação média. Serão consideradas apenas as duas melhores produções de cada DP no quadriênio, alinhadas à proposta do PPG.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	30%	A distribuição da produção científica é avaliada. Indicador Proporção dos DP do PPG que alcançaram a mediana da produção bibliográfica qualificada da área ou a mediana da produção tecnológica da área.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Examina a articulação entre a produção bibliográfica e os produtos tecnológicos qualificados do PPG com a proposta de formação discente do PPG. Indicador Avaliação qualitativa.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	O impacto do PPG é avaliado. Considera-se os tipos de impacto listados abaixo. a) educacional – contribuição para a formação de docentes, inclusive para cursos técnicos, de graduação e de especialização, valorizando-se ainda participação em programas de melhoria de ensino fundamental e médio; b) social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social; c) cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo; d) tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados. Considera-se informação contida na proposta do PPG ou materiais contidos no site do PPG relativos a: entrevistas concedidas; matérias em jornais e revistas; participação em conselhos tutelares e deliberativos; participação em seminários e workshops de disseminação de técnicas e de conhecimentos; outras possibilidades de divulgação. Indicador Avaliação qualitativa do impacto, não sendo necessário que o PPG tenha gerado impacto nas quatro dimensões listadas acima.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/ Programas com vistas ao	20%	Será avaliada a integração e a cooperação do PPG com outros PPG. Serão especialmente valorizadas ações como: a)

desenvolvimento da pós-graduação.		participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio; b) participação em projetos de cooperação entre PPG com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas. Indicador Avaliação qualitativa
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	Será avaliada a integração e a cooperação do PPG com outras organizações que tenham o objetivo de desenvolver e disseminar softwares, práticas de gestão, produtos turísticos, etc. Serão especialmente consideradas ações como: a. participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições, voltados para a inovação na pesquisa e o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; b. introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do PPG, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional; e c. abrangência e extensão da rede de organizações/instituições conectadas ao PPG para fim de desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos, etc.. Indicador Avaliação qualitativa
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	A visibilidade e a transparência da atuação do PPG serão avaliadas. Serão especialmente valorizados os seguintes aspectos: a) manutenção de página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do PPG tais como critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas; acesso ao regulamento do PPG e às resoluções que regulamentam a gestão do PPG, etc.; e b) garantia de amplo acesso às dissertações, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência. Indicador Avaliação qualitativa.